

Análise do Pacto de Indicadores da Atenção Básica – 2001

Maria Guadalupe Medina

Dezembro de 2002

Sumário

Apresentação.....	3
1. Uma breve descrição: surgimento do Pacto de Indicadores da Atenção Básica e características do processo de pactuação no período 1998-2002.....	4
2. Metodologia para análise de desempenho de municípios e estados no ano de 2001	8
3. Resultados e discussão	11
4. Tabelas e Gráficos	19

Apresentação

Este documento apresenta dois objetivos: primeiro, realizar um sucinto balanço do Pacto de Indicadores da Atenção Básica no período 1998-2002, pondo o leitor a par das principais características do processo de sua implementação no país; segundo, desenvolver uma análise do desempenho de estados e municípios brasileiros do Pacto referente ao ano 2001.

Para sua elaboração foram utilizados, principalmente, dois tipos de fontes de dados: Relatórios Técnicos do Departamento da Atenção Básica e bases de dados nacionais de diferentes sistemas de informação de saúde. Estas últimas foram obtidas, via internet, através do site do Datasus (www.datasus.gov.br) e, também, diretamente do Departamento da Atenção Básica, que disponibilizou em meio magnético a base de dados do Sistema de Informação do Pacto de Indicadores da Atenção Básica (SISPACTO-2001).

Para além dos seus objetivos específicos, este documento pretende, pautando o debate sobre a negociação em torno de indicadores de desempenho da atenção básica, colocar na agenda política o tema da avaliação da atenção básica, ponderando as possibilidades de sua utilização no processo de institucionalização da avaliação em saúde e no planejamento gestão de sistemas e serviços de saúde. Pretende-se que sua leitura produza uma reflexão crítica sobre essa ferramenta e desperte o necessário interesse para pensar soluções criativas para as contradições experimentadas até então.

1. Uma breve descrição: surgimento do Pacto de Indicadores da Atenção Básica e características do processo de pactuação no período 1998 - 2002

O Pacto dos Indicadores da Atenção Básica é um instrumento jurídico-normativo, definido e regulamentado por Portaria Ministerial, que estabelece como responsabilidades dos municípios e estados o cumprimento de metas acordadas entre os três níveis de gestão, em relação a um elenco mínimo de indicadores adotados para avaliação da atenção básica em saúde.

A primeira Portaria Ministerial que definiu o elenco de indicadores foi a Portaria GM/MS n.º 3925 de 13/11/1998, que aprovou o Manual para a Organização da Atenção Básica e, desde então, vêm sendo anualmente publicadas Portarias Ministeriais (Portaria GM/MS 476/99, GM/MS 832 de 29/06/99; GM/MS 07/01/2000, modificada pela GM/MS 779/2000; GM/MS 723; 10/05/2001) que definem:

- O elenco de indicadores mínimos a serem adotados nacionalmente por municípios e estados;
- As normas técnicas para o cálculo e obtenção dos indicadores;
- Os prazos e fluxos do processo de pactuação em nível nacional;

As portarias têm reafirmado a natureza do Pacto enquanto instrumento legal de monitoramento e avaliação das ações e serviços de saúde referentes à atenção básica.

Tecnicamente, a coordenação do processo de pactuação ficou sob a responsabilidade do Centro Nacional de Epidemiologia (CENEPI/FNS/MS) no ano

de 1999 passando em 2000, para o Departamento da Atenção Básica (DAB/SPS/MS).

O surgimento do Pacto de Indicadores da Atenção Básica se deu num contexto pós-implantação do Piso da Atenção Básica, através da Norma Operacional de Assistência à Saúde - NOB 96 - (Brasil, 1996), implantada em 1998, e parece estar relacionado à necessidade do Ministério da Saúde avaliar em que medida o aporte financeiro de recursos per capita aos municípios estavam efetivamente sendo traduzidos em melhoria da qualidade de ações ofertadas pelos serviços de saúde nesse nível de organização do sistema, o impacto real nas condições sanitárias da população.

O enfoque presumido sobre os efeitos das ações pode ser evidenciado no elenco de indicadores apresentados, em que, aos tradicionais indicadores de processo, são agregados indicadores de resultados.

Podem ser definidos como objetivos específicos do Pacto de Indicadores da Atenção Básica¹:

- Permitir que os gestores e trabalhadores da saúde possam **identificar e priorizar uma série de situações consideradas inadequadas**, tanto para o funcionamento dos serviços quanto para as condições de vida e saúde da população usuária;
- Articular no âmbito das Secretarias Municipais e de Estado, como também no Ministério da Saúde, setores, no intuito de **ordenar ações e atividades** necessárias para a mudança das situações identificadas como indesejáveis;

¹ BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE, SECRETARIA DE POLÍTICAS DE SAÚDE, DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA. *Manual do Pacto de Indicadores da Atenção Básica* (mimeo). Brasília, 2000.

- Contribuir na organização do processo de **monitoramento de ações de saúde** desenvolvidas no âmbito da atenção básica;
- Tornar possível o **estabelecimento de metas a serem alcançadas** pela gestão municipal e estadual que guardem relação com problemas identificados a partir da análise da situação de saúde;
- Orientar o desenvolvimento de ações articuladas a um **processo contínuo de avaliação**, apontando avanços e falhas no tocante à organização dos serviços, das práticas de trabalho e das condições de vida das populações. (grifos do original)

A análise dos documentos que normatizam o Pacto – as referidas Portarias - bem como de documentos que circularam internamente no âmbito do Departamento de Atenção Básica, especialmente os relatórios das Oficinas Nacionais, em consonância com a explicitação dos objetivos acima mencionados, permite-nos pontuar que, para além de um mero instrumento de regulação - em que o Ministério da Saúde na condição de financiador realiza uma cobrança aos municípios em termos dos resultados esperados da utilização de recursos repassados – o Pacto pretende impulsionar a organização dos serviços de saúde, buscando induzir o processo de planejamento e organização de ações através da incorporação da avaliação de diferentes dimensões que compõem o objeto da atenção básica.

O esforço de articulação tem sido um elemento presente no processo de pactuação. Articulação, em primeiro lugar, entre as três esferas de gestão na coordenação e implementação do processo de pactuação. Este esforço pode ser identificado na realização de seis grandes oficinas nacionais de avaliação do Pacto de Indicadores da Atenção Básica no período de 1998 a 2002. Em segundo lugar, esforço de articulação das áreas técnicas que constituem o nível de

intervenção da atenção básica, seja no nível nacional, seja no âmbito estadual². Apesar desse esforço, a implementação do Pacto ainda não conseguiu ser operacionalmente articulada ao processo de programação pactuada integrada, sendo esta uma das principais críticas dos estados e municípios ao processo³.

Alguns problemas têm sido apontados como limites no processo de pactuação de indicadores, entre os quais são apontados a baixa qualificação de profissionais no manejo e utilização de indicadores, dificuldades operacionais na articulação de atividades entre áreas técnicas, insuficiência de metodologias e ferramentas nos níveis municipal, estadual e federal que confirmam agilidade ao processo de monitoramento, pouco envolvimento de atores sociais interessados e responsáveis pela condução dos processos políticos que se dão no âmbito da Saúde⁴.

Em que pese tais problemas, há que considerar que o processo de institucionalização da avaliação nos serviços de saúde apenas se inicia e que as possibilidades de superação dos problemas identificados dependem muito mais de iniciativas políticas, que estão, portanto, no espaço de governabilidade dos que coordenam hoje o processo do Pacto de indicadores da Atenção Básica.

² A presença das áreas técnicas nas oficinas nacionais expressa esse esforço de articulação. Além disso, os depoimentos dos representantes das secretarias estaduais têm enfatizado a articulação entre os diversos setores das secretarias. Veja, para este exemplo, o Anexo 4 do Relatório da VI Oficina Nacional do Pacto de Indicadores da Atenção Básica.

³ A este respeito ver os relatórios das oficinas nacionais: BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE, SECRETARIA DE POLÍTICAS DE SAÚDE, COORDENAÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA. *Relatório do IV Oficina Nacional*. Brasília, 2000; BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE, SECRETARIA DE POLÍTICAS DE SAÚDE, COORDENAÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA. *Relatório do VI Oficina Nacional*. Brasília, 2000

⁴ MEDINA, M.G.; AQUINO, R.; CARVALHO, A.L.B. Avaliação da atenção básica: construindo novas ferramentas para o SUS. *Divulgação em Saúde para Debate*, 21:15-28. Rio de Janeiro, 2000.

2. Metodologia para análise de desempenho de municípios e estados no ano de 2001

2.1. Fontes e procedimentos de obtenção e organização das bases de dados

Para a análise de dados, foram utilizados como fontes bases de dados provenientes do SISPACTO e do Caderno de Informações de Saúde, modelo Pacto da Atenção Básica, disponibilizado no site www.saude.gov.br/pacto2002.

Com relação ao SISPACTO, foram utilizados dados relativos às metas propostas e resultados obtidos no ano de 2001. Estes foram gerados a partir de informações dos próprios municípios, não sendo, portanto, necessariamente compatíveis com a informação proveniente da base nacional dos sistemas de informação de saúde. Tais dados foram disponibilizados em meio magnético através de arquivos do tipo dbf.

Para análise das bases de dados, foi necessária, inicialmente, a organização dos dados segundo indicadores e estado, gerando novas planilhas. Observou-se uma grande variação do número de registros segundo cada indicador. A totalização dos registros de municípios por indicador está apresentada na Tabela 1.

Após a organização das bases de dados, observou-se que alguns municípios não apresentavam informações sobre a meta ou sobre o resultado relativo a determinado indicador, sendo então excluído da base de dados, uma vez que se tornaria impossível analisar o cumprimento da meta. Obteve-se assim, uma segunda totalização de municípios (Tabela 1) que constituiu a matriz da base de dados trabalhada.

Com relação ao [Caderno de Informações](#), foram obtidos dados relativos aos indicadores do Pacto da Atenção Básica de 2001 por estado e macro-região,

no período disponível, que variava de acordo com o indicador. Para alguns indicadores, não havia informação disponível. Em alguns casos, o indicador apresentado não era exatamente o mesmo do Pacto de Indicadores de 2001, mas foi utilizado por ser um indicador semelhante.

Com os dados obtidos através do [Caderno de Informações](#) foram construídas séries históricas de indicadores de saúde por estado e macro-região.

2.2 Indicadores de desempenho utilizados

Para análise de desempenho dos municípios e estados foi realizado um cálculo para obtenção de um estimador do grau de cumprimento da meta.

Este estimador foi calculado de acordo com o tipo de indicador analisado, aplicando-se as seguintes fórmulas:

- Para indicadores em que a expectativa do valor (ou seja, o resultado padrão esperado) é igual ou superior a meta, este cálculo foi realizado subtraindo-se o valor proposto como meta do resultado alcançado, dividido pelo valor da meta.
- Para indicadores em que a expectativa do valor (ou seja, o resultado padrão esperado) é igual ou inferior à meta, este cálculo foi realizado subtraindo-se o valor do resultado da meta proposta, dividido pelo valor do resultado.

Obteve-se assim, um valor relativo do percentual de alcance da meta pelo município ou estado. A partir daí, considerou-se três categorias de análise:

- Município / estado que alcançou a meta – correspondendo àqueles que obtiveram valores iguais ou superiores a 100%.

- Município / estado que alcançou 70% ou mais da meta - correspondendo àqueles que obtiveram valores iguais ou superiores a 70%.
- Município / estado que alcançou menos de 70% da meta - correspondendo àqueles que obtiveram valores inferiores a 70%.

Algumas metas foram classificadas como “incongruentes”, não sendo calculado o indicador de desempenho, estando assinaladas nas respectivas tabelas. Foram consideradas como “incongruentes” metas de valor = 0 para os seguintes indicadores: proporção de óbitos de mulheres em idade fértil investigados, proporção de recém-nascidos de mães com 4 ou mais consultas de pré-natal; cobertura vacinal de rotina por DTP em menores de um ano; cobertura vacinal contra influenza em idosos; proporção de casos de sarampo investigados em até 48 horas após a notificação; visita domiciliar por família/mês; consultas médicas nas especialidades básicas por habitante/ano e concentração de procedimentos odontológicos coletivos na faixa etária de 0 a 14 anos.

Todos os municípios e estados foram classificados, organizando-se tabelas por indicador e estado. Para facilitar a visualização, foram agregadas cores correspondentes a cada categoria (verde = meta alcançada; amarelo = valor $\geq 70\%$ da meta; rosa = valor $< 70\%$ da meta) .

Foram utilizados, também, como indicadores de desempenho dos municípios e estados:

- Proporção de municípios que alcançaram a meta
- Proporção de municípios que alcançaram mais de 70% da meta

3. Resultados e discussão

De acordo com as informações disponíveis no SISPACTO, houve uma proporção muito baixa de municípios (<15%) que pactuaram metas com relação aos indicadores de mortalidade, quais sejam: taxa de mortalidade infantil, taxa de mortalidade infantil por causas evitáveis, proporção de óbitos infantis sem assistência médica e proporção de óbitos de mulheres em idade fértil investigados. Com relação aos demais indicadores, a proporção de municípios que pactuaram foi superior a 87% (Tabela 1).

Os estados apresentaram número elevado de indicadores pactuados, à exceção dos estados da Paraíba e Mato Grosso, que pactuaram, respectivamente, 9 e 7 indicadores, e de Rondônia que não apresentou dados sobre pactuação no Sistema (Tabela 2).

As macro-regiões e estados se distribuíram de forma heterogênea no que diz respeito à proporção de indicadores em que se alcançou a meta. Na Região Norte, o maior valor foi de 55,6% para o Estado do Tocantins que alcançou a meta em 10 dos 18 indicadores pactuados. A menor proporção foi do Estado do Acre, com alcance de apenas 31,6% das metas entre os 19 indicadores pactuados. Na Região Nordeste, a proporção variou de 31,6% (BA) a 77,8% (PB), ressaltando-se, entretanto, que este estado pactuou um número muito pequeno de indicadores. O Estado do Ceará alcançou um percentual elevado (73,7%), tendo pactuado os 19 indicadores, e os demais estados alcançaram proporções muito baixas (menos de 56%). O desempenho da Região Centro-Oeste é semelhante ao da Região Nordeste, variando a proporção de 31,6% em Mato Grosso do Sul a 68,4% em Goiás. As regiões Sudeste e Sul se diferenciaram quanto ao desempenho, não apresentando nenhum estado com menos de 50% de metas alcançadas. O menor valor foi o do Estado de Santa Catarina, com 52,6%, e o maior foi o do Espírito Santo, com 78,9% de metas alcançadas.

É interessante observar que nenhum estado brasileiro alcançou valor igual ou superior a 80% das metas pactuadas.

Utilizando-se um critério menos restritivo para avaliação de desempenho (o score de 70% da meta), observamos que há uma significativa melhora dos valores apresentados pelo conjunto de estados brasileiros, ficando apenas um estado (Pará) com valor inferior a 50%, chegando dois estados (São Paulo e Paraná) a apresentarem 100% dos indicadores com valores iguais ou superiores a 70% do esperado. O desempenho melhorou para todos os estados e regiões, mantendo-se, entretanto, as desigualdades regionais.

A análise do desempenho por indicador aponta para os indicadores de cobertura vacinal como os de melhor desempenho (Tabelas 3 a 21), sendo o de pior desempenho o indicador “concentração de procedimentos odontológicos coletivos na faixa etária de 0-14 anos.

Para o indicador “taxa de mortalidade infantil”, 14 estados alcançaram a meta e apenas um estado (PA) alcançou menos de 70% da meta prevista. Os melhores desempenhos foram das regiões Nordeste e Sudeste. Vale ressaltar que muitos estados, embora não tenham alcançado as metas, chegaram a valores muito próximos dos desejados, como pode ser observado na Tabela 3, situando-se na faixa de 94,9% a 99,7% de alcance. Apenas um estado, o Pará, obteve resultados bem distantes do esperado, tendo proposto uma meta de 14/1000 nascidos vivos e alcançado o valor de 22,36 por mil nascidos vivos para o ano de 2001.

A taxa de mortalidade infantil por causas evitáveis apresentou um desempenho pior que a taxa de mortalidade infantil global. Catorze estados alcançaram as metas, 5 estados (AC, TO, AL, MA e ES) chegaram a valores maiores ou iguais a 70% das respectivas metas e 3 estados (PA, RR e MS) e o DF obtiveram valores inferiores a 70% das respectivas metas. Não se teve

informação para os estados de Rondônia, Paraíba, Paraná e Mato Grosso. As regiões de pior desempenho foram a Região Norte e a Região Centro-Oeste (Tabela 4).

Com relação à “proporção de óbitos infantis sem assistência médica”, a análise sugere problemas de qualidade dos dados informados, com distorções do cálculo do estimador da proporção de alcance da meta. Vale ressaltar que o indicador foi substituído no ano de 2002 por “proporção de óbitos por causas mal definidas” (Tabela 5).

Apenas 11 estados e o Distrito Federal alcançaram as metas propostas em relação a “taxa de mortalidade materna”. São eles: Amazonas, Roraima, Tocantins, Bahia, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Três estados (AP, PA e RS) alcançaram valores inferiores a 70% da meta proposta. Chama a atenção a discrepância do estado do Amapá em relação à meta pactuada (0,5 por 1000 nascidos vivos). A Região Sudeste foi a única em que todos os estados alcançaram as metas (Tabela 6).

É surpreendente o baixo desempenho dos estados em relação à proporção de óbitos de mulheres em idade fértil investigadas. Apenas os estados de Sergipe, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Goiás e o Distrito Federal alcançaram a meta pactuada. O Estado do Pará apresentou como meta o valor 0 (zero) para investigação de óbitos de mulheres em idade fértil, sendo considerado “incongruente” e, portanto, não contabilizado no cálculo de alcance da meta. Chama a atenção o excelente desempenho da Região Sul, na qual todos os estados alcançaram as metas (Tabela 7).

O conjunto de estados brasileiros apresentou desempenho satisfatório com relação ao indicador “proporção de recém-nascidos de mães com 4 ou mais consultas de pré-natal”. Apenas 7 estados (AM, AP, PA, TO, AL, SE, e SC) e o DF

não alcançaram as metas pactuadas, ressaltando-se, entretanto, que apenas o Estado do Pará ficou em patamar inferior a 70% da meta proposta. O Distrito Federal, Santa Catarina, Alagoas e Amazonas e Sergipe chegaram a valores muito próximos das metas, embora não as tenham alcançado (Tabela 8). Vale, entretanto ressaltar que alguns estados que alcançaram as metas, propuseram valores muito baixos. São os casos de Roraima e Bahia que apresentaram metas de menos de 50% dos recém-nascidos com 4 ou mais consultas de pré-natal.

Doze estados e o Distrito Federal alcançaram as metas de “proporção de partos e abortamentos em adolescentes”. Sete (AL, BA, MA, RN, ES, MG e PR) chegaram a valores muito próximos das respectivas metas e dois estados (PA e RR) apresentaram como resultados valores muito distantes das metas propostas (Tabela 9).

Com relação a “cobertura vacinal de DPT em menores de um ano” e “cobertura vacinal contra influenza em idosos”, nenhum estado alcançou valores inferiores a 70% das metas propostas. A maioria dos estados alcançou as metas em ambos os indicadores. A Região que apresentou o pior desempenho foi o Norte, em que 4 estados ainda permaneceram com coberturas insatisfatórias de DPT (AC, AM, PA e RR) e dois estados (AC e TO) não alcançaram a meta de cobertura vacinal contra influenza, embora este último estado tenha obtido valor de 90,08% para o indicador (Tabelas 10 e 11).

Três questões merecem ser consideradas na discussão sobre cobertura vacinal. A primeira diz respeito ao valor a ser pactuado, uma vez que está cientificamente comprovado que coberturas vacinais inferiores a 90% não são eficazes para romper a cadeia de transmissão do agente causador para a maioria das doenças imuno-previníveis. Particularmente na pactuação com municípios, este tem sido um ponto polêmico de discussão.

Uma segunda questão diz respeito ao não alcance de metas em estados que pactuaram valores acima de 90%. Foi o que ocorreu, por exemplo, com o Rio Grande do Sul, que pactuou uma meta de 98,22% e alcançou como resultado 91% de cobertura vacinal para DPT. Isto põe em relevo a necessária discussão sobre como deve ser definida a meta para pactuação.

Finalmente, caberia lembrar que o fato de que no âmbito estadual se tenha alcançado resultados satisfatórios, o indicador não passa de uma média global, ponderada para os diversos municípios do estado. Isto significa que é necessário observar as discrepâncias entre micro-regiões e municípios, sendo imprescindível a avaliação da homogeneidade da cobertura vacinal nos estados.

Quinze estados e o Distrito Federal cumpriram as respectivas metas relacionadas ao indicador “proporção de casos de sarampo investigados em 48 horas após a notificação”. Os demais, embora não tenham alcançado as metas, chegaram, em sua maioria, a valores muito próximos dos sugeridos. O único estado que alcançou menos de 90% da meta foi Pernambuco. Entretanto, vale ressaltar que este estado foi bem mais rigoroso que a grande maioria dos estados na meta definida, que foi de 100% (Tabela 12).

Quanto ao número de casos confirmados de tétano neonatal, catorze estados e o Distrito Federal alcançaram as metas pactuadas. A maioria absoluta dos estados propôs como meta a ocorrência de 0 (zero) caso. Ressaltam os estados de Amazonas, Pará, Alagoas e Bahia pela ocorrência de, respectivamente, 4,5,4 e 5 casos de tétano neonatal (Tabela 13).

Apenas dez estados e o Distrito Federal alcançaram as metas com relação ao número de casos confirmados de sífilis congênita. Os estados de Amazonas, Amapá, São Paulo e Paraná alcançaram valores maiores ou iguais a 70%, enquanto que o Pará, Tocantins, Bahia, Sergipe, Minas Gerais, Santa Catarina e Goiás chegaram a valores inferiores a 70% das respectivas metas (Tabela 14).

Algumas discrepâncias entre meta e resultado foram muito evidentes com relação a este indicador. As metas variaram de 0 (zero), no Acre, a 3.380 (RJ). A discrepância meta/resultado aparece especialmente nos estados de Tocantins, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro, o que requer uma averiguação mais cuidadosa, seja da presença de erros nas bases de dados, seja da compreensão do indicador por quem está definindo as metas, ou então, uma necessária averiguação do que está de fato ocorrendo com o problema de saúde correlato.

Com relação ao indicador “taxa de incidência de tuberculose”, os estados em geral apresentaram um bom desempenho – ou alcançaram as metas (14 estados), ou chegaram a valores próximos (AP, AL, BA, PI, PR, RS e MS). Apenas dois estados (AC e SE) apresentaram resultados muito distantes dos valores pactuados (Tabela 15). O mesmo não ocorreu com a “taxa de prevalência de hanseníase” que em cinco estados (RR, AL, BA, MA e RN) e no Distrito Federal o resultado para o ano de 2001 correspondeu a menos de 70% da meta proposta. Deve-se, entretanto, considerar, nestes casos, que o aumento das taxas de prevalência pode ter sido desejada em função da melhoria da detecção dos casos, e, portanto, cada caso merece ser singularmente analisado (Tabela 16).

A “taxa de internação por AVC na faixa etária de 30-59 anos” é outro indicador que parece apresentar problemas, ou nos dados, ou na consistência da definição das metas, o que pode ser observado quando se calcula a proporção de alcance da meta pelos estados, que variou de 6,5 a 239,1%. De acordo com os dados apresentados, 10 estados e o Distrito Federal alcançaram as metas, 10 chegaram a valores iguais ou superiores a 70% das metas e 4 estados a valores inferiores a 50%.

A realização de visitas domiciliares apresentou-se com valores médios bem abaixo dos esperados em grande quantidade de estados. Apenas 8 estados (TO, AL, CE, ES, PR, SC, RS e GO) conseguiram alcançar as metas pactuadas,

ressaltando-se o fato de que, destes, 5 estados pactuaram metas inferiores a uma visita domiciliar por família/mês. Onze estados e o Distrito Federal não alcançaram sequer 70% dos valores estabelecidos nas metas (Tabela 18).

Com relação à “proporção da população coberta pelo PSF”, 7 estados (CE, MA, ES, MG, PR, RS e GO) alcançaram as metas, 11 estados chegaram a 70% ou mais, e o Distrito Federal e mais 7 estados (AC, PA, RR, TO, RN, RJ e MS) tiveram como resultado valores abaixo de 70% da meta pactuada (Tabela 19).

Apenas um estado (AP) obteve valor menor que 70% da meta pactuada em relação ao indicador “consultas médicas nas especialidades básicas por habitante-ano”. Treze estados chegaram a alcançar as metas, sendo que apenas dois da Região Norte (PA e TO), seis do Nordeste (AL, CE, MA, PB, RN e SE), três da Região Sudeste (ES, RJ e SP) e dois da Região Sul (PR e RS). Na Região Centro-Oeste nenhum estado alcançou a meta (Tabela 20).

Finalmente, a Tabela 21 apresenta os resultados dos estados com relação ao indicador “concentração de procedimentos odontológicos coletivos na faixa etária de 0 a 14 anos. Apenas 5 estados (AL, ES, MG, SP e PR) e o Distrito Federal alcançaram as metas. Chama a atenção a discrepância dos valores propostos como metas, numa amplitude que vai de 0,5 (MA) a 50 (PA), traduzindo, provavelmente, problemas de definição e compreensão do indicador. Vale ressaltar que a última oficina do pacto de Indicadores da Atenção Básica recomendou que a área técnica de Saúde Bucal realizasse estudos com vistas a eleger melhores indicadores de avaliação da atenção básica nesse campo.

Complementando a análise apresentada, as tabelas de 22 a 31 apresentam os consolidados da situação dos municípios em cada estado, discriminando o percentual dos que alcançaram a meta e daqueles que não chegaram a alcançá-la mas que obtiveram valores de 70% ou mais em relação ao desejado. Além disso, os gráficos em anexo apresentam as séries históricas que foram possíveis de

serem construídas, a partir de dados disponibilizados pelo DATASUS, em relação aos indicadores pactuados. Este material se revela útil no aprofundamento da análise e é importante que seja levado em consideração no processo de avaliação e supervisão de cada estado em particular, pois oferece subsídios para os processos de pactuação futuros, instrumentalizando a definição de metas e a avaliação de indicadores para o próximo ano.

Tabelas e Gráficos

Tabela 1 - Número e percentual* de municípios brasileiros que pactuaram e número e percentual* de municípios que informaram no SISPACTO as metas propostas e os resultados alcançados em 2001, de acordo com indicador, Brasil 2002

Indicador	Municípios que pactuaram		Municípios com informação	
	Nº	%	Nº	%
Taxa de mortalidade infantil	877	15,8	840	15,1
Taxa de mortalidade infantil por causas evitáveis	869	15,6	869	15,6
Proporção de óbitos infantis sem assistência médica	876	15,8	837	15,1
Taxa de mortalidade materna	112	2,0	112	2,0
Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil investiga	273	4,9	273	4,9
Proporção de recém-nascidos de mães com 4 ou mais consultas de pré-natal	5187	93,3	4942	88,9
Proporção de partos e abortamentos em adolescentes	5189	93,3	4524	81,4
Cobertura vacinal de rotina por DPT em menores de 1 ano de idade	5489	98,7	5424	97,5
Cobertura vacinal contra influenza	4857	87,3	4742	85,3
Proporção de casos de sarampo investigados em 48 horas, após a notificação	5188	93,3	4872	87,6
Número de casos confirmados de tétanos neonatal	4856	87,3	4327	77,8
Número de casos confirmados de sífilis congênita	5488	98,7	4544	81,7
Taxa de incidência de tuberculose	4950	89,0	4333	77,9
Taxa de prevalência de hanseníase	4856	87,3	4276	76,9
Taxa de internação por acidente vascular cerebral na população de 30 a 59 anos de idade	5187	93,3	4171	75,0
Visita domiciliar por família/mês	4855	87,3	4573	82,2
Proporção da população coberta pelo Programa de Saúde da família	5474	98,4	4652	83,7
Consultas médicas nas especialidades básicas por habitante/ano	5479	98,5	5223	93,9
Concentração de procedimentos odontológicos coletivos na faixa etária de 0 a 14 anos	4854	87,3	4119	74,1

*do total de 5561 municípios brasileiros

Tabela 1 – Número e percentual* de municípios brasileiros que pactuaram e número e percentual* de municípios que informaram no SISPACTO as metas propostas e os resultados alcançados em 2001, de acordo com indicador, Brasil 2002

Indicador	Municípios que pactuaram		Municípios com informação	
	Nº	%	Nº	%
Taxa de mortalidade infantil	877	15,8	840	15,1
Taxa de mortalidade infantil por causas evitáveis	869	15,6	869	15,6
Proporção de óbitos infantis sem assistência médica	876	15,8	837	15,1
Taxa de mortalidade materna	112	2,0	112	2,0
Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil investigados	273	4,9	273	4,9
Proporção de recém-nascidos de mães com 4 ou mais consultas de pré-natal	5187	93,3	4942	88,9
Proporção de partos e abortamentos em adolescentes	5189	93,3	4524	81,4
Cobertura vacinal de rotina por DPT em menores de 1 ano de idade	5489	98,7	5424	97,5
Cobertura vacinal contra influenza	4857	87,3	4742	85,3
Proporção de casos de sarampo investigados em 48 horas, após a notificação	5188	93,3	4872	87,6
Número de casos confirmados de tétanos neonatal	4856	87,3	4327	77,8
Número de casos confirmados de sífilis congênita	5488	98,7	4544	81,7
Taxa de incidência de tuberculose	4950	89,0	4333	77,9
Taxa de prevalência de hanseníase	4856	87,3	4276	76,9
Taxa de internação por acidente vascular cerebral na população de 30 a 59 anos de idade	5187	93,3	4171	75,0
Visita domiciliar por família/mês	4855	87,3	4573	82,2
Proporção da população coberta pelo Programa de Saúde da família	5474	98,4	4652	83,7
Consultas médicas nas especialidades básicas por habitante/ano	5479	98,5	5223	93,9
Concentração de procedimentos odontológicos coletivos na faixa etária de 0 a 14 anos	4854	87,3	4119	74,1

*do total de 5561 municípios brasileiros

Tabela 2 - Número de indicadores pactuados, número e proporção de indicadores em que se alcançou as metas e número e proporção de indicadores em que se obteve desempenho igual ou superior a 70% da meta por estado e

Região/Estado	Indicadores pactuados	Indicadores em que se alcançou a meta		Indicadores com desempenho de $\geq 70\%$ da meta	
	Nº	Nº	%	Nº	%
Região Norte					
Acre	19	6	31,6	7	68,4
Amazonas	19	9	47,4	6	78,9
Amapá	18	7	38,9	5	66,7
Pará	19	7	36,8	2	47,4
Roraima	18	8	44,4	3	61,1
Rondônia					
Tocantins	18	10	55,6	5	83,3
Região Nordeste					
Alagoas	18	9	50,0	7	88,9
Bahia	19	6	31,6	7	68,4
Ceará	19	14	73,7	3	89,5
Maranhão	18	10	55,6	6	88,9
Paraíba	9	7	77,8	1	88,9
Piauí	16	8	50,0	3	68,8
Pernambuco	15	7	46,7	7	93,3
Rio Grande do Norte	19	9	47,4	6	78,9
Sergipe	19	9	47,4	6	78,9
Região Sudeste					
Espírito Santo	19	15	78,9	2	89,5
Minas Gerais	18	12	66,7	3	83,3
Rio de Janeiro	16	12	75,0	1	81,3
São Paulo	17	13	76,5	4	100,0
Região Sul					
Paraná	18	12	66,7	6	100,0
Santa Catarina	19	10	52,6	7	89,5
Rio Grande do Sul	19	14	73,7	4	94,7
Região Centro-Oeste					
Distrito Federal	19	10	52,6	5	78,9
Goiás	19	13	68,4	5	94,7
Mato Grosso	7	3	42,9	3	85,7
Mato Grosso do Sul	19	6	31,6	5	57,9

Tabela 22 - Número total de municípios, número e percentual de municípios que pactuaram, proporção de municípios que alcançaram a meta e proporção de municípios que alcançaram valor maior ou igual a 70% da meta com relação ao indicador "taxa de mortalidade infantil"

Região/Estado	Total de municípios	Municípios que pactuaram		Municípios que alcançaram a meta		Municípios que alcançaram $\geq 70\%$ da meta	
	Nº	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Região Norte							
Acre	22	1	4,5	1	100,0	1	100,0
Amazonas	62	2	3,2	2	100,0	2	100,0
Amapá	16	2	12,5		0,0	2	100,0
Pará	143	11	7,7	3	27,3	6	54,5
Roraima	15	1	6,7		0,0	1	100,0
Rondônia	52		0,0				
Tocantins	139	2	1,4	1	50,0	2	100,0
Região Nordeste							
Alagoas	102	2	2,0	2	100,0	2	100,0
Bahia	417	16	3,8	7	43,8	13	81,3
Ceará	184	9	4,9	8	88,9	9	100,0
Maranhão	217	7	3,2	4	57,1	6	85,7
Paraíba	223		0,0				
Piauí	222	2	0,9		0,0	2	100,0
Pernambuco	185	12	6,5	10	83,3	12	100,0
Rio Grande do Norte	167	2	1,2	2	100,0	2	100,0
Sergipe	75	2	2,7		0,0	2	100,0
Região Sudeste							
Espírito Santo	78	9	11,5	5	55,6	8	88,9
Minas Gerais	853	31	3,6	23	74,2	26	83,9
Rio de Janeiro	92	25	27,2	15	60,0	24	96,0
São Paulo	645	634	98,3	329	51,9	420	66,2
Região Sul							
Paraná	399	19	4,8	11	57,9	19	100,0
Santa Catarina	293	11	3,8	7	63,6	11	100,0
Rio Grande do Sul	497	23	4,6	4	17,4	21	91,3
Região Centro-Oeste							
Distrito Federal	1		0,0				
Goiás	246	10	4,1	10	100,0	10	100,0
Mato Grosso	139	4	2,9	2	50,0	4	100,0
Mato Grosso do Sul	77	3	3,9	2	66,7	3	100,0

Tabela 23 - Número total de municípios, número e percentual de municípios que pactuaram, proporção de municípios que alcançaram a meta e proporção de municípios que alcançaram valor maior ou igual a 70% da meta com relação ao indicador "proporção de recém nascidos de mães com 04 ou mais consultas de pré-natal" no ano de 2001 por estado, Brasil, 2002

Região/Estado	Total de municípios	Municípios que pactuaram		Municípios que alcançaram a meta		Municípios que alcançaram ≥70% da meta	
	Nº	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Região Norte							
Acre	22	21	95,5	5	23,8	14	66,7
Amazonas	62	57	91,9	5	8,8	28	49,1
Amapá	16	14	87,5	5	35,7	10	71,4
Pará	143	138	96,5	39	28,3	88	63,8
Roraima	15	15	100,0	14	93,3	15	100,0
Rondônia	52	1	1,9	1	100,0	1	100,0
Tocantins	139	135	97,1	61	45,2	118	87,4
Região Nordeste							
Alagoas	102	102	100,0	40	39,2	85	83,3
Bahia	417	417	100,0	186	44,6	369	88,5
Ceará	184	184	100,0	92	50,0	171	92,9
Maranhão	217	213	98,2	108	50,7	174	81,7
Paraíba	223	215	96,4	141	65,6	206	95,8
Piauí	222	203	91,4	78	38,4	163	80,3
Pernambuco	185	185	100,0	113	61,1	179	96,8
Rio Grande do Norte	167	148	88,6	71	51,0	134	93,4
Sergipe	75	72	96,0	2	2,8	10	13,9
Região Sudeste							
Espírito Santo	78	78	100,0	40	51,3	77	98,7
Minas Gerais	853	840	98,5	453	53,9	744	88,6
Rio de Janeiro	92	91	98,9	57	62,6	91	100,0
São Paulo	645	631	97,8	244	38,7	509	80,7
Região Sul							
Paraná	399	104	26,1	48	46,2	103	99,0
Santa Catarina	293	293	100,0	148	50,5	280	95,6
Rio Grande do Sul	497	473	95,2	241	51,0	442	93,4
Região Centro-Oeste							
Distrito Federal	1		0,0				
Goiás	246	235	95,5	115	48,9	199	84,7
Mato Grosso	139	4	2,9	4	100,0	4	100,0
Mato Grosso do Sul	77	73	94,8	44	60,3	68	93,2

Tabela 24 - Número total de municípios, número e percentual de municípios que pactuaram, proporção de municípios que alcançaram a meta e proporção de municípios que alcançaram valor maior ou igual a 70% da meta com relação ao indicador "proporção de partos e abortamentos em adolescentes" no ano de 2001 por estado, Brasil, 2002

Região/Estado	Total de municípios	Municípios que pactuaram		Municípios que alcançaram a meta		Municípios que alcançaram $\geq 70\%$ da meta	
	Nº	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Região Norte							
Acre	22	11	50,0	6	54,5	9	81,8
Amazonas	62	52	83,9	28	53,8	42	80,8
Amapá	16	14	87,5	9	64,3	12	85,7
Pará	143	119	83,2	64	53,8	75	63,0
Roraima	15	14	93,3		0,0	7	50,0
Rondônia	52		0,0				
Tocantins	139	135	97,1	80	59,3	114	84,4
Região Nordeste							
Alagoas	102	101	99,0	64	63,4	98	97,0
Bahia	417	410	98,3	55	13,4	301	73,4
Ceará	184	177	96,2	71	40,1	140	79,1
Maranhão	217	1	0,5		0,0		0,0
Paraíba	223		0,0				
Piauí	222	90	40,5	76	84,4	85	94,4
Pernambuco	185	173	93,5	61	35,3	159	91,9
Rio Grande do Norte	167	148	88,6	74	50,0	100	67,6
Sergipe	75	72	96,0	55	76,4	70	97,2
Região Sudeste							
Espírito Santo	78	77	98,7	31	40,3	73	94,8
Minas Gerais	853	769	90,2	418	54,4	579	75,3
Rio de Janeiro	92	89	96,7	38	42,7	78	87,6
São Paulo	645	631	97,8	159	25,2	435	68,9
Região Sul							
Paraná	399	380	95,2	125	32,9	291	76,6
Santa Catarina	293	293	100,0	141	48,1	200	68,3
Rio Grande do Sul	497	474	95,4	242	51,1	378	79,7
Região Centro-Oeste							
Distrito Federal	1		0,0				
Goiás	246	220	89,4	200	90,9	214	97,3
Mato Grosso	139		0,0				
Mato Grosso do Sul	77	294	381,8	290	98,6	290	98,6

Tabela 25 - Número total de municípios, número e percentual de municípios que pactuaram, proporção de municípios que alcançaram a meta e proporção de municípios que alcançaram valor maior ou igual a 70% da meta com relação ao indicador "cobertura vacinal de rotina por DPT em menores de 01 ano" no ano de 2001 por estado, Brasil, 2002

Região/Estado	Total de municípios	Municípios que pactuaram		Municípios que alcançaram a meta		Municípios que alcançaram $\geq 70\%$ da meta	
	Nº	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Região Norte							
Acre	22	22	100,0	5	22,7	12	54,5
Amazonas	62	62	100,0	10	16,1	30	48,4
Amapá	16	14	87,5	6	42,9	14	100,0
Pará	143	139	97,2	44	31,7	94	67,6
Roraima	15	15	100,0	9	60,0	13	86,7
Rondônia	52	1	1,9	1	100,0	1	100,0
Tocantins	139	135	97,1	96	71,1	128	94,8
Região Nordeste							
Alagoas	102	102	100,0	64	62,7	94	92,2
Bahia	417	417	100,0	233	55,9	382	91,6
Ceará	184	184	100,0	134	72,8	181	98,4
Maranhão	217	216	99,5	83	38,4	161	74,5
Paraíba	223	221	99,1	167	75,6	217	98,2
Piauí	222	207	93,2	128	61,8	184	88,9
Pernambuco	185	185	100,0	82	44,3	169	91,4
Rio Grande do Norte	167	149	89,2	59	39,6	125	83,9
Sergipe	75	75	100,0	38	50,7	72	96,0
Região Sudeste							
Espírito Santo	78	78	100,0	67	85,9	77	98,7
Minas Gerais	853	849	99,5	384	45,2	766	90,2
Rio de Janeiro	92	91	98,9	64	70,3	87	95,6
São Paulo	645	632	98,0	357	56,5	614	97,2
Região Sul							
Paraná	399	399	100,0	208	52,1	376	94,2
Santa Catarina	293	293	100,0	124	42,3	272	92,8
Rio Grande do Sul	497	491	98,8	165	33,6	406	82,7
Região Centro-Oeste							
Distrito Federal	1		0,0				
Goiás	246	245	99,6	125	51,0	213	86,9
Mato Grosso	139	126	90,6	66	52,4	113	89,7
Mato Grosso do Sul	77	76	98,7	40	52,6	70	92,1

Tabela 30 - Número total de municípios, número e percentual de municípios que pactuaram, proporção de municípios que alcançaram a meta e proporção de municípios que alcançaram valor maior ou igual a 70% da meta com relação ao indicador "visita domiciliar por família/mês" no ano de 2001 por estado, Brasil, 2002

Região/Estado	Total de municípios	Municípios que pactuaram		Municípios que alcançaram a meta		Municípios que alcançaram >70% da meta	
	Nº	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Região Norte							
Acre	22	21	95,5	6	28,6	8	38,1
Amazonas	62	60	96,8	14	23,3	20	33,3
Amapá	16	14	87,5	4	28,6	9	64,3
Pará	143	137	95,8	41	29,9	64	46,7
Roraima	15	15	100,0	8	53,3	8	53,3
Rondônia	52	1	1,9		0,0		0,0
Tocantins	139	135	97,1	56	41,5	90	66,7
Região Nordeste							
Alagoas	102	120	117,6	59	49,2	80	66,7
Bahia	417	417	100,0	138	33,1	274	65,7
Ceará	184	184	100,0	94	51,1	121	65,8
Maranhão	217	213	98,2	177	83,1	187	87,8
Paraíba	223	205	91,9	54	26,3	153	74,6
Piauí	222	207	93,2	28	13,5	62	30,0
Pernambuco	185	185	100,0	90	48,6	144	77,8
Rio Grande do Norte	167	148	88,6	67	45,3	97	65,5
Sergipe	75	72	96,0	32	44,4	49	68,1
Região Sudeste							
Espírito Santo	78	78	100,0	42	53,8	57	73,1
Minas Gerais	853	827	97,0	347	42,0	462	55,9
Rio de Janeiro	92	89	96,7	51	57,3	60	67,4
São Paulo	645		0,0				
Região Sul							
Paraná	399	389	97,5	263	67,6	288	74,0
Santa Catarina	293	293	100,0	103	35,2	165	56,3
Rio Grande do Sul	497	476	95,8	131	27,5	197	41,4
Região Centro-Oeste							
Distrito Federal	1		0,0				
Goiás	246	231	93,9	180	77,9	198	85,7
Mato Grosso	139		0,0				
Mato Grosso do Sul	77	73	94,8	12	16,4	18	24,7

Tabela 31 - Número total de municípios, número e percentual de municípios que pactuaram, proporção de municípios que alcançaram a meta e proporção de municípios que alcançaram valor maior ou igual a 70% da meta com relação ao indicador "consultas médicas nas especialidades básicas por hab/ano" no ano de 2001 por estado, Brasil, 2002

Região/Estado	Total de municípios	Municípios que pactuaram		Municípios que alcançaram a meta		Municípios que alcançaram $\geq 70\%$ da meta	
	Nº	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Região Norte							
Acre	22	21	95,5	4	19,0	11	52,4
Amazonas	62	59	95,2	4	6,8	15	25,4
Amapá	16	14	87,5	8	57,1	9	64,3
Pará	143	134	93,7	45	33,6	59	44,0
Roraima	15	15	100,0	4	26,7	4	26,7
Rondônia	52	1	1,9		0,0		0,0
Tocantins	139	135	97,1	67	49,6	85	63,0
Região Nordeste							
Alagoas	102	102	100,0	55	53,9	78	76,5
Bahia	417	417	100,0	114	27,3	219	52,5
Ceará	184	184	100,0	105	57,1	151	82,1
Maranhão	217	210	96,8	92	43,8	135	64,3
Paraíba	223	212	95,1	123	58,0	176	83,0
Piauí	222	200	90,1	54	27,0	102	51,0
Pernambuco	185	185	100,0	67	36,2	128	69,2
Rio Grande do Norte	167	148	88,6	78	52,7	107	72,3
Sergipe	75	72	96,0	17	23,6	36	50,0
Região Sudeste							
Espírito Santo	78	78	100,0	58	74,4	71	91,0
Minas Gerais	853	841	98,6	407	48,4	644	76,6
Rio de Janeiro	92	91	98,9	14	15,4	56	61,5
São Paulo	645	626	97,1	349	55,8	543	86,7
Região Sul							
Paraná	399	394	98,7	239	60,7	342	86,8
Santa Catarina	293	293	100,0	144	49,1	235	80,2
Rio Grande do Sul	497	457	92,0	218	47,7	350	76,6
Região Centro-Oeste							
Distrito Federal	1		0,0				
Goiás	246	233	94,7	142	60,9	173	74,2
Mato Grosso	139	76	54,7	36	47,4	51	67,1
Mato Grosso do Sul	77	76	98,7	36	47,4	51	67,1

Tabela 27 - Número total de municípios, número e percentual de municípios que pactuaram, proporção de municípios que alcançaram a meta e proporção de municípios que alcançaram valor maior ou igual a 70% da meta com relação ao indicador "proporção de casos de sarampo investigados em 48 horas após a notificação" no ano de 2001 por estado, Brasil, 2002

Região/Estado	Total de municípios	Municípios que pactuaram		Municípios que alcançaram a meta		Municípios que alcançaram $\geq 70\%$ da meta	
	Nº	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Região Norte							
Acre	22	21	95,5	18	85,7	19	90,5
Amazonas	62	59	95,2	33	55,9	55	93,2
Amapá	16	4	25,0	3	75,0	3	75,0
Pará	143	84	58,7	18	21,4	20	23,8
Roraima	15	15	100,0	15	100,0	15	100,0
Rondônia	52	1	1,9		0,0		0,0
Tocantins	139	135	97,1	40	29,6	43	31,9
Região Nordeste							
Alagoas	102	102	100,0	69	67,6	69	67,6
Bahia	417	416	99,8	340	81,7	357	85,8
Ceará	184	157	85,3	94	59,9	106	67,5
Maranhão	217	209	96,3	30	14,4	30	14,4
Paraíba	223	216	96,9	43	19,9	45	20,8
Piauí	222	176	79,3	57	32,4	57	32,4
Pernambuco	185	185	100,0	171	92,4	174	94,1
Rio Grande do Norte	167	148	88,6	85	57,4	89	60,1
Sergipe	75	71	94,7	56	78,9	58	81,7
Região Sudeste							
Espírito Santo	78	49	62,8	30	61,2	30	61,2
Minas Gerais	853	831	97,4	593	71,4	602	72,4
Rio de Janeiro	92	68	73,9	52	76,5	56	82,4
São Paulo	645	630	97,7	559	88,7	572	90,8
Região Sul							
Paraná	399	393	98,5	309	78,6	313	79,6
Santa Catarina	293	293	100,0	96	32,8	107	36,5
Rio Grande do Sul	497	484	97,4	403	83,3	406	83,9
Região Centro-Oeste							
Distrito Federal	1		0,0				
Goiás	246	139	56,5	64	46,0	66	47,5
Mato Grosso	139	1	0,7	1	100,0	1	100,0
Mato Grosso do Sul	77	1	1,3	1	100,0	1	100,0

Tabela 26 - Número total de municípios, número e percentual de municípios que pactuaram, proporção de municípios que alcançaram a meta e proporção de municípios que alcançaram valor maior ou igual a 70% da meta com relação ao indicador "cobertura vacinal contra influenza em idosos " no ano de 2001 por estado, Brasil, 2002

Região/Estado	Total de municípios	Municípios que pactuaram		Municípios que alcançaram a meta		Municípios que alcançaram $\geq 70\%$ da meta	
	Nº	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Região Norte							
Acre	22	21	95,5	8	38,1	18	85,7
Amazonas	62	61	98,4	16	26,2	38	62,3
Amapá	16	14	87,5	11	78,6	14	100,0
Pará	143	139	97,2	89	64,0	128	92,1
Roraima	15	15	100,0	11	73,3	13	86,7
Rondônia	52	1	1,9		0,0		0,0
Tocantins	139	135	97,1	96	71,1	129	95,6
Região Nordeste							
Alagoas	102	102	100,0	79	77,5	100	98,0
Bahia	417	417	100,0	210	50,4	391	93,8
Ceará	184	183	99,5	146	79,8	181	98,9
Maranhão	217	213	98,2	168	78,9	206	96,7
Paraíba	223	219	98,2	187	85,4	218	99,5
Piauí	222	203	91,4	153	75,4	181	89,2
Pernambuco	185	185	100,0	114	61,6	184	99,5
Rio Grande do Norte	167	149	89,2	97	65,1	136	91,3
Sergipe	75	73	97,3	56	76,7	72	98,6
Região Sudeste							
Espírito Santo	78	78	100,0	72	92,3	78	100,0
Minas Gerais	853	840	98,5	494	58,8	789	93,9
Rio de Janeiro	92	91	98,9	72	79,1	89	97,8
São Paulo	645		0,0				
Região Sul							
Paraná	399	391	98,0	247	63,2	380	97,2
Santa Catarina	293	293	100,0	172	58,7	274	93,5
Rio Grande do Sul	497	482	97,0	291	60,4	436	90,5
Região Centro-Oeste							
Distrito Federal	1		0,0				
Goiás	246	235	95,5	221	94,0	232	98,7
Mato Grosso	139	126	90,6	92	73,0	121	96,0
Mato Grosso do Sul	77	76	98,7	39	51,3	69	90,8

Tabela 28 - Número total de municípios, número e percentual de municípios que pactuaram, proporção de municípios que alcançaram a meta e proporção de municípios que alcançaram valor maior ou igual a 70% da meta com relação ao indicador "número de casos confirmados de tétano neonatal" no ano de 2001 por estado, Brasil, 2002

Região/Estado	Total de municípios	Municípios que pactuaram		Municípios que alcançaram a meta		Municípios que alcançaram $\geq 70\%$ da meta	
	Nº	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Região Norte							
Acre	22	21	95,5	20	95,2	20	95,2
Amazonas	62	62	100,0	59	95,2	59	95,2
Amapá	16	14	87,5	14	100,0	14	100,0
Pará	143	139	97,2	134	96,4	134	96,4
Roraima	15	15	100,0	15	100,0	15	100,0
Rondônia	52	1	1,9	1	100,0	1	100,0
Tocantins	139	135	97,1	135	100,0	135	100,0
Região Nordeste							
Alagoas	102	102	100,0	100	98,0	100	98,0
Bahia	417	416	99,8	412	99,0	412	99,0
Ceará	184	184	100,0	184	100,0	184	100,0
Maranhão	217	3	1,4	3	100,0	3	100,0
Paraíba	223	177	79,4	177	100,0	177	100,0
Piauí	222	192	86,5	188	97,9	188	97,9
Pernambuco	185	181	97,8	178	98,3	178	98,3
Rio Grande do Norte	167	148	88,6	144	97,3	144	97,3
Sergipe	75	72	96,0	71	98,6	71	98,6
Região Sudeste							
Espírito Santo	78	78	100,0	76	97,4	76	97,4
Minas Gerais	853	822	96,4	815	99,1	815	99,1
Rio de Janeiro	92	91	98,9	91	100,0	91	100,0
São Paulo	645		0,0				
Região Sul							
Paraná	399	391	98,0	387	99,0	387	99,0
Santa Catarina	293	292	99,7	287	98,3	287	98,3
Rio Grande do Sul	497	482	97,0	482	100,0	482	100,0
Região Centro-Oeste							
Distrito Federal	1		0,0				
Goiás	246	233	94,7	231	99,1	231	99,1
Mato Grosso	139	1	0,7	1	100,0	1	100,0
Mato Grosso do Sul	77	75	97,4	74	98,7	74	98,7

Tabela 29 - Número total de municípios, número e percentual de municípios que pactuaram, proporção de municípios que alcançaram a meta e proporção de municípios que alcançaram valor maior ou igual a 70% da meta com relação ao indicador "número de casos confirmados de sífilis congênita" no ano de 2001 por estado, Brasil, 2002

Região/Estado	Total de municípios	Municípios que pactuaram		Municípios que alcançaram a meta		Municípios que alcançaram $\geq 70\%$ da meta	
	Nº	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Região Norte							
Acre	22	21	95,5	20	95,2	20	95,2
Amazonas	62	61	98,4	61	100,0	61	100,0
Amapá	16	14	87,5	8	57,1	8	57,1
Pará	143	138	96,5	125	90,6	125	90,6
Roraima	15	15	100,0	15	100,0	15	100,0
Rondônia	52	1	1,9	1	100,0	1	100,0
Tocantins	139	135	97,1	126	93,3	126	93,3
Região Nordeste							
Alagoas	102	102	100,0	98	96,1	98	96,1
Bahia	417	416	99,8	400	96,2	400	96,2
Ceará	184	184	100,0	181	98,4	181	98,4
Maranhão	217	11	5,1	10	90,9	10	90,9
Paraíba	223	12	5,4	12	100,0	12	100,0
Piauí	222	125	56,3	118	94,4	118	94,4
Pernambuco	185	3	1,6	3	100,0	3	100,0
Rio Grande do Norte	167	148	88,6	141	95,3	141	95,3
Sergipe	75	70	93,3	66	94,3	66	94,3
Região Sudeste							
Espírito Santo	78	78	100,0	68	87,2	73	93,6
Minas Gerais	853	823	96,5	811	98,5	811	98,5
Rio de Janeiro	92	91	98,9	80	87,9	82	90,1
São Paulo	645	633	98,1	561	88,6	564	89,1
Região Sul							
Paraná	399	392	98,2	376	95,9	376	95,9
Santa Catarina	293	292	99,7	284	97,3	284	97,3
Rio Grande do Sul	497	471	94,8	464	98,5	464	98,5
Região Centro-Oeste							
Distrito Federal	1		0,0				
Goiás	246	232	94,3	218	94,0	220	94,8
Mato Grosso	139		0,0				
Mato Grosso do Sul	77	76	98,7	74	97,4	74	97,4

Tabela 3 - Meta proposta, resultado alcançado e proporção de alcance da meta no ano de 2001 por estado com relação ao indicador do Pacto da Atenção Básica "taxa de mortalidade infantil", Brasil, 2002

Região/Estado	Meta Proposta	Resultado Alcançado	Proporção de Alcance da Meta
Região Norte			
Acre	24,56	22,37	109,8
Amazonas	23,63	23,71	99,7
Amapá	22	22,8	96,5
Pará	14	22,36	62,6
Roraima	17	17,3	98,3
Rondônia			
Tocantins	22	20,83	105,6
Região Nordeste			
Alagoas	53,11	31,52	168,5
Bahia	21,2	21	101,0
Ceará	26	19	136,8
Maranhão	15	19,9	75,4
Paraíba			
Piauí	20,4	18,6	109,7
Pernambuco	31,02	26,27	118,1
Rio Grande do Norte	19	17,1	111,1
Sergipe	32	31,43	101,8
Região Sudeste			
Espírito Santo	20	18,48	108,2
Minas Gerais	23,2	16,58	139,9
Rio de Janeiro	17,9	18,2	98,4
São Paulo	16,2	16,1	100,6
Região Sul			
Paraná	18,43	17,4	105,9
Santa Catarina	15	15,5	96,8
Rio Grande do Sul	15,08	15,66	96,3
Região Centro-Oeste			
Distrito Federal	14,4	15,22	94,6
Goiás	23,8	16,62	143,2
Mato Grosso	18,5	19,5	94,9
Mato Grosso do Sul	19,3	23,78	81,2

Tabela 4 -Meta proposta, resultado alcançado e proporção de alcance da meta no ano de 2001 por estado com relação ao indicador do Pacto da Atenção Básica

Região/Estado	Meta Proposta	Resultado Alcançado	Proporção de Alcance da Meta
Região Norte			
Acre	11,75	13,25	88,7
Amazonas	21,14	13,96	151,4
Amapá	50	18,01	277,6
Pará	10	16,22	61,7
Roraima	8	13	61,5
Rondônia			
Tocantins	13,5	14,24	94,8
Região Nordeste			
Alagoas	15	20,04	74,9
Bahia	14,5	11,1	130,6
Ceará	14	14	100,0
Maranhão	13	16,85	77,2
Paraíba			
Piauí	16,3	4,86	335,4
Pernambuco	18,93	17	111,4
Rio Grande do Norte	18	14,02	128,4
Sergipe	18,6	6,2	300,0
Região Sudeste			
Espírito Santo	11,79	12,12	97,3
Minas Gerais	17,6	12,51	140,7
Rio de Janeiro	16	13,6	117,6
São Paulo	14	13,81	101,4
Região Sul			
Paraná			
Santa Catarina	13,5	12,9	104,7
Rio Grande do Sul	11,03	9,6	114,9
Região Centro-Oeste			
Distrito Federal	3,4	9,14	37,2
Goiás	19,6	13,78	142,2
Mato Grosso			
Mato Grosso do Sul	8,8	18,4	47,8

**Tabela 5 -Meta proposta, resultado alcançado e proporção de alcance
da meta no ano de 2001 por estado com relação
ao indicador do Pacto da Atenção Básica
"proporção de óbitos infantis sem assistência médica", Brasil, 2002**

Região/Estado	Meta Proposta	Resultado Alcançado	Proporção de Alcance da Meta
Região Norte			
Acre	14,66	16,16	90,7
Amazonas	8,4	8,62	97,4
Amapá	0,36	0,89	40,4
Pará	14	0,04	35000,0
Roraima	55	3,2	1718,8
Rondônia			
Tocantins	8,19	10,64	77,0
Região Nordeste			
Alagoas	20	17,12	116,8
Bahia	5,9	9,2	64,1
Ceará	1,3	1,3	100,0
Maranhão	11	6,78	162,2
Paraíba			
Piauí	1,41	16,4	8,6
Pernambuco	15	19	78,9
Rio Grande do Norte	6,5	7,4	87,8
Sergipe	12	9,43	127,3
Região Sudeste			
Espírito Santo	10,7	8,35	128,1
Minas Gerais	9,3	2,63	353,6
Rio de Janeiro	0	0,04	0,0
São Paulo	1,5	1,45	103,4
Região Sul			
Paraná	5,6	1,68	333,3
Santa Catarina	7	6,5	107,7
Rio Grande do Sul	4,8	3,7	129,7
Região Centro-Oeste			
Distrito Federal	0	0	100,0
Goiás	1,6	0,97	164,9
Mato Grosso			
Mato Grosso do Sul	0,2	16,6	1,2

**Tabela 6 -Meta proposta, resultado alcançado e proporção de alcance
da meta no ano de 2001 por estado com relação
ao indicador do Pacto da Atenção Básica
"Taxa de mortalidade materna", Brasil, 2002**

Região/Estado	Meta Proposta	Resultado Alcançado	Proporção de Alcance da Meta
Região Norte			
Acre	14,84	20,27	73,2
Amazonas	76,52	50,37	151,9
Amapá	0,5	60,95	0,8
Pará	15	52,19	28,7
Roraima	66,2	56,4	117,4
Rondônia			
Tocantins	70,5	66,31	106,3
Região Nordeste			
Alagoas	20	26,56	75,3
Bahia	45	44,1	102,0
Ceará	75	75	100,0
Maranhão	57,7	75,7	76,2
Paraíba			
Piauí			
Pernambuco	66,72	41,1	162,3
Rio Grande do Norte	37	21,5	172,1
Sergipe	72,8	74,6	97,6
Região Sudeste			
Espírito Santo	43,6	43,6	100,0
Minas Gerais	98,2	66,37	148,0
Rio de Janeiro			
São Paulo	46,3	42,2	109,7
Região Sul			
Paraná	63,6	65,27	97,4
Santa Catarina	36	37,3	96,5
Rio Grande do Sul	32	65,4	48,9
Região Centro-Oeste			
Distrito Federal	36,6	30,39	120,4
Goiás	40	55,11	72,6
Mato Grosso			
Mato Grosso do Sul	47,2	45,5	103,7

Tabela 7 - Meta proposta, resultado alcançado e proporção de alcance da meta no ano de 2001 por estado com relação ao indicador do Pacto da Atenção Básica

Região/Estado	Meta Proposta	Resultado Alcançado	Proporção de Alcance da Meta
Região Norte			
Acre	96,36	3,2	3,3
Amazonas	60	0	0,0
Amapá	80	0	0,0
Pará	0	0	100,0
Roraima	10	7,6	76,0
Rondônia			
Tocantins	50	6,94	13,9
Região Nordeste			
Alagoas			
Bahia	10	9,77	97,7
Ceará	100	27,5	27,5
Maranhão			
Paraíba			
Piauí	75	0	0,0
Pernambuco	12	10,03	83,6
Rio Grande do Norte	20	0	0,0
Sergipe	1,3	3,85	296,2
Região Sudeste			
Espírito Santo	50	0	0,0
Minas Gerais			
Rio de Janeiro			
São Paulo			
Região Sul			
Paraná	100	100	100,0
Santa Catarina	80	82	102,5
Rio Grande do Sul	100	100	100,0
Região Centro-Oeste			
Distrito Federal	38,8	70	180,4
Goiás	90	90	100,0
Mato Grosso			
Mato Grosso do Sul	50	32	64,0

**Tabela 8 - Meta proposta, resultado alcançado e proporção de alcance
da meta no ano de 2001 por estado com relação
ao indicador do Pacto da Atenção Básica**

Região/Estado	Meta Proposta	Resultado Alcançado	Proporção de Alcance da Meta
Região Norte			
Acre	52,22	53,2	101,9
Amazonas	67	66,38	99,1
Amapá	80	59,9	74,9
Pará	80	45,81	57,3
Roraima	41	73,6	179,5
Rondônia			
Tocantins	85	74,16	87,2
Região Nordeste			
Alagoas	70	67,01	95,7
Bahia	47,5	64,7	136,2
Ceará	82	87	106,1
Maranhão	60	63	105,0
Paraíba	56	83,6	149,3
Piauí	78,8	79	100,3
Pernambuco	75,5	78,19	103,6
Rio Grande do Norte	80	81	101,3
Sergipe	80	77,6	97,0
Região Sudeste			
Espírito Santo	86,6	86,6	100,0
Minas Gerais	70	84,52	120,7
Rio de Janeiro	80	87,4	109,3
São Paulo	54	59	109,3
Região Sul			
Paraná	90,5	91,81	101,4
Santa Catarina	90	89,4	99,3
Rio Grande do Sul	83	85,7	103,3
Região Centro-Oeste			
Distrito Federal	85	81,72	96,1
Goiás	84,9	87,26	102,8
Mato Grosso	60	88,7	147,8
Mato Grosso do Sul	79,7	86,22	108,2

Tabela 9 - Meta proposta, resultado alcançado e proporção de alcance da meta no ano de 2001 por estado com relação ao indicador do Pacto da Atenção Básica "proporção de partos e abortamento em adolescentes", Brasil, 2002

Região/Estado	Meta Proposta	Resultado Alcançado	Proporção de Alcance da Meta
Região Norte			
Acre	34,14	32,06	106,5
Amazonas	30,5	24,86	122,7
Amapá	30	19,52	153,7
Pará	21	32,24	65,1
Roraima	26,6	51	52,2
Rondônia			
Tocantins	33,66	29,96	112,3
Região Nordeste			
Alagoas	27	27,54	98,0
Bahia	27,5	28,6	96,2
Ceará	25	24	104,2
Maranhão	30	34,4	87,2
Paraíba			
Piauí			
Pernambuco	25	12,34	202,6
Rio Grande do Norte	26,7	26,9	99,3
Sergipe	20	8,49	235,6
Região Sudeste			
Espírito Santo	26,2	26,5	98,9
Minas Gerais	22,07	22,52	98,0
Rio de Janeiro	25	25	100,0
São Paulo	24,7	23,7	104,2
Região Sul			
Paraná	25,93	26,04	99,6
Santa Catarina	22,3	19,6	113,8
Rio Grande do Sul	23	20,2	113,9
Região Centro-Oeste			
Distrito Federal	22,03	19,05	115,6
Goiás	39,5	34,5	114,5
Mato Grosso			
Mato Grosso do Sul	23	1,8	1277,8

Tabela 10 - Meta proposta, resultado alcançado e proporção de alcance da meta no ano de 2001 por estado com relação ao indicador do Pacto da Atenção Básica

Região/Estado	Meta Proposta	Resultado Alcançado	Proporção de Alcance da Meta
Região Norte			
Acre	93,32	65,47	70,2
Amazonas	90	76,17	84,6
Amapá	95	95,44	100,5
Pará	90	83,93	93,3
Roraima	90	87	96,7
Rondônia			
Tocantins	90	106,32	118,1
Região Nordeste			
Alagoas	90	97,41	108,2
Bahia	90	100	111,1
Ceará	95	109,95	115,7
Maranhão	90	86,6	96,2
Paraíba	90	102,8	114,2
Piauí	90,8	99,9	110,0
Pernambuco	90	91,59	101,8
Rio Grande do Norte	90	88,4	98,2
Sergipe	95	101,42	106,8
Região Sudeste			
Espírito Santo	90	101,35	112,6
Minas Gerais	90	96,71	107,5
Rio de Janeiro	90	91,36	101,5
São Paulo	95	94	98,9
Região Sul			
Paraná	98,13	100	101,9
Santa Catarina	90	93,6	104,0
Rio Grande do Sul	98,22	91	92,6
Região Centro-Oeste			
Distrito Federal	100	100	100,0
Goiás	95	88,07	92,7
Mato Grosso	95	102,25	107,6
Mato Grosso do Sul	93,3	105,57	113,2

Tabela 11 - Meta proposta, resultado alcançado e proporção de alcance da meta no ano de 2001 por estado com relação ao indicador do Pacto da Atenção Básica

Região/Estado	Meta Proposta	Resultado Alcançado	Proporção de Alcance da Meta
Região Norte			
Acre	88,54	75,61	85,4
Amazonas	70	75,72	108,2
Amapá	85	96,03	113,0
Pará	75	101,73	135,6
Roraima	70	77	110,0
Rondônia			
Tocantins	95	90,08	94,8
Região Nordeste			
Alagoas	70	87,56	125,1
Bahia	70	79,14	113,1
Ceará	70	77,1	110,1
Maranhão	70	91,3	130,4
Paraíba	70	77,59	110,8
Piauí	75	81,4	108,5
Pernambuco	70	86,09	123,0
Rio Grande do Norte	80	80,9	101,1
Sergipe	70	90,12	128,7
Região Sudeste			
Espírito Santo	70	77,77	111,1
Minas Gerais	70	74,99	107,1
Rio de Janeiro	70	77	110,0
São Paulo	70	68	97,1
Região Sul			
Paraná	84,6	74,9	88,5
Santa Catarina	70	75,7	108,1
Rio Grande do Sul	86,49	86,49	100,0
Região Centro-Oeste			
Distrito Federal	83,03	82,6	99,5
Goiás	70	91,83	131,2
Mato Grosso	70	95,6	136,6
Mato Grosso do Sul	80,7	88,56	109,7

Tabela 12 - Meta proposta, resultado alcançado e proporção de alcance da meta no ano de 2001 por estado com relação ao indicador do Pacto da Atenção Básica "Proporção de casos de sarampo investigados em 48 horas após a notificação", Brasil, 2002

Região/Estado	Meta Proposta	Resultado Alcançado	Proporção de Alcance da Meta
Região Norte			
Acre	93,27	100	107,2
Amazonas	80	88	110,0
Amapá	80	100	125,0
Pará	100	93,88	93,9
Roraima	95	100	105,3
Rondônia			
Tocantins	80	85	106,3
Região Nordeste			
Alagoas	80	85,7	107,1
Bahia	80	73,2	91,5
Ceará	95	91	95,8
Maranhão	80	85,4	106,8
Paraíba	80	92,75	115,9
Piauí	100	100	100,0
Pernambuco	100	83,2	83,2
Rio Grande do Norte	80	73	91,3
Sergipe	80	80,3	100,4
Região Sudeste			
Espírito Santo	80	96,9	121,1
Minas Gerais	80	74	92,5
Rio de Janeiro	80	83	103,8
São Paulo	80	93,24	116,6
Região Sul			
Paraná	88,7	87,6	98,8
Santa Catarina	88	92,2	104,8
Rio Grande do Sul	91,5	94,3	103,1
Região Centro-Oeste			
Distrito Federal	100	100	100,0
Goiás	80	72,2	90,3
Mato Grosso			
Mato Grosso do Sul	92,8	92,4	99,6

Tabela 13 - Meta proposta, resultado alcançado e proporção de alcance da meta no ano de 2001 por estado com relação ao indicador do Pacto da Atenção Básica

Região/Estado	Meta Proposta	Resultado Alcançado	Proporção de Alcance da Meta
Região Norte			
Acre	0	1	0,0
Amazonas	2	4	50,0
Amapá	0	0	100,0
Pará	3	5	60,0
Roraima	0	0	100,0
Rondônia			
Tocantins	0	0	100,0
Região Nordeste			
Alagoas	0	4	0,0
Bahia	0	5	0,0
Ceará	0	0	100,0
Maranhão			
Paraíba	0	0	100,0
Piauí	0	0	100,0
Pernambuco	0	2	0,0
Rio Grande do Norte	0	0	100,0
Sergipe	0	1	0,0
Região Sudeste			
Espírito Santo	0	2	0,0
Minas Gerais	0	1	0,0
Rio de Janeiro	0	0	100,0
São Paulo	0	0	100,0
Região Sul			
Paraná	0	0	100,0
Santa Catarina	2	2	100,0
Rio Grande do Sul	1	1	100,0
Região Centro-Oeste			
Distrito Federal	0	0	100,0
Goiás	1	0	100,0
Mato Grosso			
Mato Grosso do Sul	3	2	150,0

Tabela 14 - Meta proposta, resultado alcançado e proporção de alcance da meta no ano de 2001 por estado com relação ao indicador do Pacto da Atenção Básica

Região/Estado	Meta Proposta	Resultado Alcançado	Proporção de Alcance da Meta
Região Norte			
Acre	0	0	100,0
Amazonas	19	20	95,0
Amapá	90	103	87,4
Pará	10	23	43,5
Roraima	1	0	100,0
Rondônia			
Tocantins	5	53	9,4
Região Nordeste			
Alagoas	61	22	277,3
Bahia	1	68	1,5
Ceará	40	31	129,0
Maranhão			
Paraíba	63	25	252,0
Piauí			
Pernambuco			
Rio Grande do Norte	60	51	117,6
Sergipe	4	10	40,0
Região Sudeste			
Espírito Santo	344	244	141,0
Minas Gerais	0,5	50	1,0
Rio de Janeiro	3330	892	373,3
São Paulo	700	945	74,1
Região Sul			
Paraná	66	94	70,2
Santa Catarina	1	12	8,3
Rio Grande do Sul	295	162	182,1
Região Centro-Oeste			
Distrito Federal	2,2	2,1	104,8
Goiás	1	119	0,8
Mato Grosso			
Mato Grosso do Sul	49	21	233,3

Tabela 15 - Meta proposta, resultado alcançado e proporção de alcance da meta no ano de 2001 por estado com relação ao indicador do Pacto da Atenção Básica

Região/Estado	Meta Proposta	Resultado Alcançado	Proporção de Alcance da Meta
Região Norte			
Acre	18,41	52,92	34,8
Amazonas	87,15	85,2	102,3
Amapá	45	46,23	97,3
Pará	40	26,58	150,5
Roraima	86,3	50,4	171,2
Rondônia			
Tocantins	38,78	19,34	200,5
Região Nordeste			
Alagoas	36	44	81,8
Bahia	60,2	65,8	91,5
Ceará	40	39	102,6
Maranhão	55	21	261,9
Paraíba			
Piauí	38	39,6	96,0
Pernambuco			
Rio Grande do Norte	42	36,3	115,7
Sergipe	19,1	33,8	56,5
Região Sudeste			
Espírito Santo	51,07	40,76	125,3
Minas Gerais	37	34,2	108,2
Rio de Janeiro	114,36	112	102,1
São Paulo	48,75	46	106,0
Região Sul			
Paraná	25,74	27,41	93,9
Santa Catarina	30	29	103,4
Rio Grande do Sul	52	53,4	97,4
Região Centro-Oeste			
Distrito Federal	27,7	17,1	162,0
Goiás	22,9	19,7	116,2
Mato Grosso			
Mato Grosso do Sul	36	40,4	89,1

Tabela 16 - Meta proposta, resultado alcançado e proporção de alcance da meta no ano de 2001 por estado com relação ao indicador do Pacto da Atenção Básica

Região/Estado	Meta Proposta	Resultado Alcançado	Proporção de Alcance da Meta
Região Norte			
Acre	5,43	5,56	97,7
Amazonas	8,3	7,46	111,3
Amapá	5	4,68	106,8
Pará	15	8,82	170,1
Roraima	11,3	17,5	64,6
Rondônia			
Tocantins	14,6	10	146,0
Região Nordeste			
Alagoas	1,5	2,2	68,2
Bahia	1	3,27	30,6
Ceará	4,3	5	86,0
Maranhão	15	21,7	69,1
Paraíba			
Piauí	6,5	6,45	100,8
Pernambuco			
Rio Grande do Norte	1	1,5	66,7
Sergipe	4,08	4,68	87,2
Região Sudeste			
Espírito Santo	5,45	5,45	100,0
Minas Gerais	2,59	2,5	103,6
Rio de Janeiro	4,7	2	235,0
São Paulo	1,45	1,38	105,1
Região Sul			
Paraná	2,5	1,78	140,4
Santa Catarina	0,7	0,6	116,7
Rio Grande do Sul	0,41	0,17	241,2
Região Centro-Oeste			
Distrito Federal	1,2	1,8	66,7
Goiás	19,2	14,21	135,1
Mato Grosso			
Mato Grosso do Sul	5	5,2	96,2

Tabela 17 - Meta proposta, resultado alcançado e proporção de alcance da meta no ano de 2001 por estado com relação ao indicador do Pacto da Atenção Básica "taxa de internação por AVC na faixa de 30 a 59 anos", Brasil, 2002

Região/Estado	Meta Proposta	Resultado Alcançado	Proporção de Alcance da Meta
Região Norte			
Acre	2,75	1,15	239,1
Amazonas	2,5	2,13	117,4
Amapá	8	8,23	97,2
Pará	24	23,84	100,7
Roraima			
Rondônia	2,5	12	20,8
Tocantins	13,18	13,8	95,5
Região Nordeste			
Alagoas	9	9,7	92,8
Bahia	10,3	10,4	99,0
Ceará	6	7,7	77,9
Maranhão	14	12,8	109,4
Paraíba			
Piauí	10,2	35,5	28,7
Pernambuco	7,71	9	85,7
Rio Grande do Norte	7,9	8,1	97,5
Sergipe	6,4	7,55	84,8
Região Sudeste			
Espírito Santo	12,26	8,72	140,6
Minas Gerais	13	12,14	107,1
Rio de Janeiro	11,05	3,5	315,7
São Paulo	9,5	9,35	101,6
Região Sul			
Paraná	13	11,98	108,5
Santa Catarina	11	14,9	73,8
Rio Grande do Sul	0,7	10,71	6,5
Região Centro-Oeste			
Distrito Federal	1,9	1,8	105,6
Goiás	9,1	6,7	135,8
Mato Grosso	12	12,6	95,2
Mato Grosso do Sul	6,1	14	43,6

Tabela 18 - Meta proposta, resultado alcançado e proporção de alcance da meta no ano de 2001 por estado com relação ao indicador do Pacto da Atenção Básica

Região/Estado	Meta Proposta	Resultado Alcançado	Proporção de Alcance da Meta
Região Norte			
Acre	0,91	0,42	46,2
Amazonas	1	0,43	43,0
Amapá	1	0,68	68,0
Pará	2	0,56	28,0
Roraima	1	0,6	60,0
Rondônia			
Tocantins	1	1,06	106,0
Região Nordeste			
Alagoas	1	1	100,0
Bahia	1	0,7	70,0
Ceará	0,6	0,6	100,0
Maranhão	1	0,49	49,0
Paraíba	1	0,61	61,0
Piauí	1,8	0,8	44,4
Pernambuco	1	0,73	73,0
Rio Grande do Norte	1	0,76	76,0
Sergipe	1	0,94	94,0
Região Sudeste			
Espírito Santo	0,3	0,38	126,7
Minas Gerais	1	0,47	47,0
Rio de Janeiro	0,5	0,1	20,0
São Paulo			
Região Sul			
Paraná	0,21	3	1428,6
Santa Catarina	0,5	0,8	160,0
Rio Grande do Sul	0,1	0,12	120,0
Região Centro-Oeste			
Distrito Federal	1	0,69	69,0
Goiás	1	1	100,0
Mato Grosso			
Mato Grosso do Sul	0,9	0,34	37,8

Tabela 19 - Meta proposta, resultado alcançado e proporção de alcance da meta no ano de 2001 por estado com relação ao indicador do Pacto da Atenção Básica

Região/Estado	Meta Proposta	Resultado Alcançado	Proporção de Alcance da Meta
Região Norte			
Acre	55,67	36,36	65,3
Amazonas	25,54	21,48	84,1
Amapá	30	21,94	73,1
Pará	100	14	14,0
Roraima	45	13,5	30,0
Rondônia			
Tocantins	70	46,01	65,7
Região Nordeste			
Alagoas	70	62	88,6
Bahia	15	10,7	71,3
Ceará	48	49,2	102,5
Maranhão	18,2	30	164,8
Paraíba	50	36,27	72,5
Piauí	76	54,5	71,7
Pernambuco	43,2	37,43	86,6
Rio Grande do Norte	45	26	57,8
Sergipe	70	60,09	85,8
Região Sudeste			
Espírito Santo	20	23,32	116,6
Minas Gerais	41	42,84	104,5
Rio de Janeiro	25	8,4	33,6
São Paulo	12	10,3	85,8
Região Sul			
Paraná	14,8	28,45	192,2
Santa Catarina	58,1	45	77,5
Rio Grande do Sul	7,5	7,6	101,3
Região Centro-Oeste			
Distrito Federal	51	7,06	13,8
Goiás	47	52,39	111,5
Mato Grosso	50	40,3	80,6
Mato Grosso do Sul	29,1	15,53	53,4

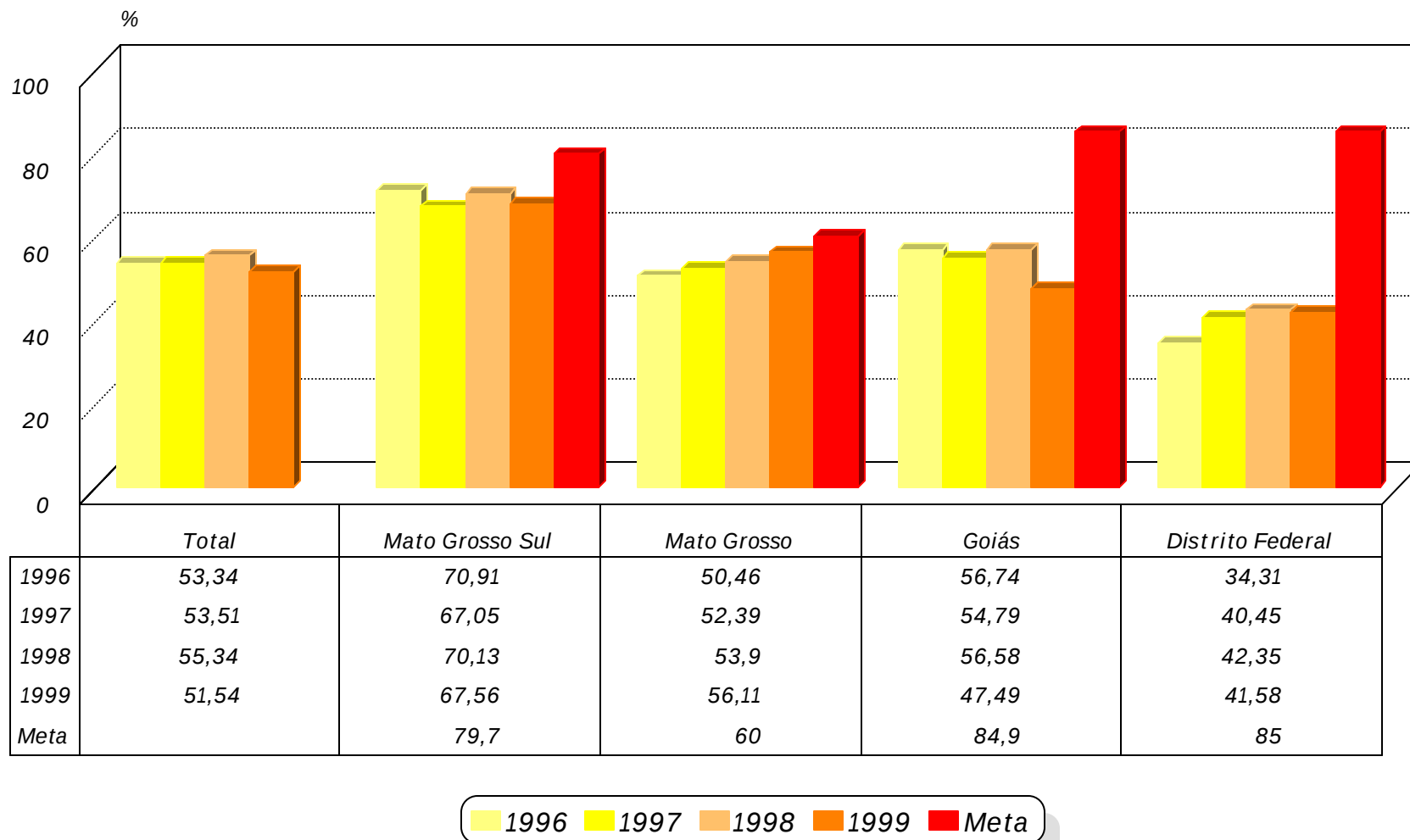
Tabela 20 - Meta proposta, resultado alcançado e proporção de alcance da meta no ano de 2001 por estado com relação ao indicador do Pacto da Atenção Básica

Região/Estado	Meta Proposta	Resultado Alcançado	Proporção de Alcance da Meta
Região Norte			
Acre	1,1	0,78	70,9
Amazonas	1,5	1,18	78,7
Amapá	1,5	1,03	68,7
Pará	1	1,09	109,0
Roraima	1,5	1,1	73,3
Rondônia			
Tocantins	1,36	1,97	144,9
Região Nordeste			
Alagoas	1,27	1,47	115,7
Bahia	1,5	1,3	86,7
Ceará	1,3	1,4	107,7
Maranhão	1,2	1,3	108,3
Paraíba	1,3	1,47	113,1
Piauí	1,56	1,5	96,2
Pernambuco	1,5	1,26	84,0
Rio Grande do Norte	1,6	2,02	126,3
Sergipe	1,5	1,63	108,7
Região Sudeste			
Espírito Santo	1,5	1,51	100,7
Minas Gerais	1,5	1,47	98,0
Rio de Janeiro	1,88	1,9	101,1
São Paulo	1,15	1,19	103,5
Região Sul			
Paraná	1,52	1,67	109,9
Santa Catarina	2	1,9	95,0
Rio Grande do Sul	1,06	1,48	139,6
Região Centro-Oeste			
Distrito Federal	1,8	1,63	90,6
Goiás	1,5	1,36	90,7
Mato Grosso			
Mato Grosso do Sul	1,8	1,59	88,3

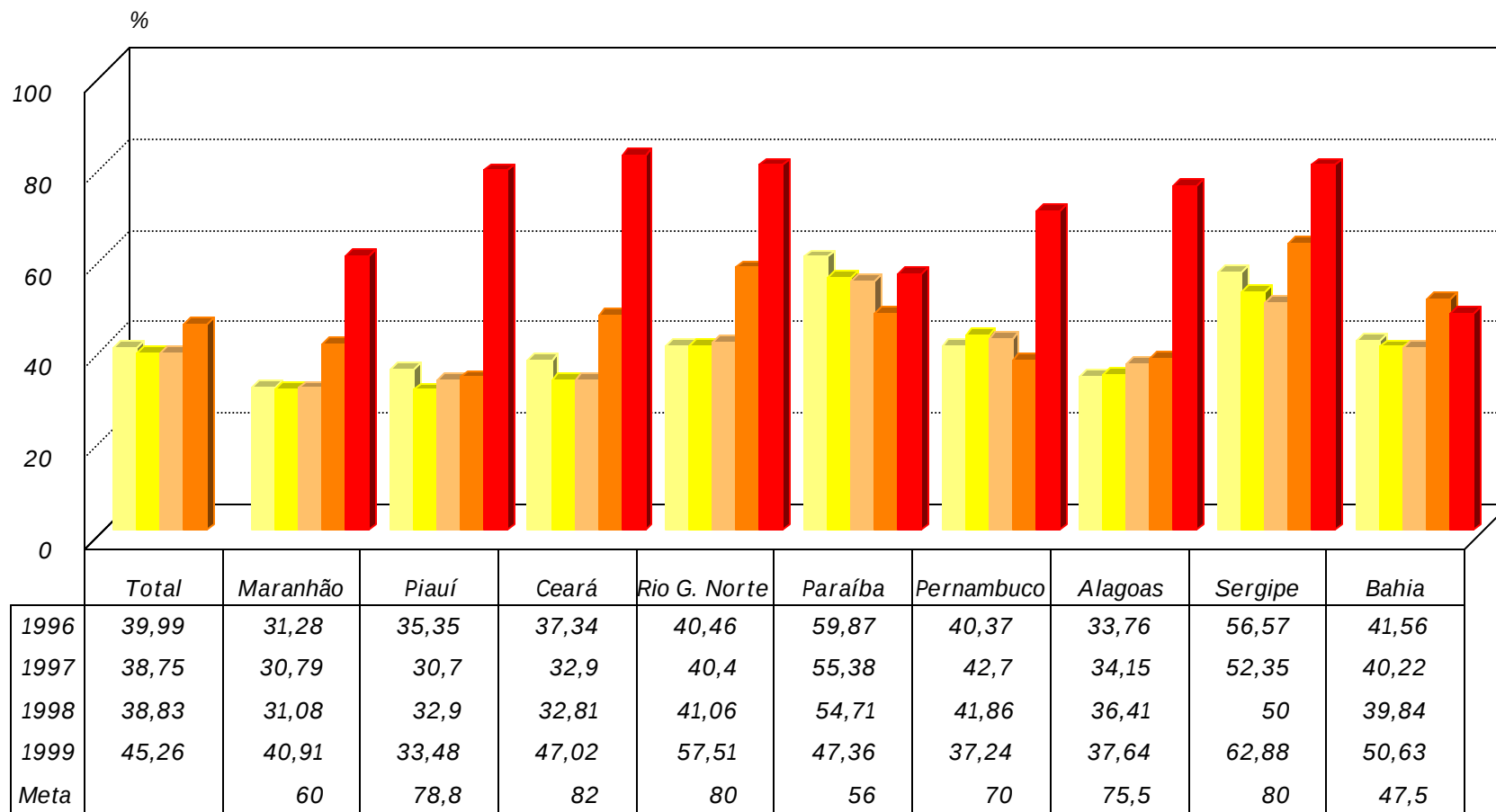
Tabela 21 - Meta proposta, resultado alcançado e proporção de alcance da meta no ano de 2001 por estado com relação ao indicador do Pacto da Atenção Básica "Concentração de procedimentos odontológicos coletivos na

Região/Estado	Meta Proposta	Resultado Alcançado	Proporção de Alcance da Meta
Região Norte			
Acre	0,62	0,04	6,5
Amazonas	1	0,33	33,0
Amapá	5	0,47	9,4
Pará	50	4,35	8,7
Roraima	1	0	0,0
Rondônia			
Tocantins			
Região Nordeste			
Alagoas	0,8	1,9	237,5
Bahia	12	0,6	5,0
Ceará	1,2	0,45	37,5
Maranhão	0,5	0,4	80,0
Paraíba			
Piauí	1,57	0,4	25,5
Pernambuco			
Rio Grande do Norte	0,5	0,03	6,0
Sergipe	1,63	0,78	47,9
Região Sudeste			
Espírito Santo	0,88	1,79	203,4
Minas Gerais	3,9	4,62	118,5
Rio de Janeiro			
São Paulo	2,53	2,92	115,4
Região Sul			
Paraná	2,79	3,05	109,3
Santa Catarina	4,5	4,1	91,1
Rio Grande do Sul	1,12	0,9	80,4
Região Centro-Oeste			
Distrito Federal	0,56	0,89	158,9
Goiás	1,9	1,53	80,5
Mato Grosso	2	1,35	67,5
Mato Grosso do Sul	6,8	4,01	59,0

**Proporção de recém-nascidos de mães com 4 ou mais consultas de pré-natal
no período 1996-1999 por estado, Região Centro-Oeste, 2002**

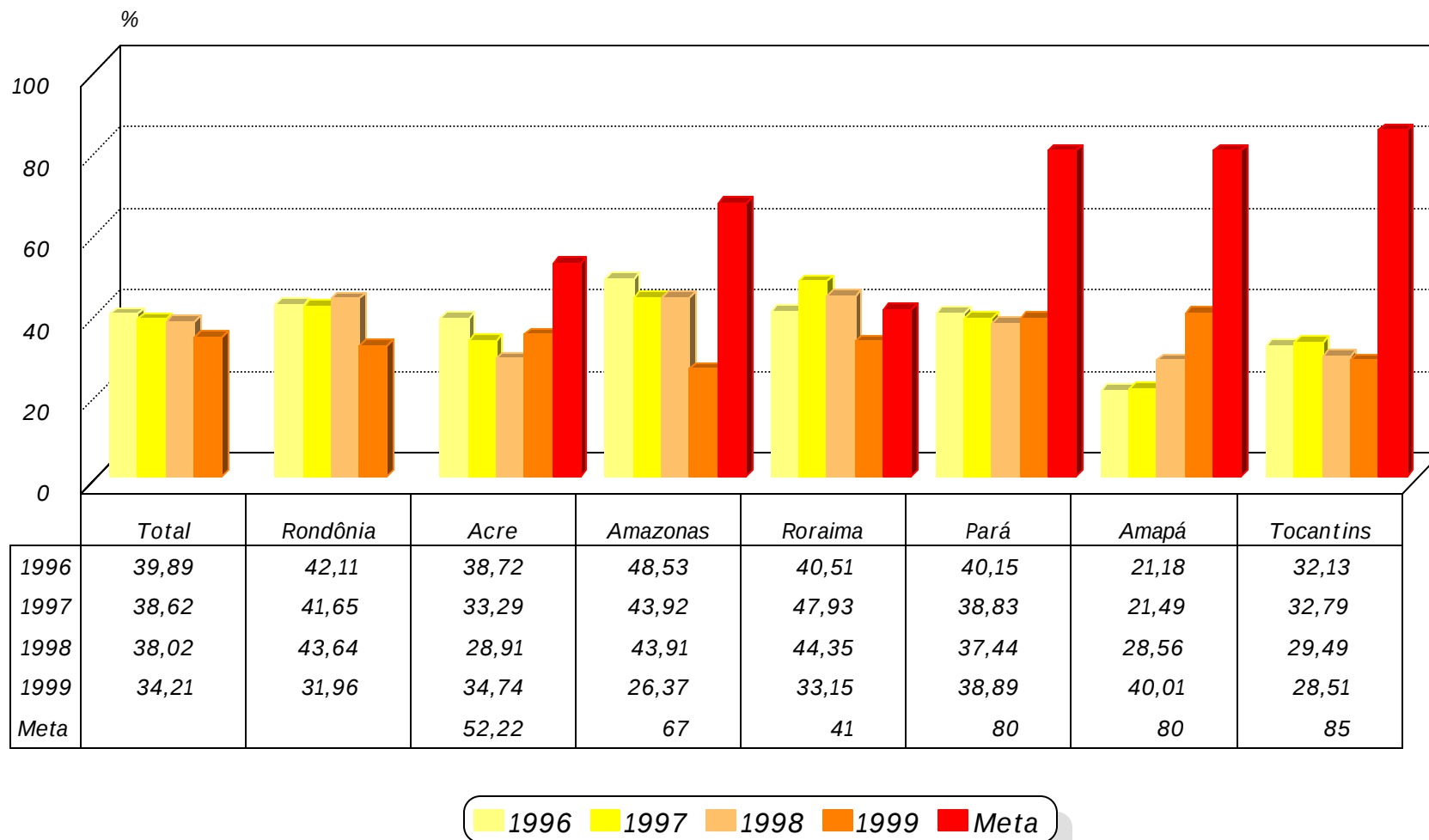


**Proporção de recém-nascidos de mães com 4 ou mais consultas de pré-natal
no período 1996-1999 por estado, Região Nordeste, 2002**

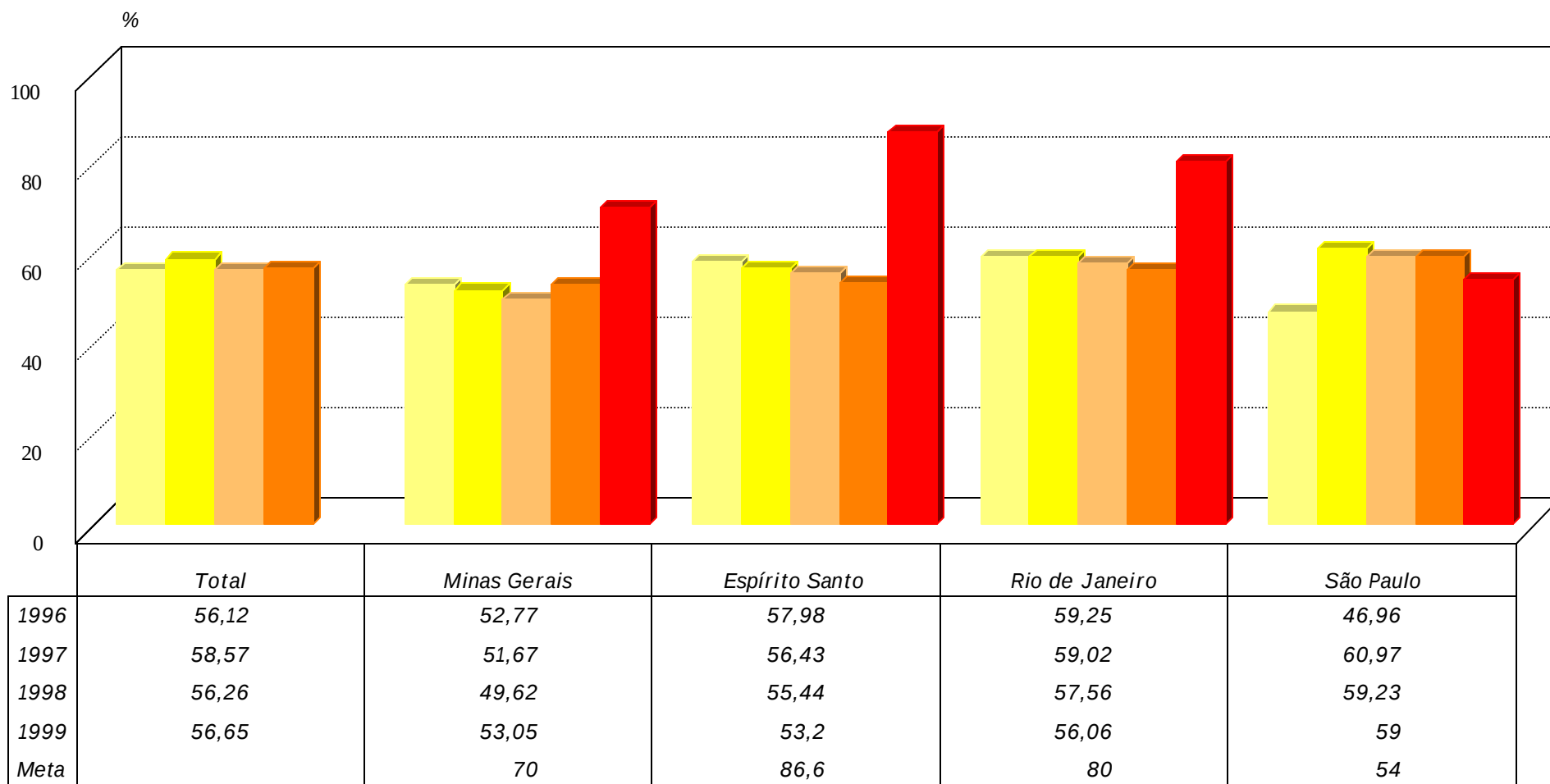


1996 1997 1998 1999 Meta

Proporção de recém-nascidos de mães com 4 ou mais consultas de pré-natal no período 1996-1999 por estado, Região Norte, 2002

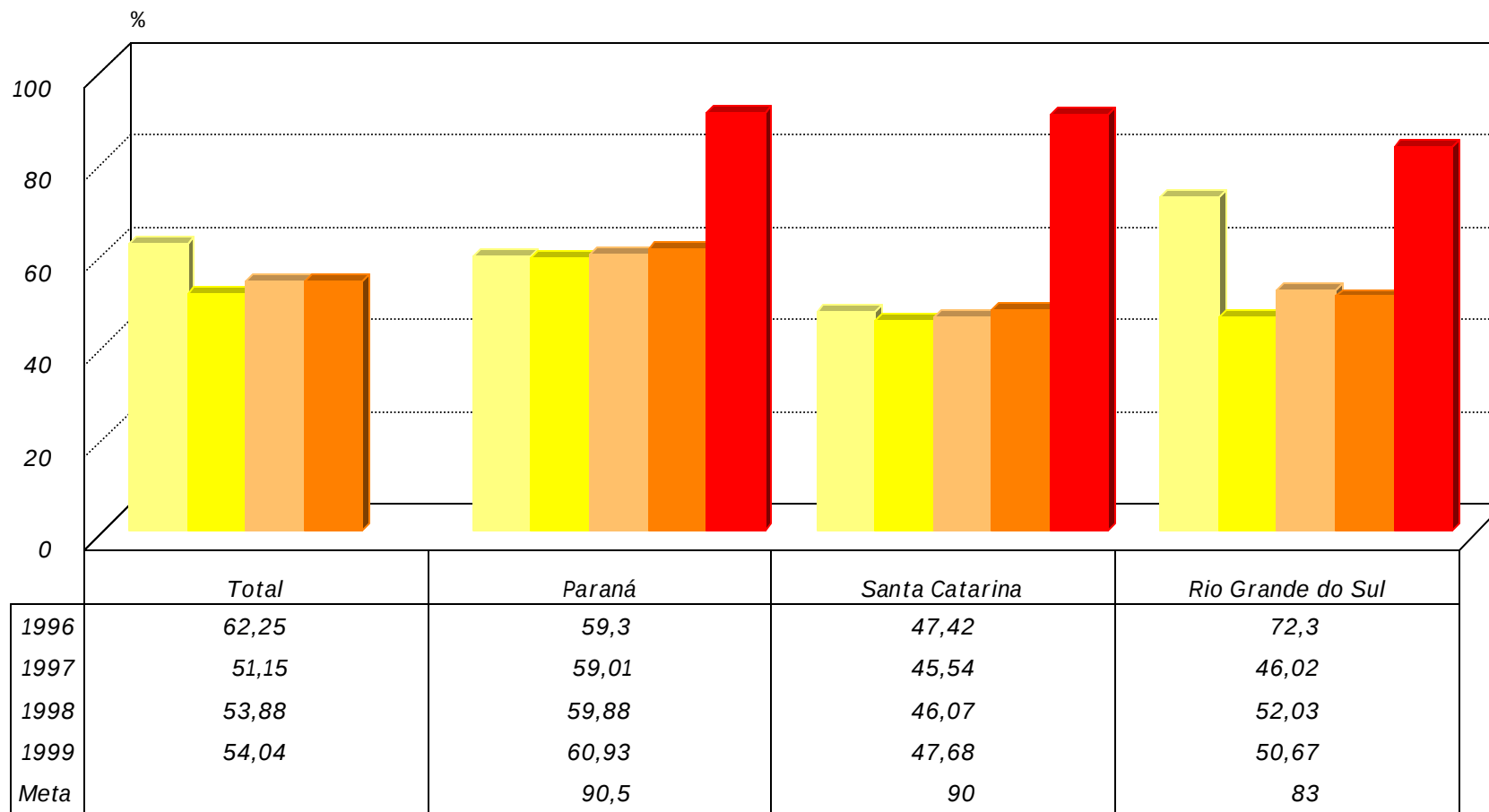


**Proporção de recém-nascidos de mães com 4 ou mais consultas de pré-natal
no período 1996-1999 por estado, Região Sudeste, 2002**



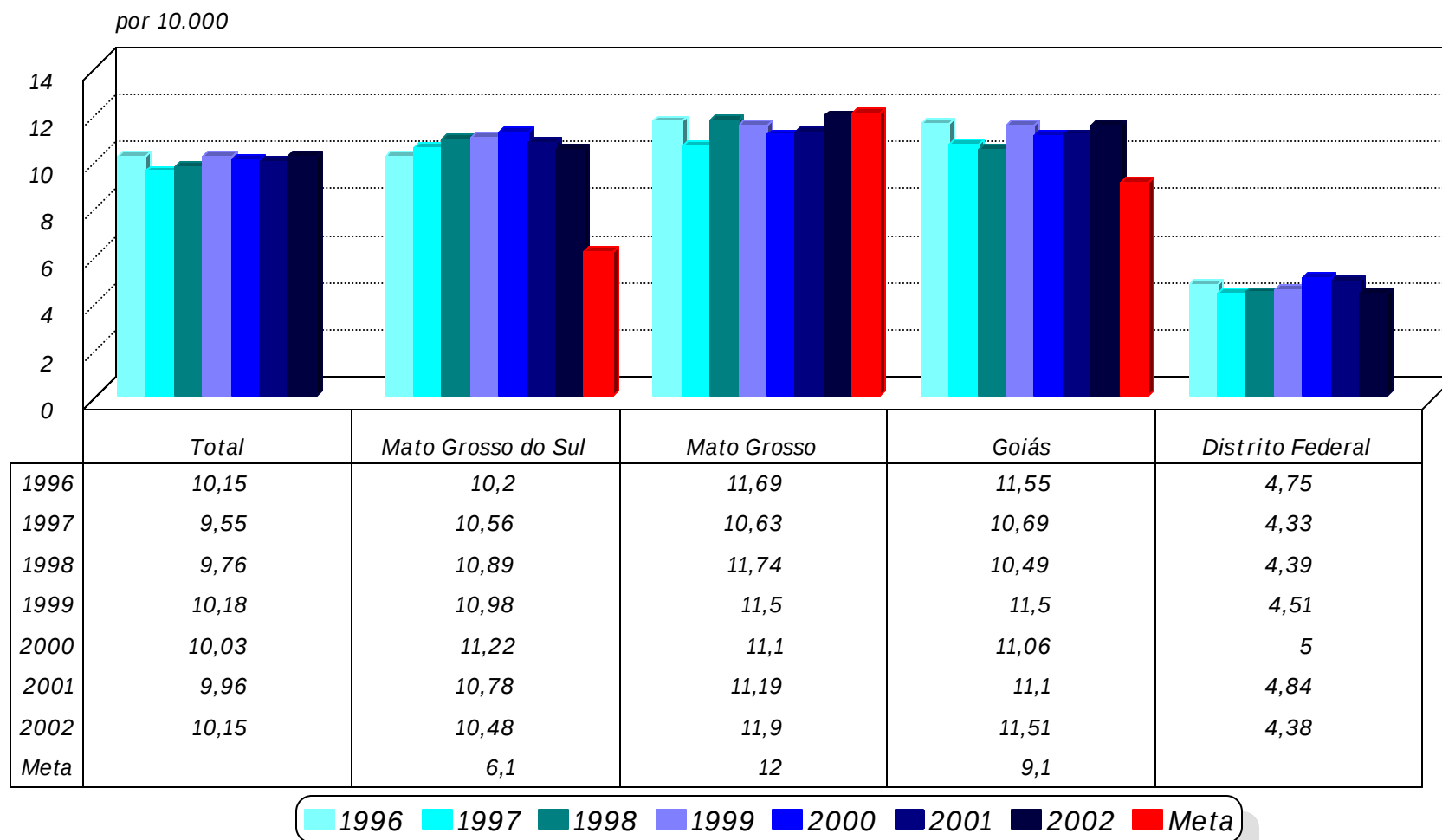
1996 1997 1998 1999 Meta

**Proporção de recém-nascidos de mães com 4 ou mais consultas de pré-natal
no período 1996-1999 por estado, Região Sul, 2002**

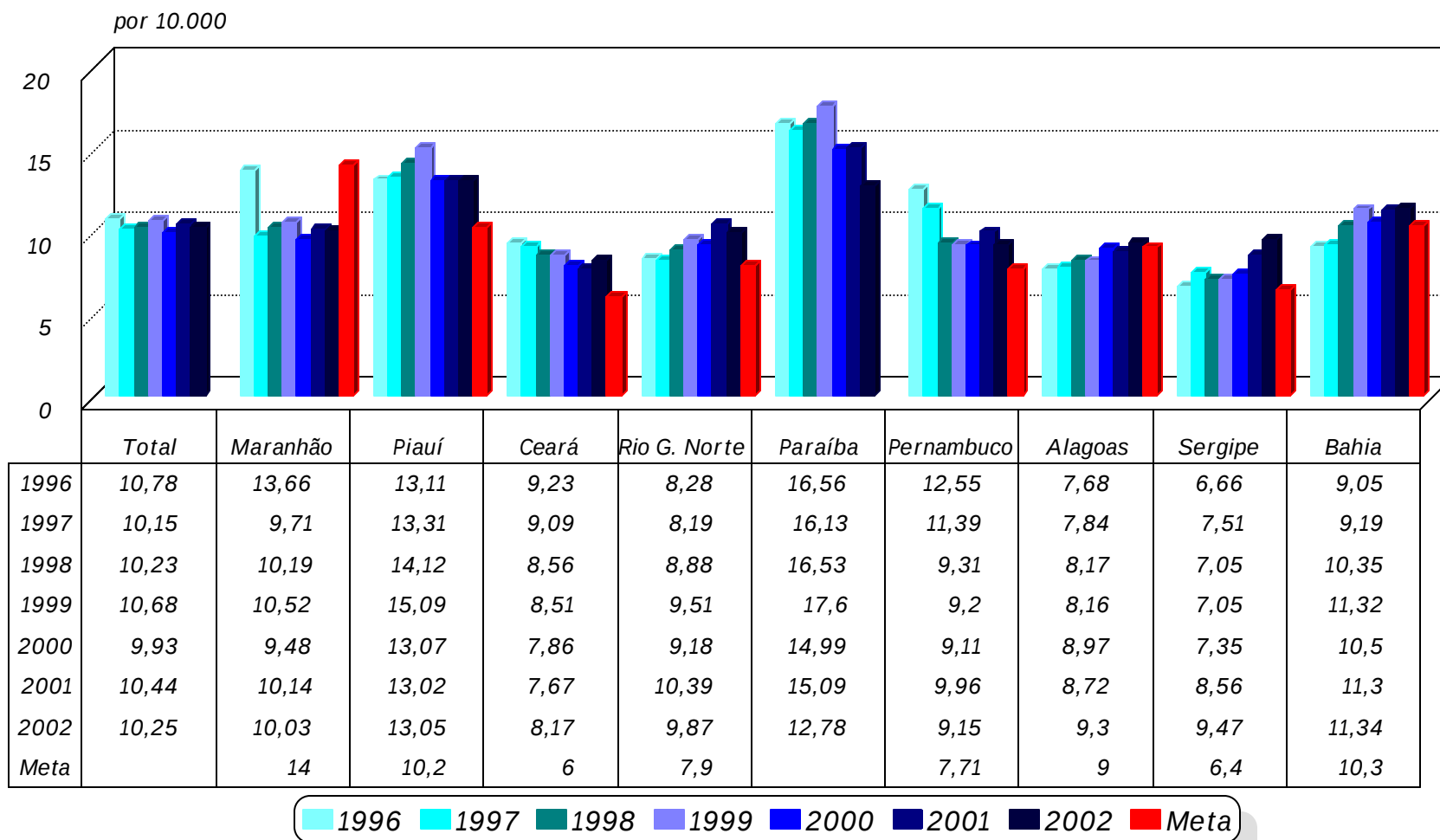


1996 1997 1998 1999 Meta

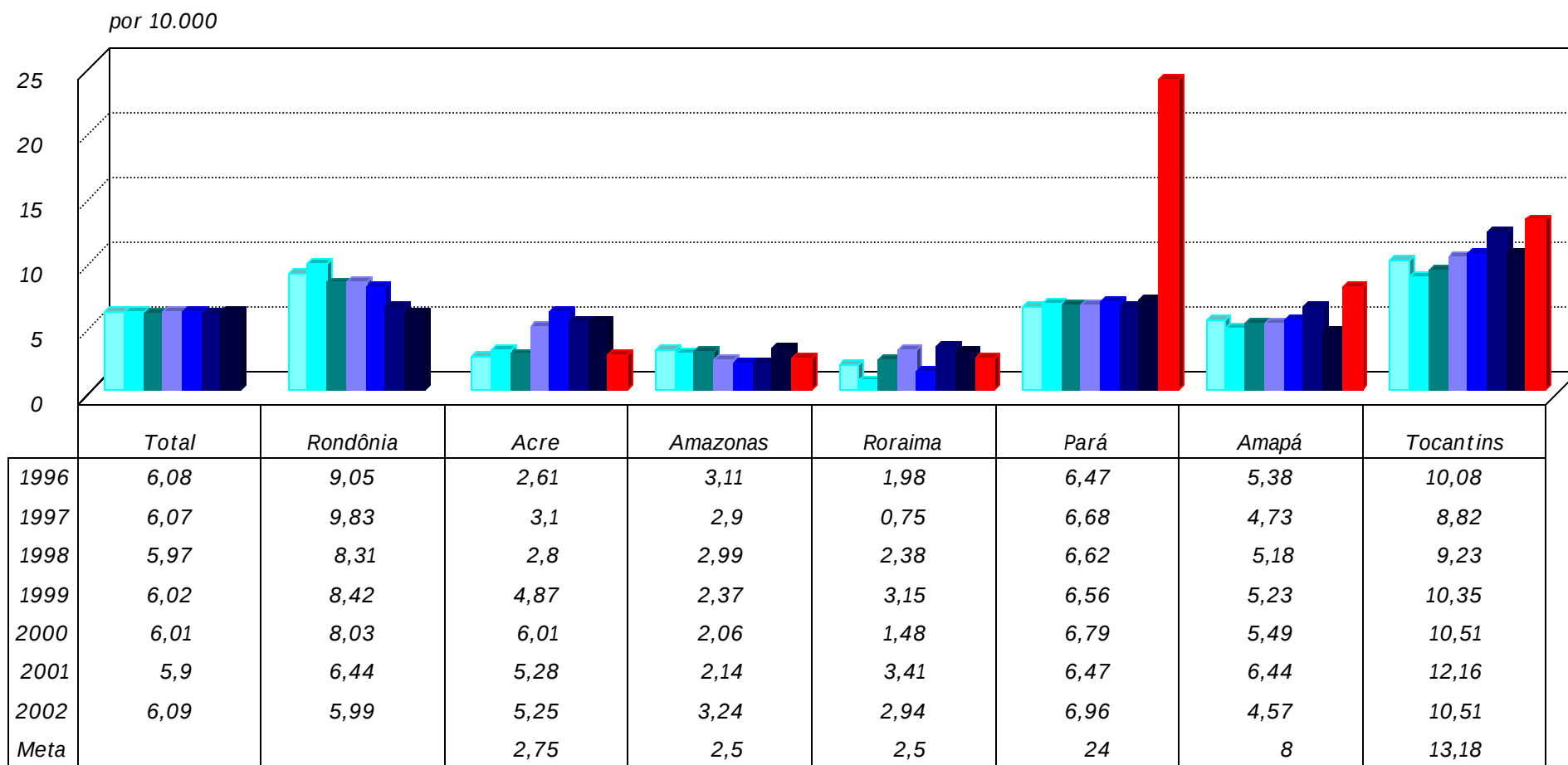
Taxa de internação por acidente vascular cerebral na faixa etária de 30 a 59 anos no período 1996-2002 por estado, Região Centro-Oeste, 2002



Taxa de internação por acidente vascular cerebral na faixa etária de 30 a 59 anos no período 1996-2002 por estado, Região Nordeste, 2002

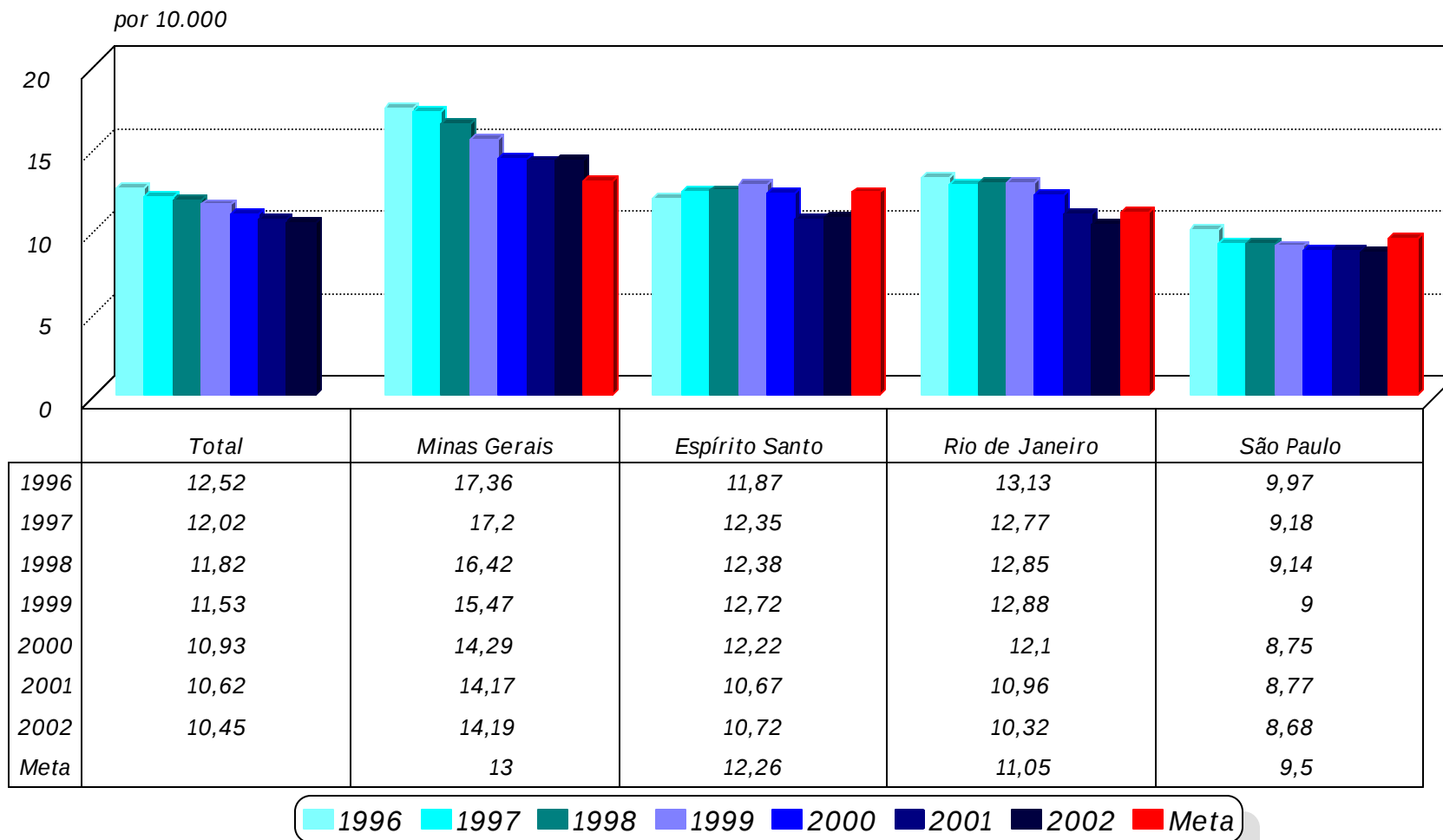


Taxa de internação por acidente vascular cerebral na faixa etária de 30 a 59 anos no período 1996-2002 por estado, Região Norte, 2002

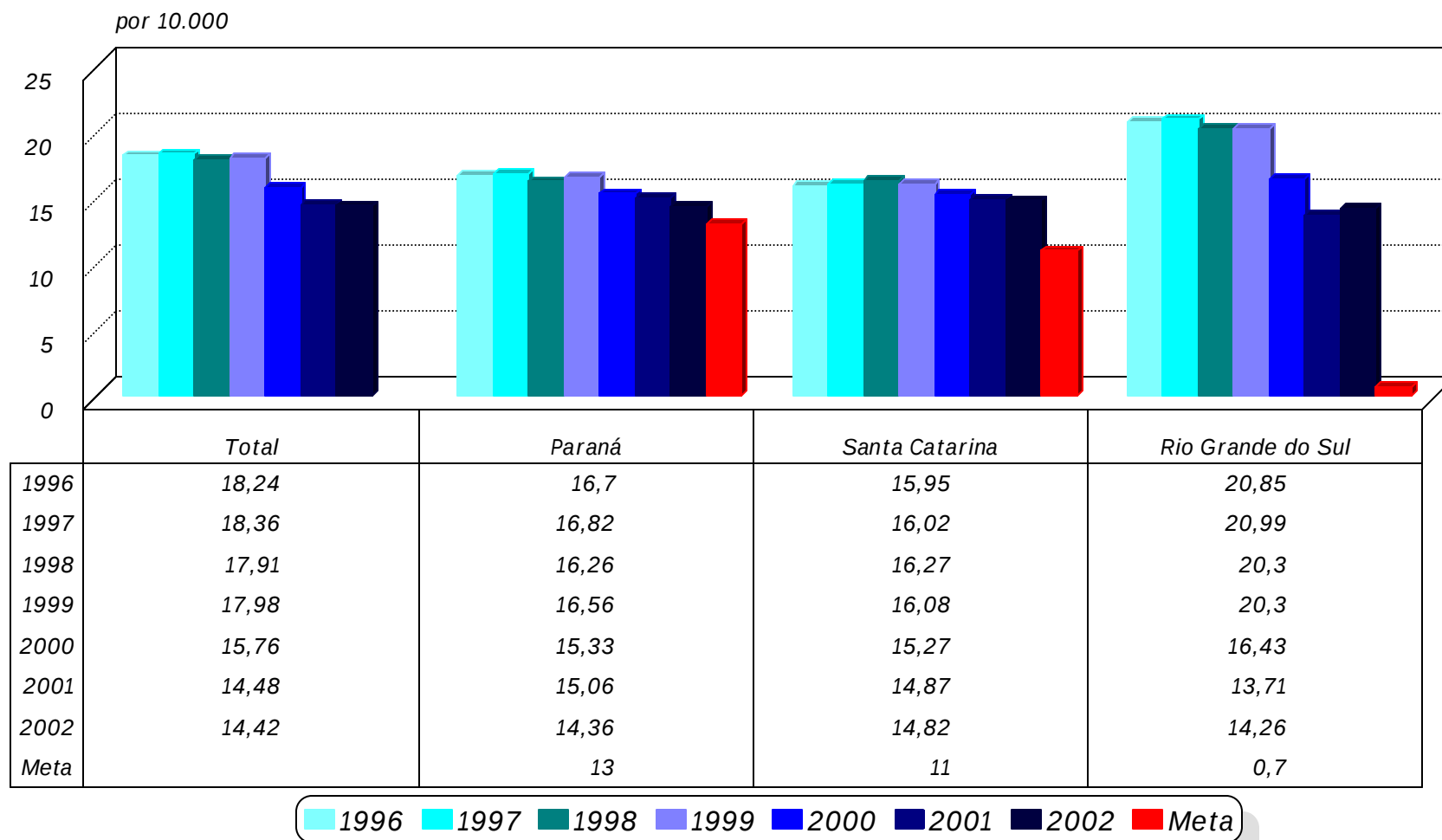


■ 1996
 ■ 1997
 ■ 1998
 ■ 1999
 ■ 2000
 ■ 2001
 ■ 2002
 ■ Meta

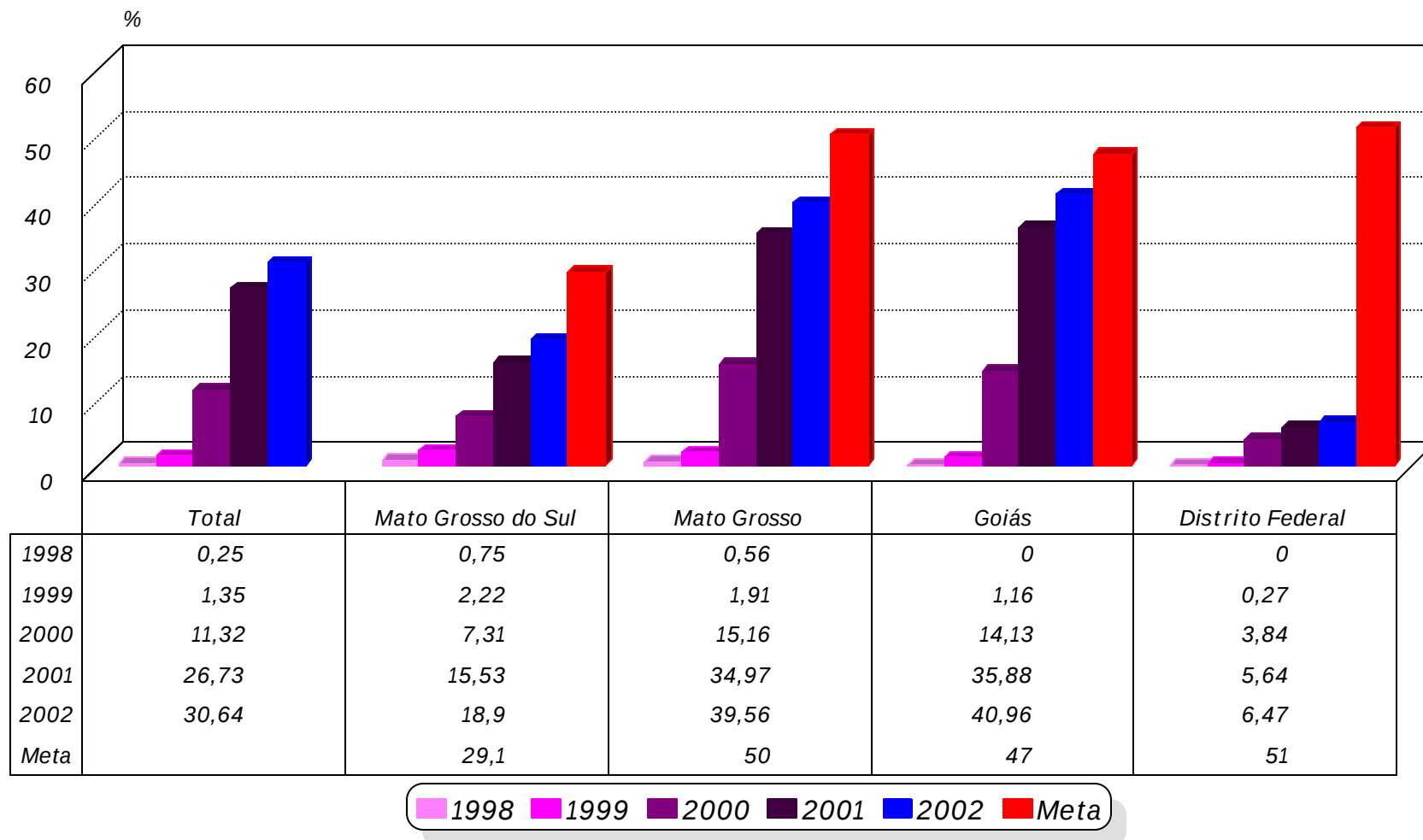
Taxa de internação por acidente vascular cerebral na faixa etária de 30 a 59 anos no período 1996-2002 por estado, Região Sudeste, 2002



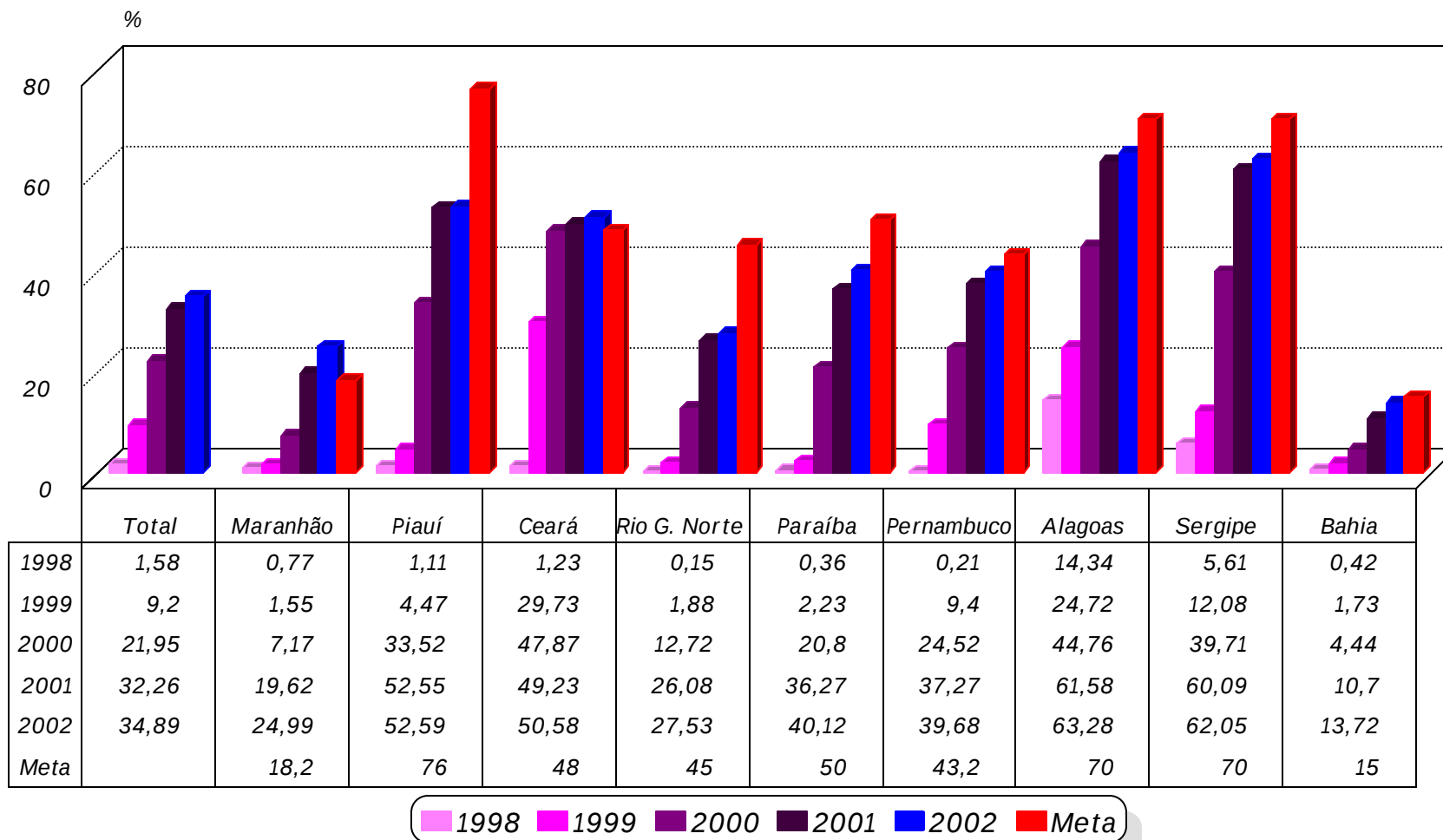
Taxa de internação por acidente vascular cerebral na faixa etária de 30 a 59 anos no período 1996-2002 por estado, Região Sul, 2002



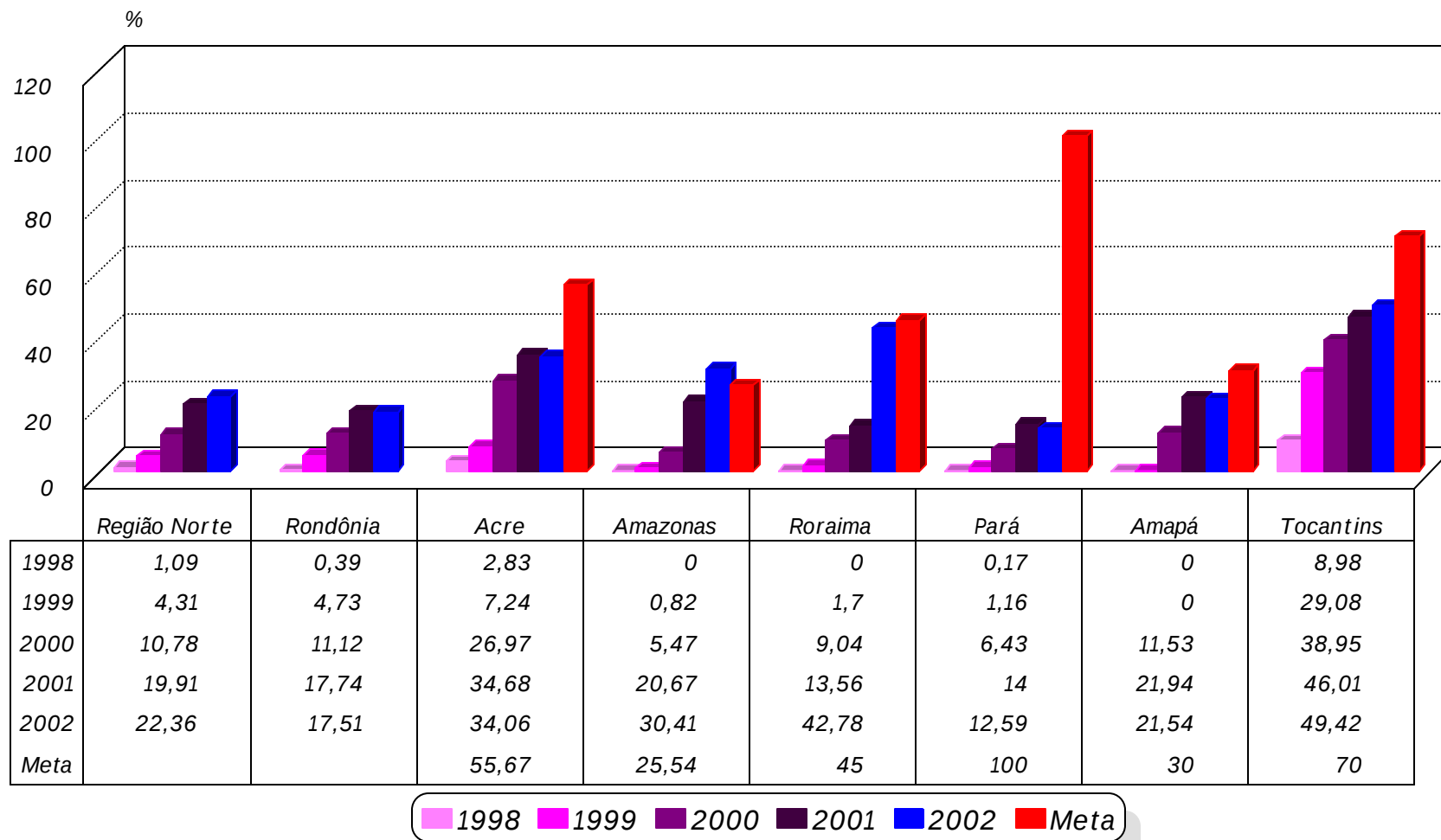
**Cobertura do PSF no período 1998-2002 e meta pactuada
em 2001 por estado, Região Centro-Oeste, 2002**



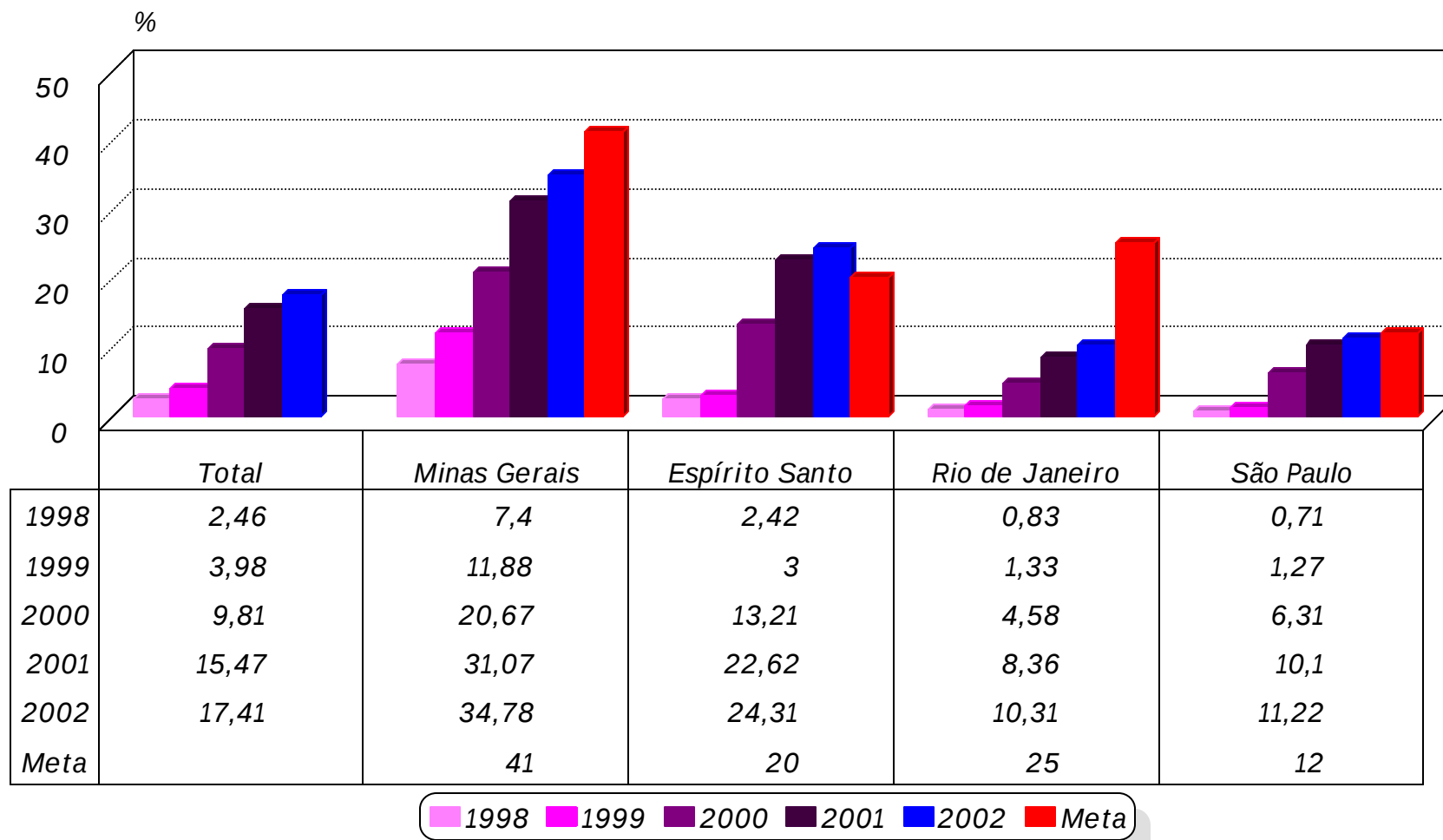
Cobertura do PSF no período 1998-2002 e meta pactuada em 2001 por estado, Região Nordeste, 2002



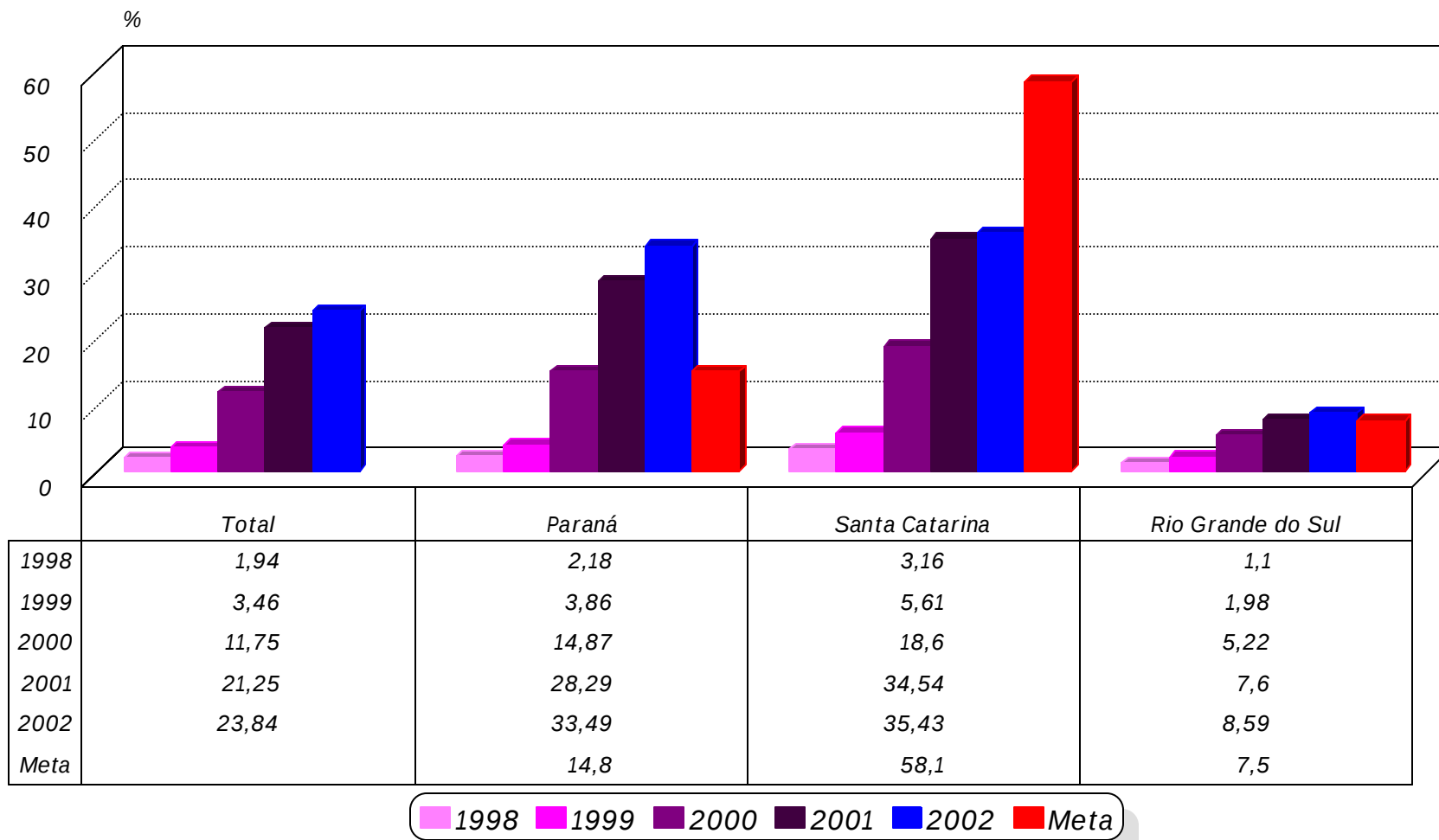
Cobertura do PSF no período 1998-2002 e meta pactuada em 2001 por estado, Região Norte, 2002



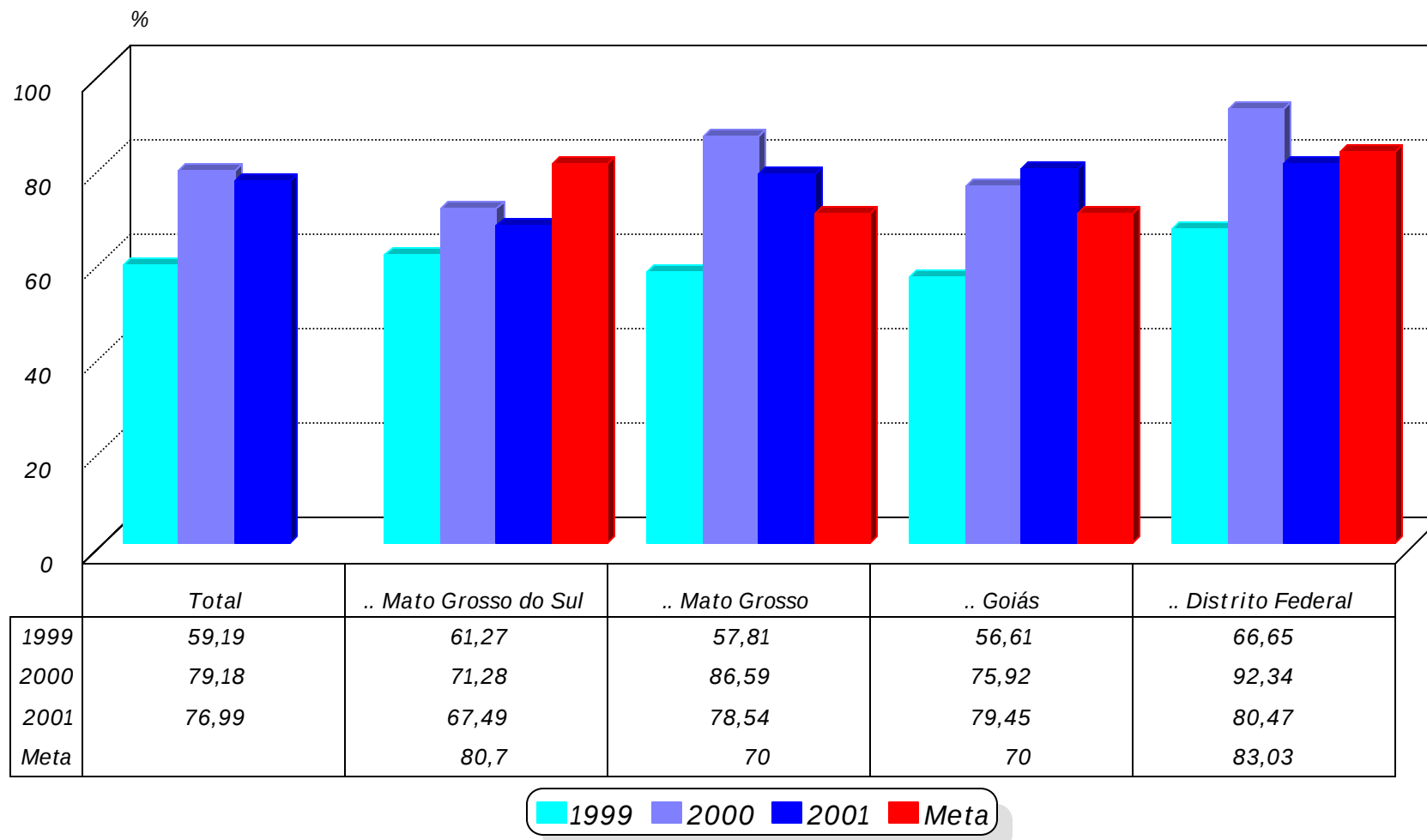
**Cobertura do PSF no período 1998-2002 e meta pactuada
em 2001 por estado, Região Sudeste, 2002**



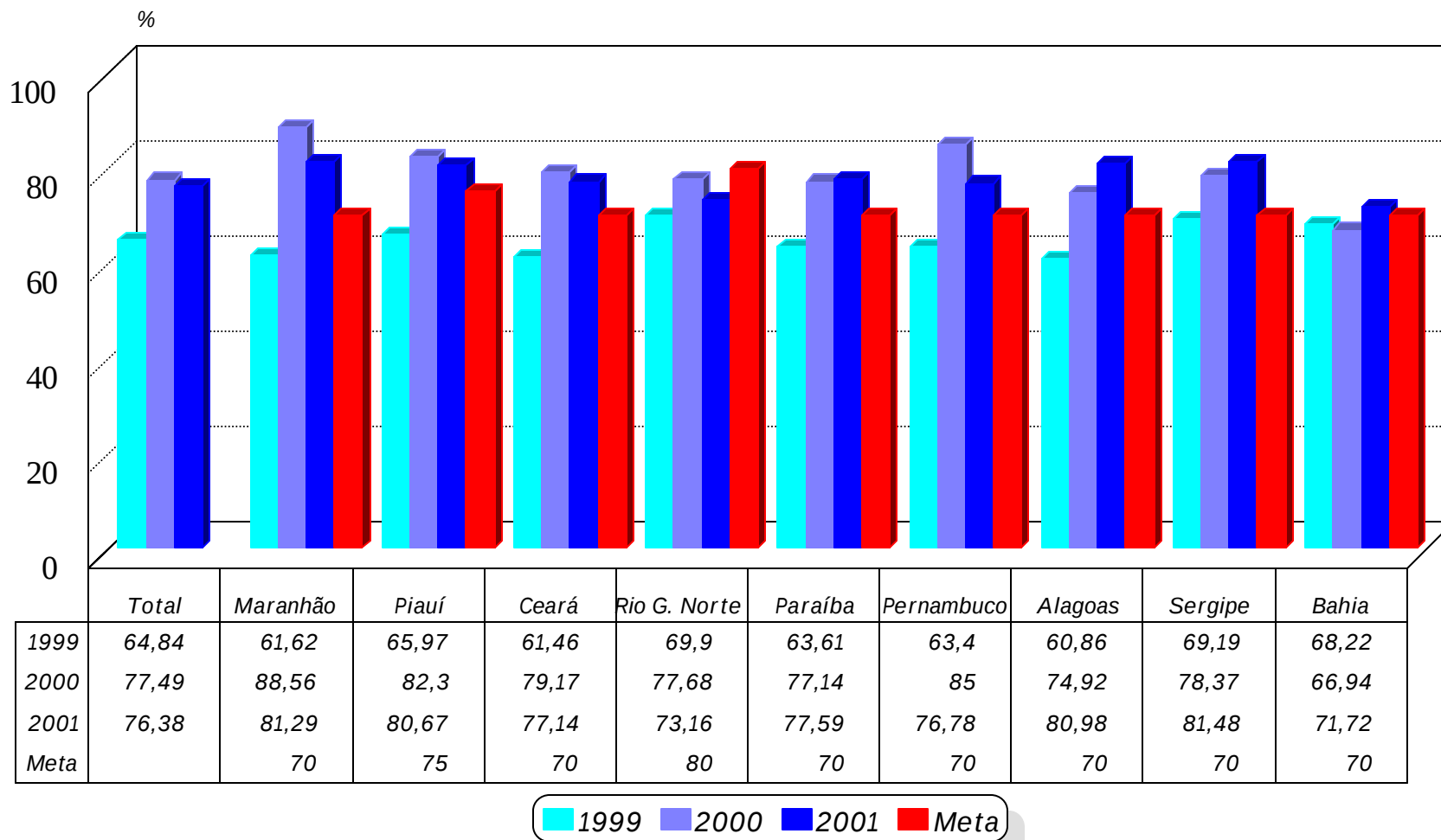
Cobertura do PSF no período 1998-2002 e meta pactuada em 2001 por estado, Região Sul, 2002



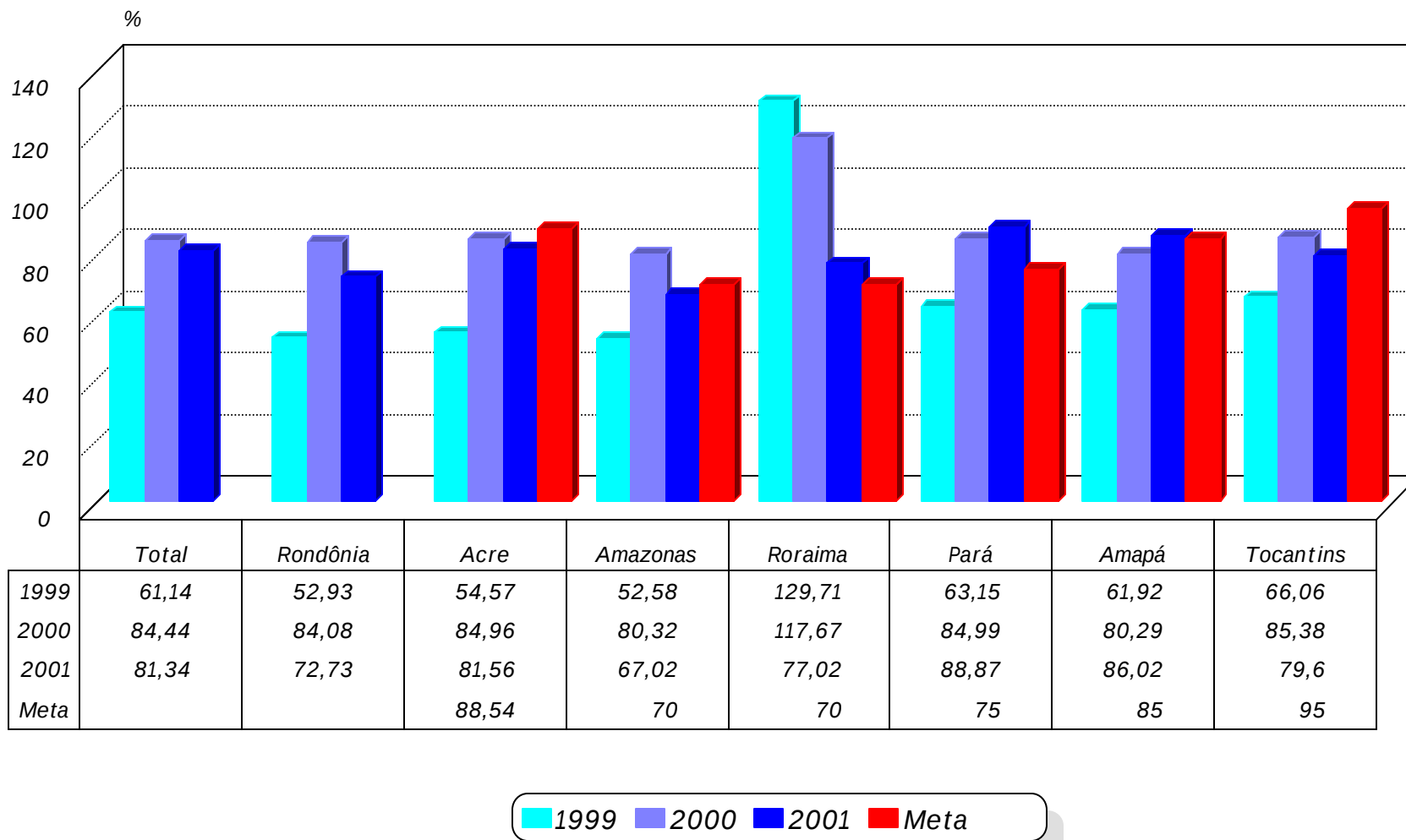
***Cobertura vacinal contra influenza em idosos no período
1999-2001 e meta pactuada em 2001 por estado, Região Centro-Oeste, 2002***



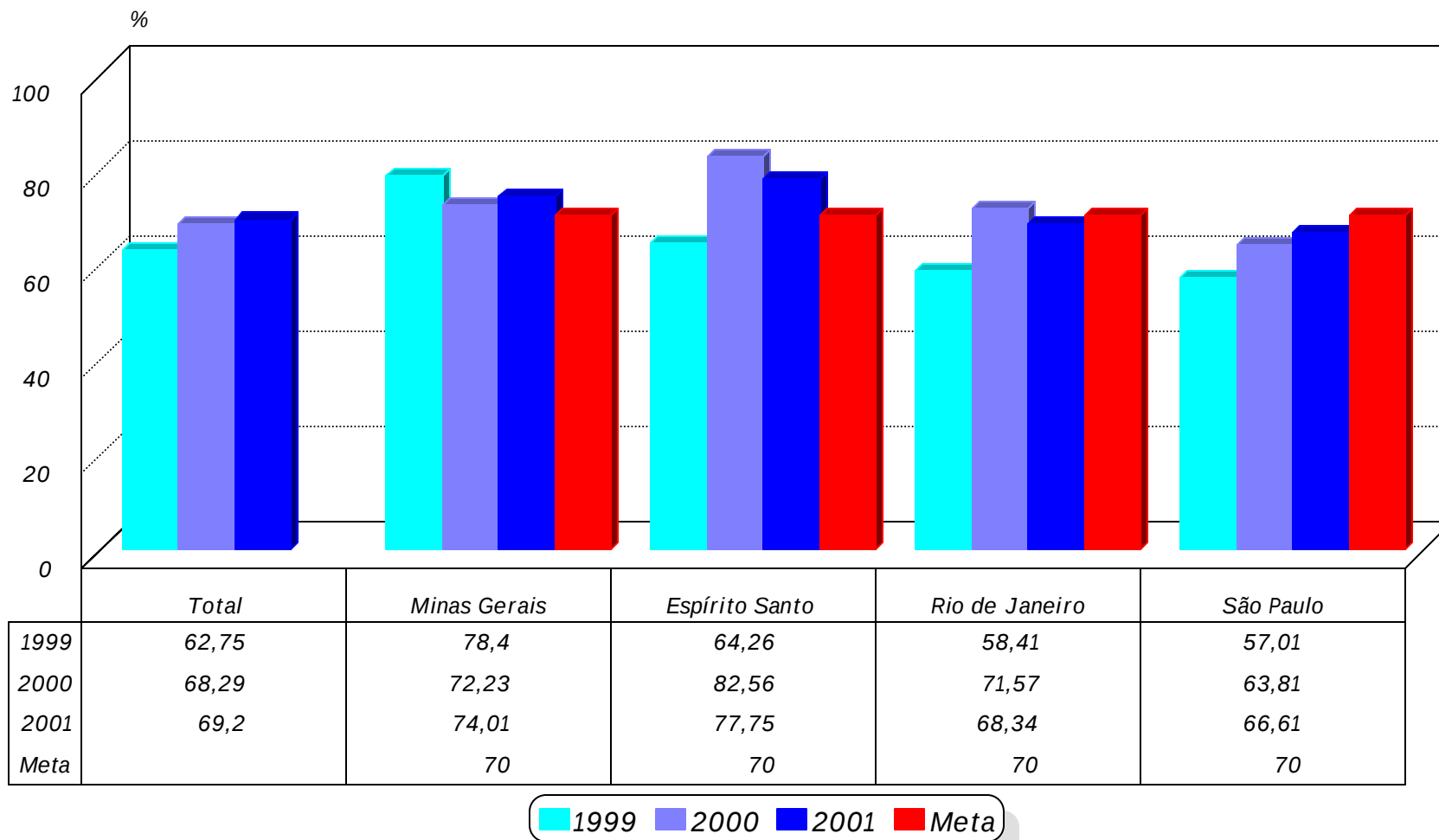
***Cobertura vacinal contra influenza em idosos no período
1999-2001 e meta pactuada em 2001 por estado, Região Nordeste, 2002***



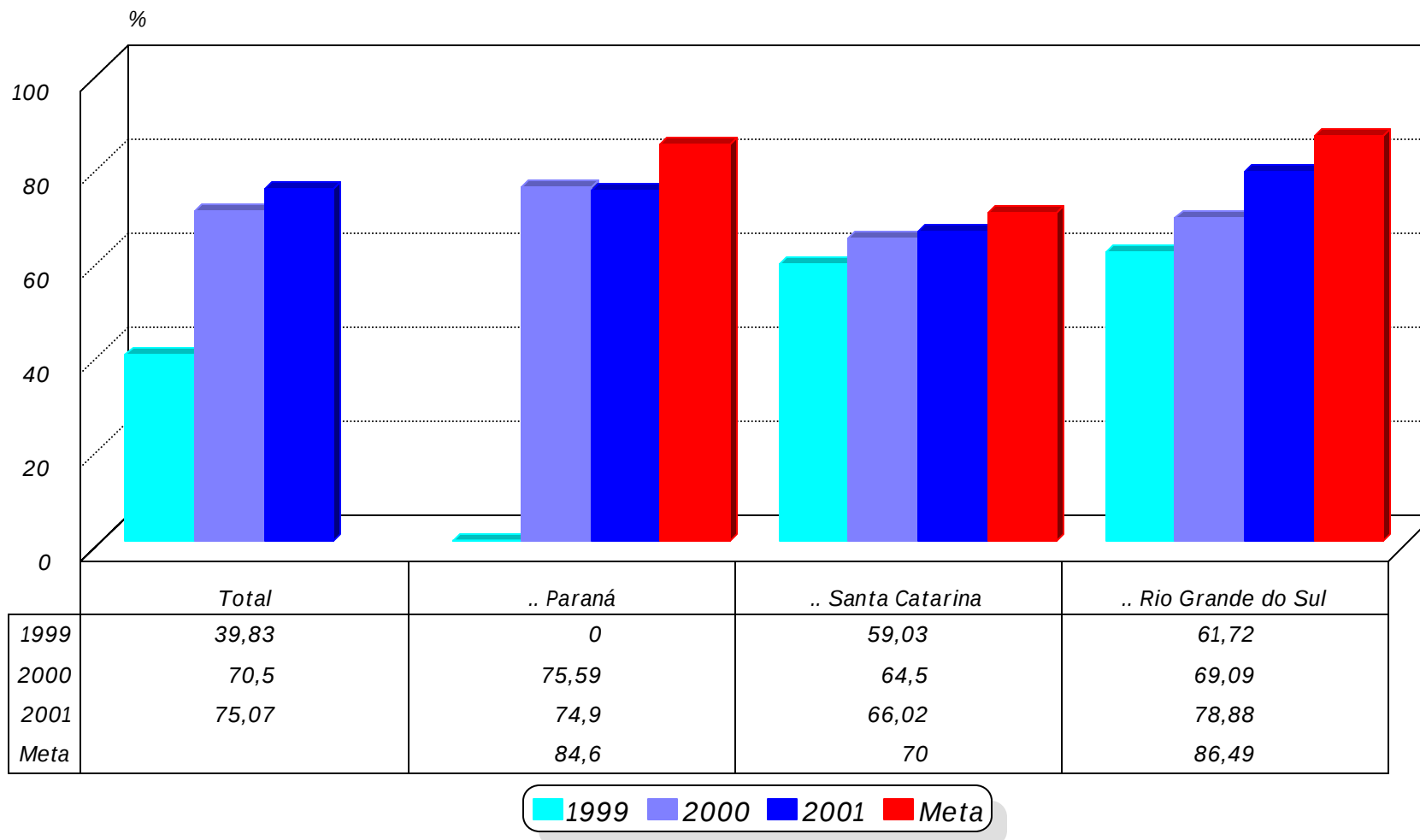
***Cobertura vacinal contra influenza em idosos no período
1999-2001 e meta pactuada em 2001 por estado, Região Norte, 2002***



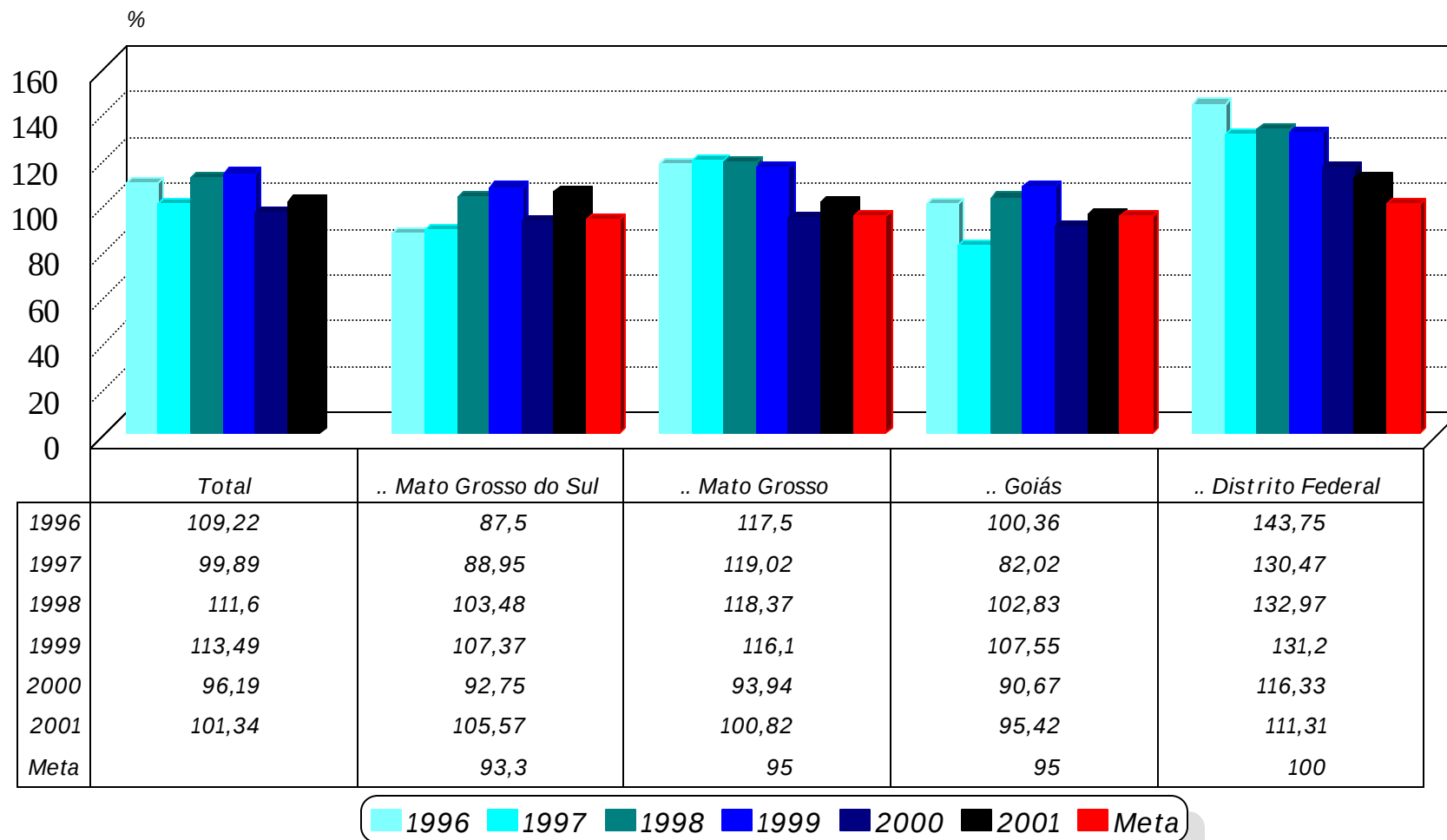
***Cobertura vacinal contra influenza em idosos no período
1999-2001 e meta pactuada em 2001 por estado, Região Sudeste, 2002***



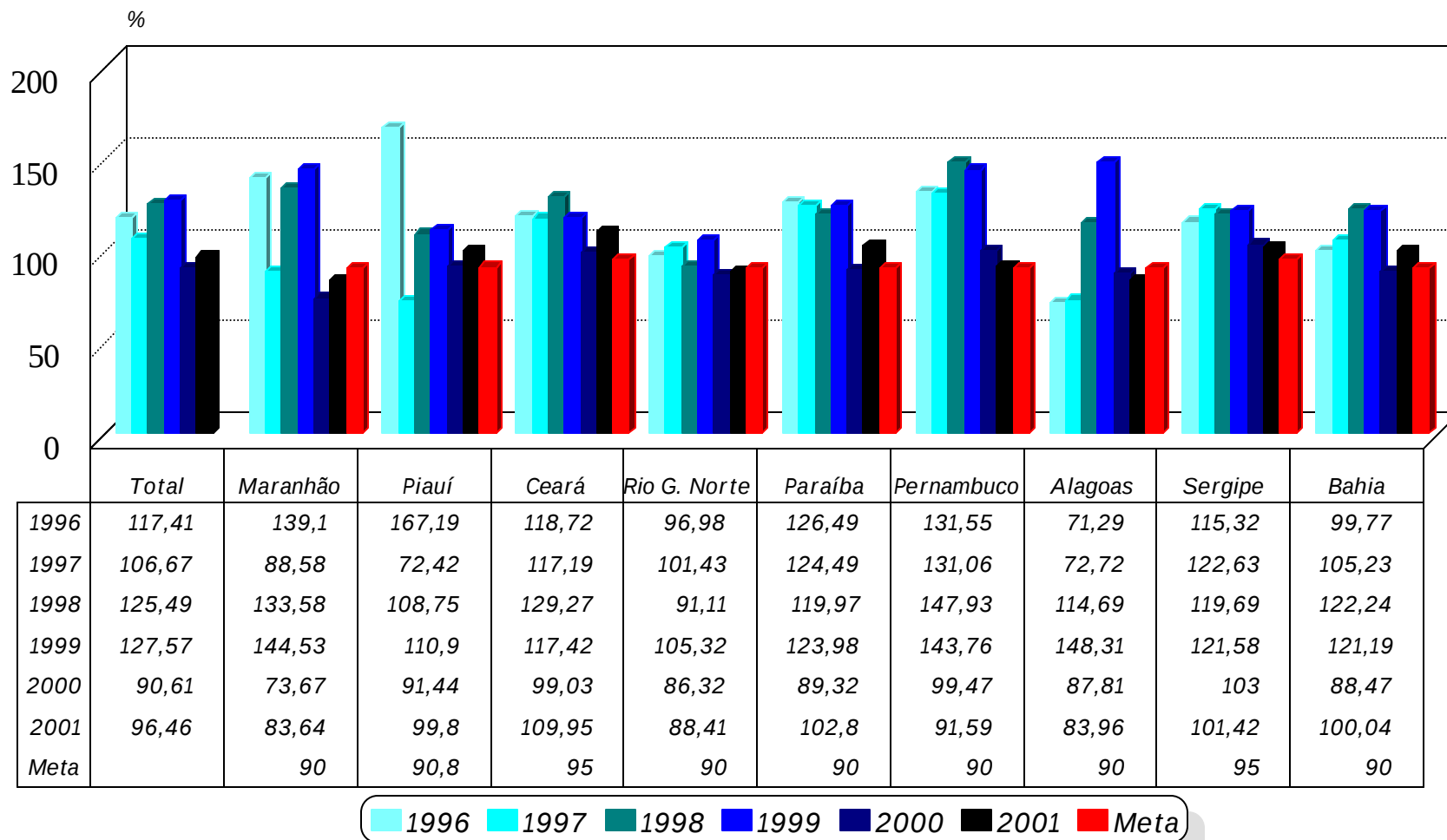
***Cobertura vacinal contra influenza em idosos no período
1999-2001 e meta pactuada em 2001 por estado, Região Sul, 2002***



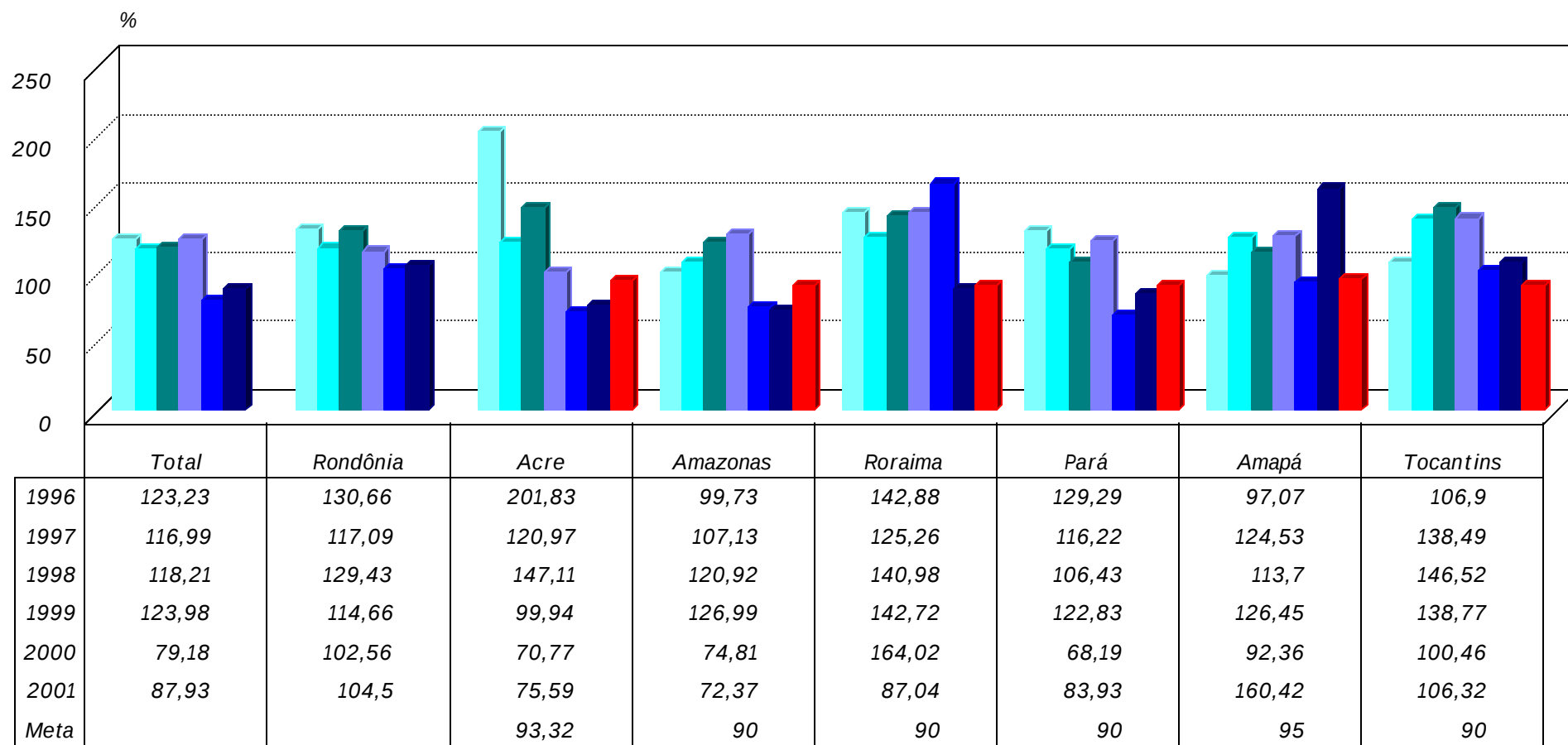
Cobertura vacinal de rotina por DTP em menores de 1 ano no período 1996-2001 e meta pactuada em 2001 por estado, Região Centro-Oeste, 2002



Cobertura vacinal de rotina por DTP em menores de 1 ano no período 1996-2001 e meta pactuada em 2001 por estado, Região Nordeste, 2002

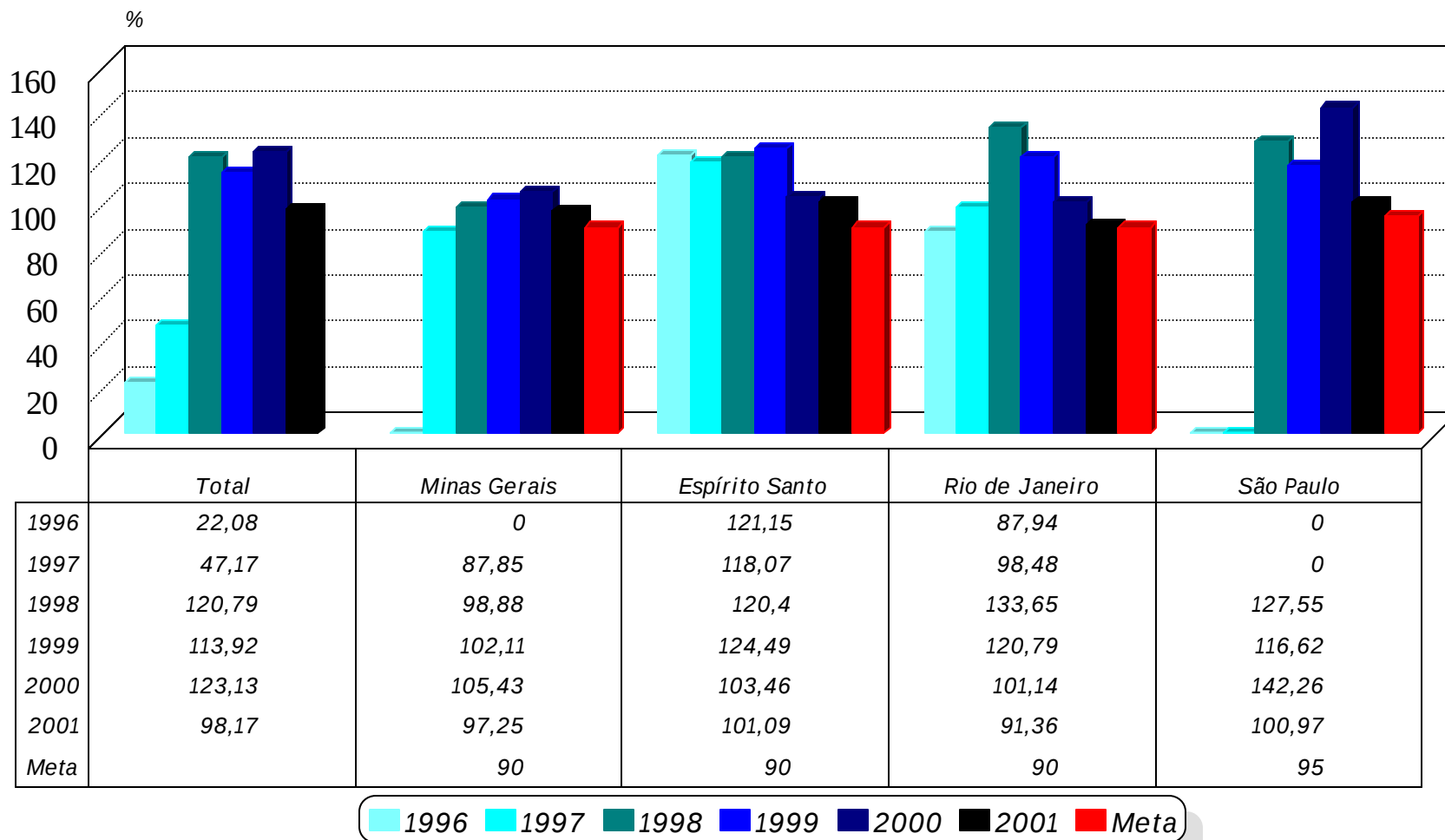


Cobertura vacinal de rotina por DTP em menores de 1 ano no período 1996-2001 e meta pactuada em 2001 por estado, Região Norte, 2002

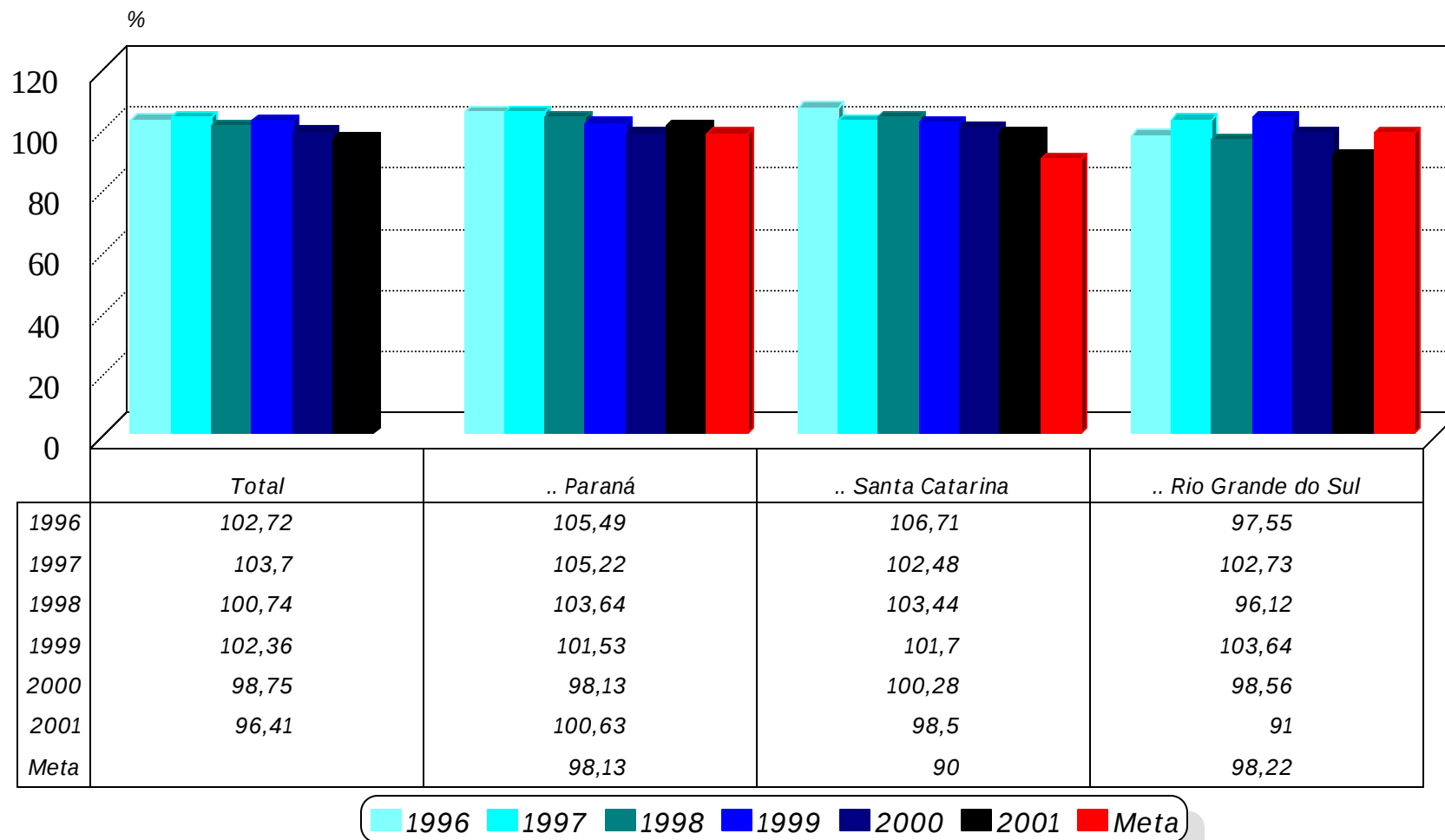


■ 1996
 ■ 1997
 ■ 1998
 ■ 1999
 ■ 2000
 ■ 2001
 ■ Meta

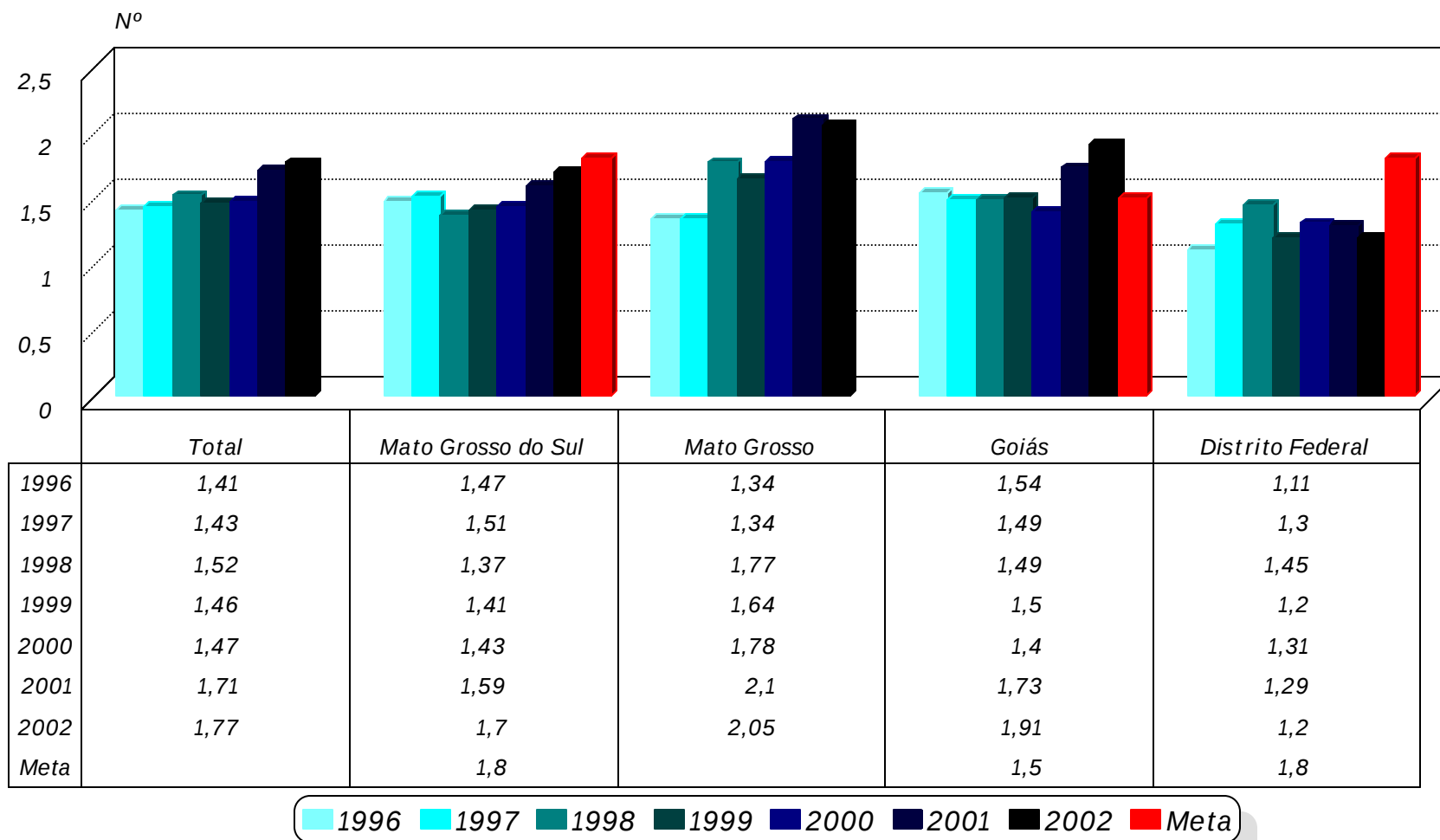
Cobertura vacinal de rotina por DTP em menores de 1 ano no período 1996-2001 e meta pactuada em 2001 por estado, Região Sudeste, 2002



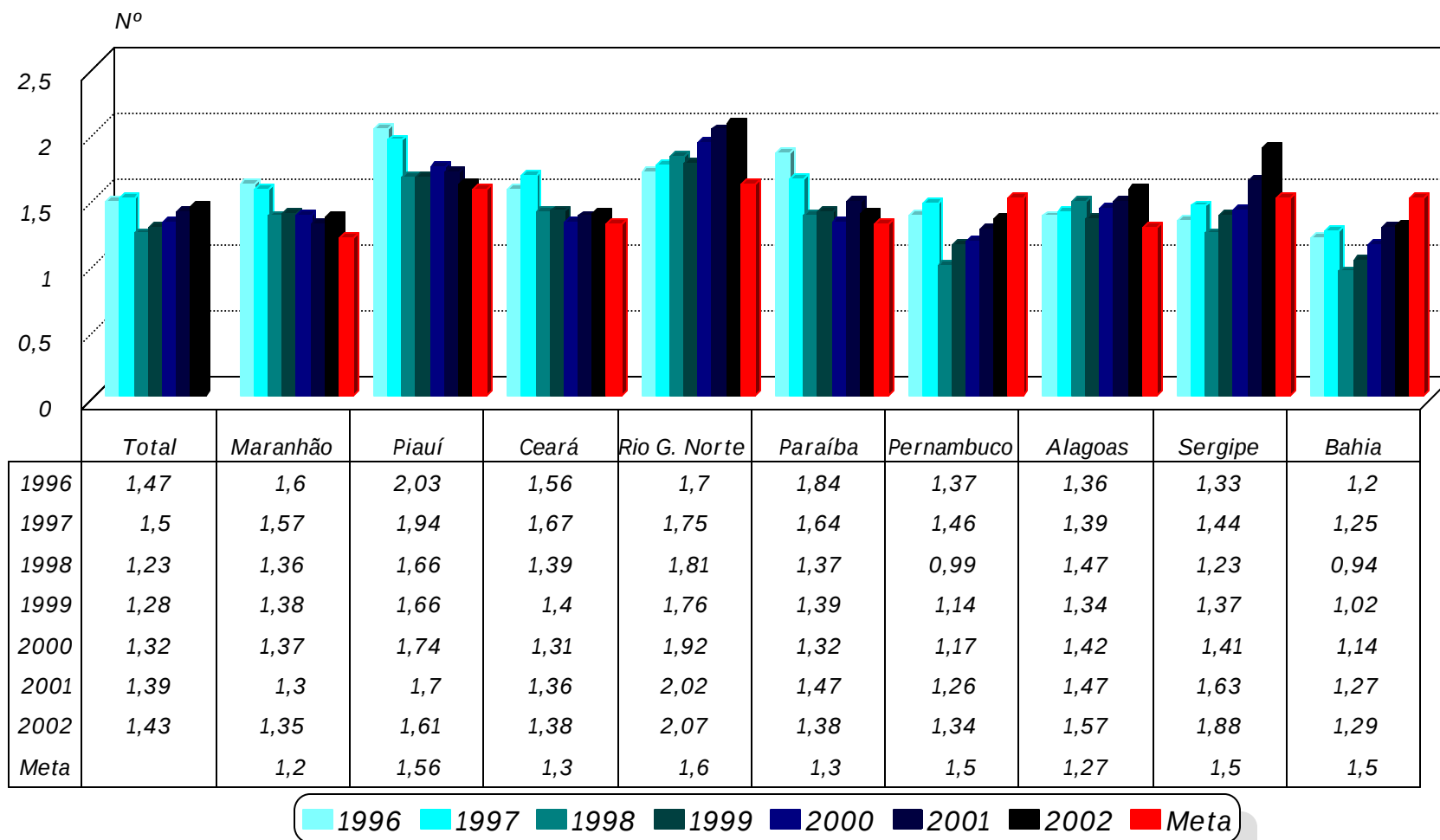
Cobertura vacinal de rotina por DTP em menores de 1 ano no período 1996-2001 e meta pactuada em 2001 por estado, Região Sul, 2002



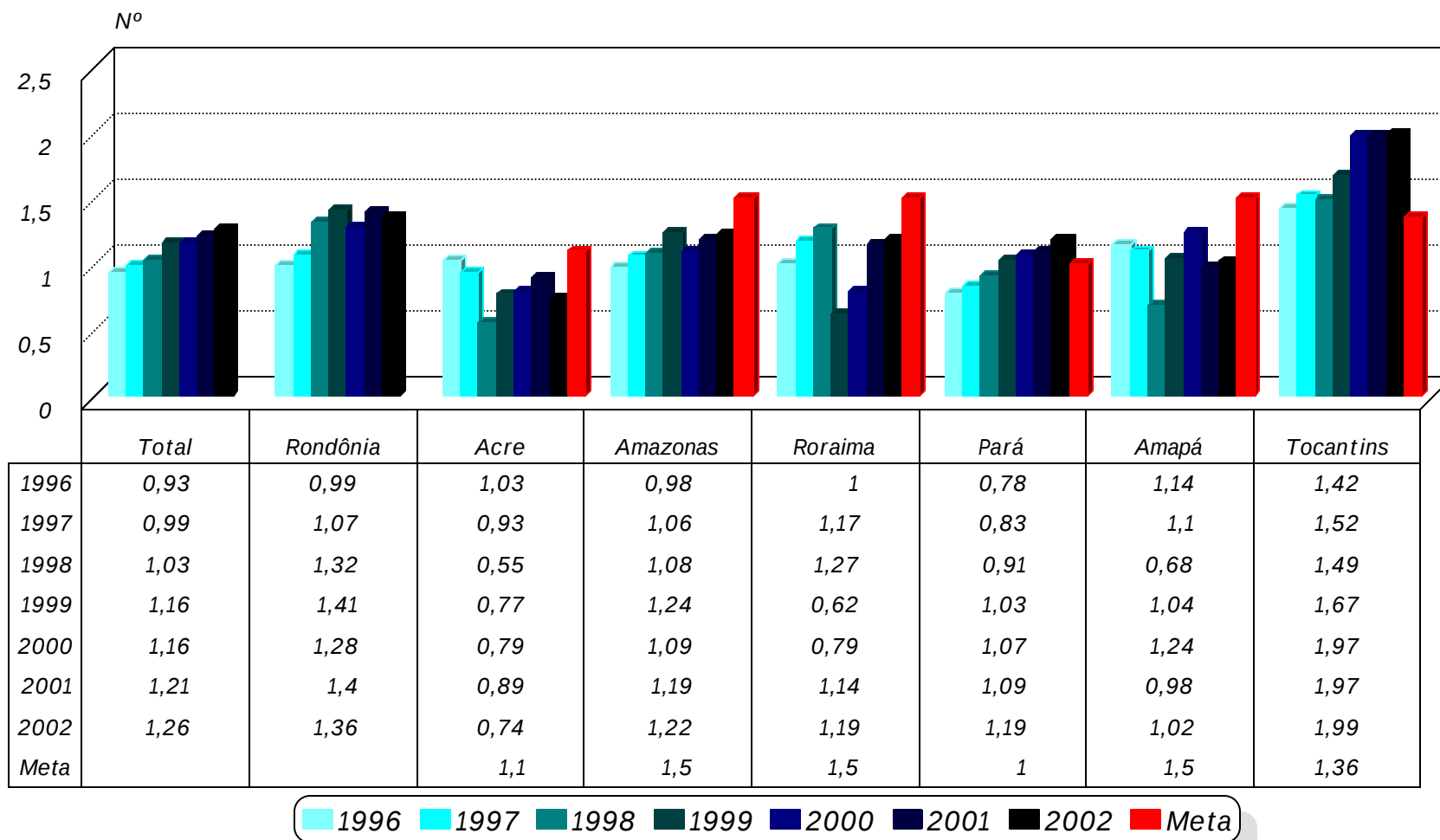
Média de consultas médicas habitante/ano no período 1996-2002 e meta pactuada em 2001 por estado, Centro-Oeste, 2002



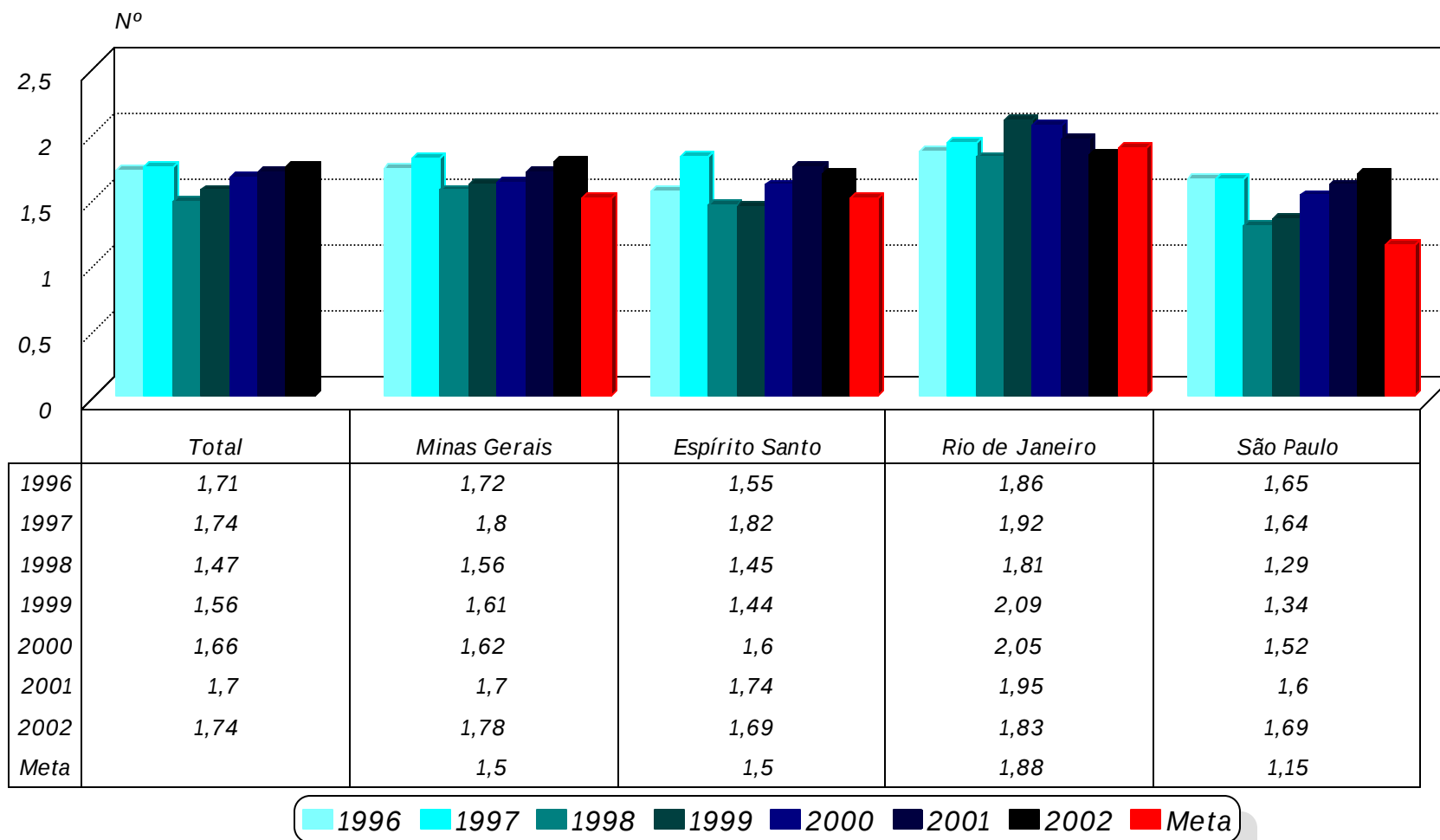
Média de consultas médicas habitante/ano no período 1996-2002 e meta pactuada em 2001 por estado, Região Nordeste, 2002



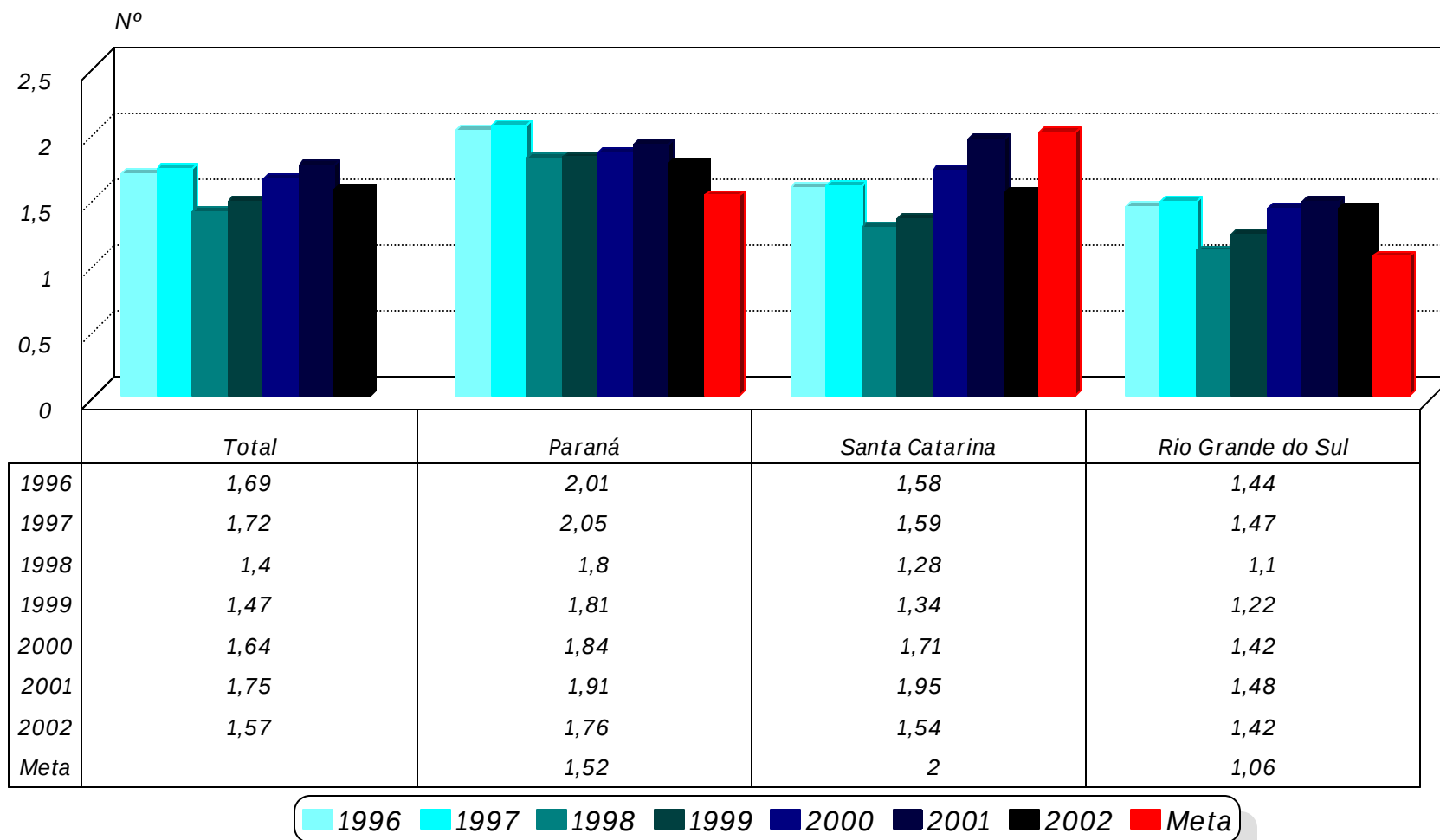
Média de consultas médicas habitante/ano no período 1996-2002 e meta pactuada em 2001 por estado, Região Norte, 2002



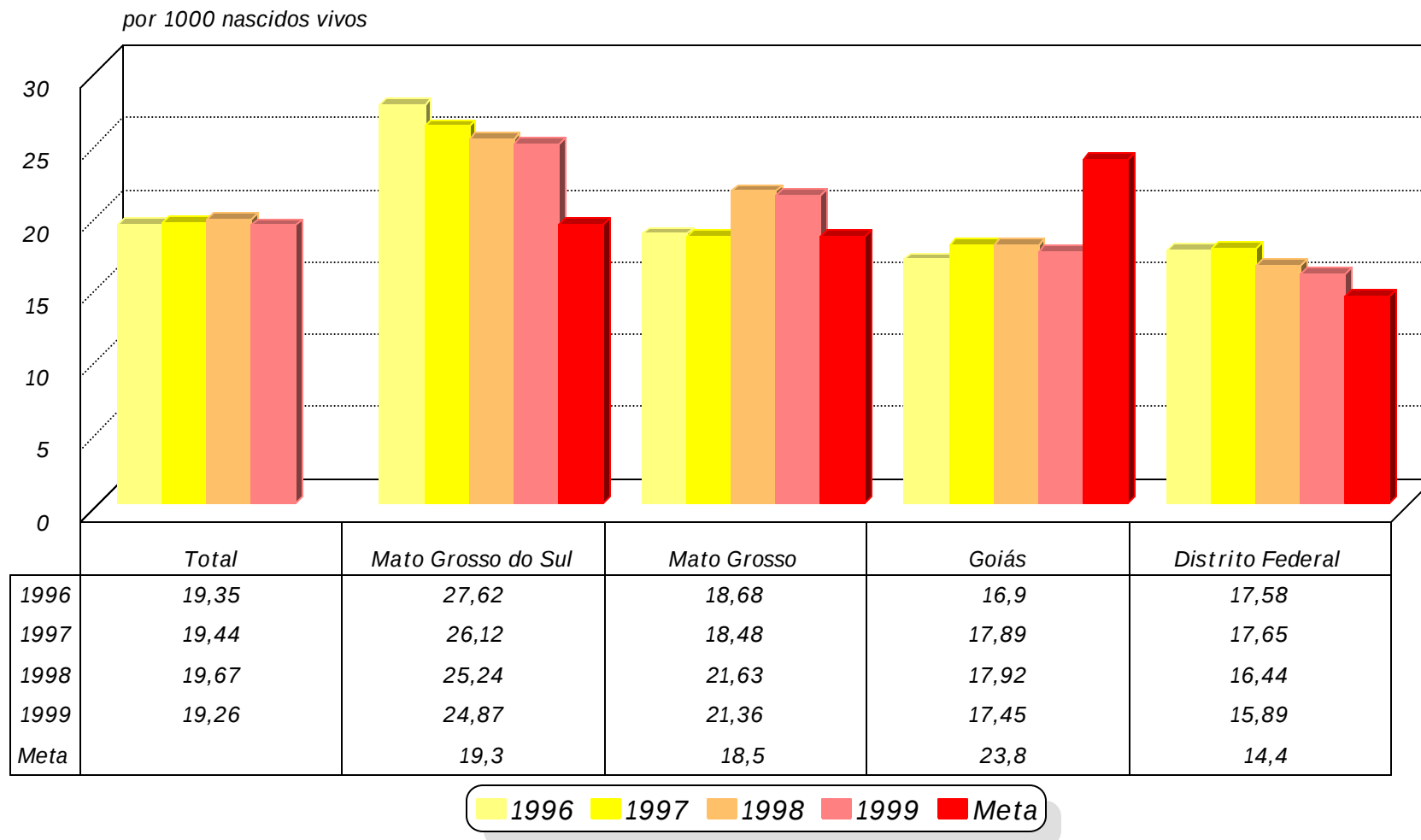
Média de consultas médicas habitante/ano no período 1996-2002 e meta pactuada em 2001 por estado, Região Sudeste, 2002



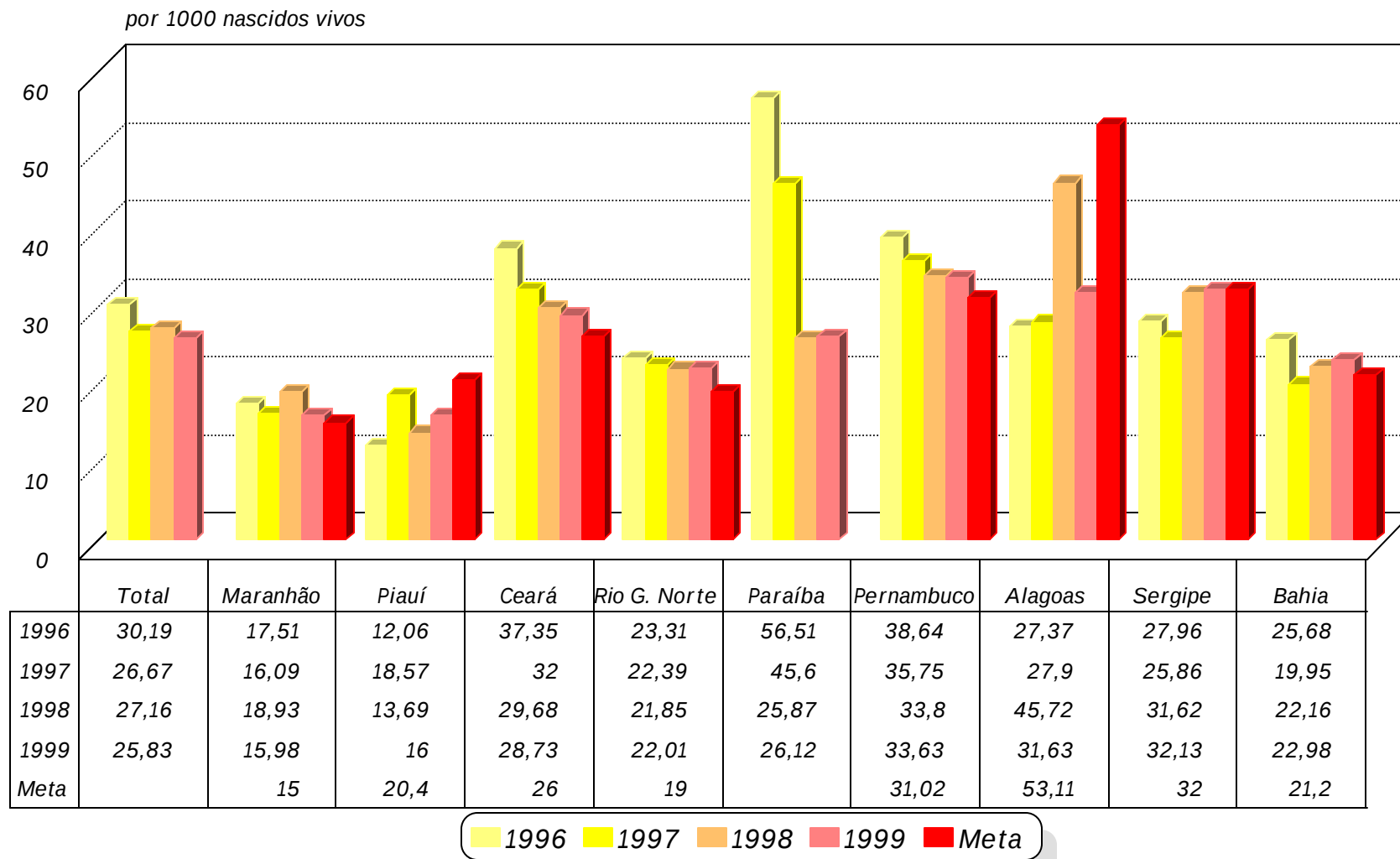
Média de consultas médicas habitante/ano no período 1996-2002 e meta pactuada em 2001 por estado, Região Sul, 2002



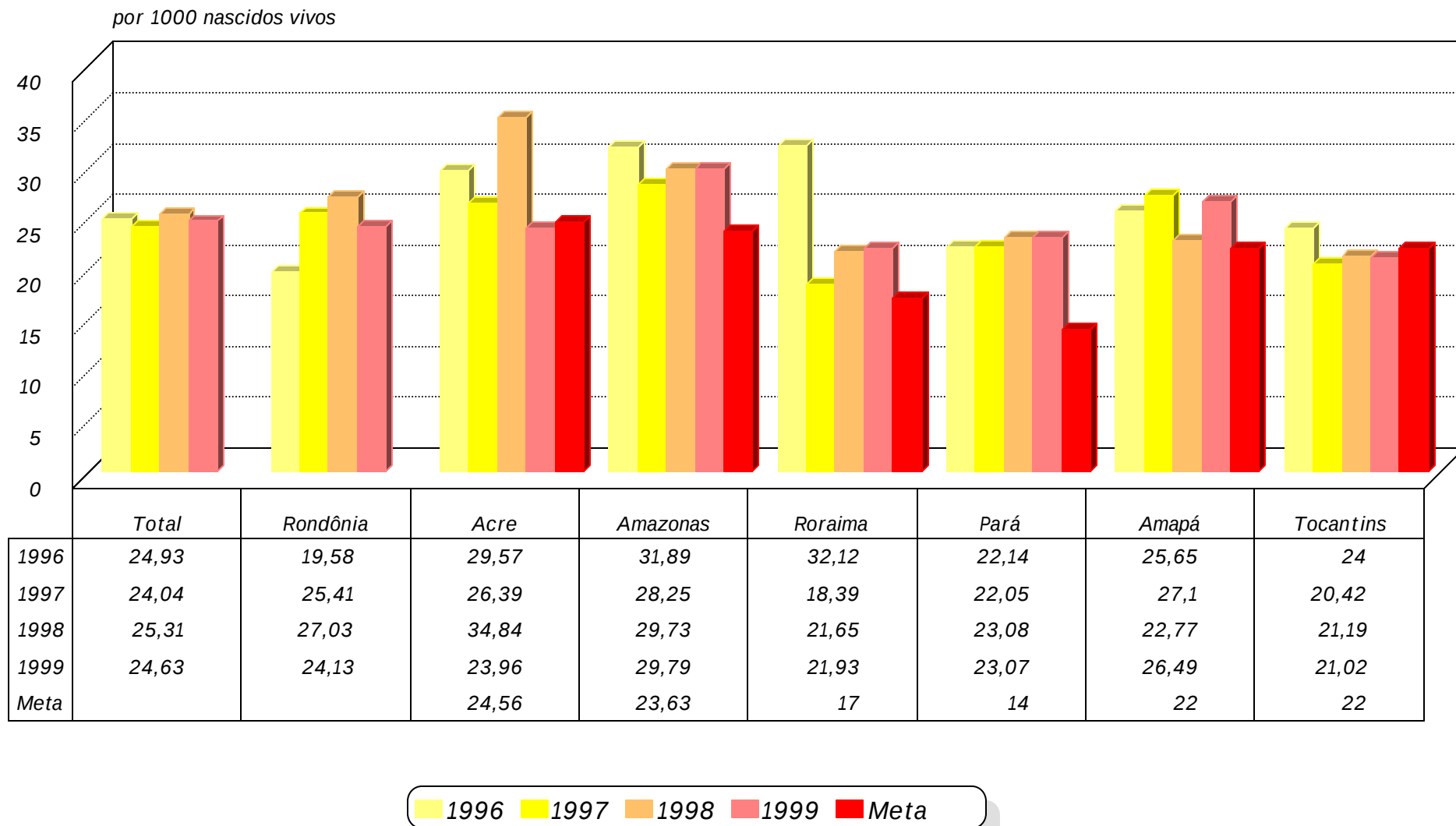
Evolução da taxa de mortalidade infantil no período 1996-1999 e meta pactuada em 2001 por estado, Região Centro-Oeste, 2002



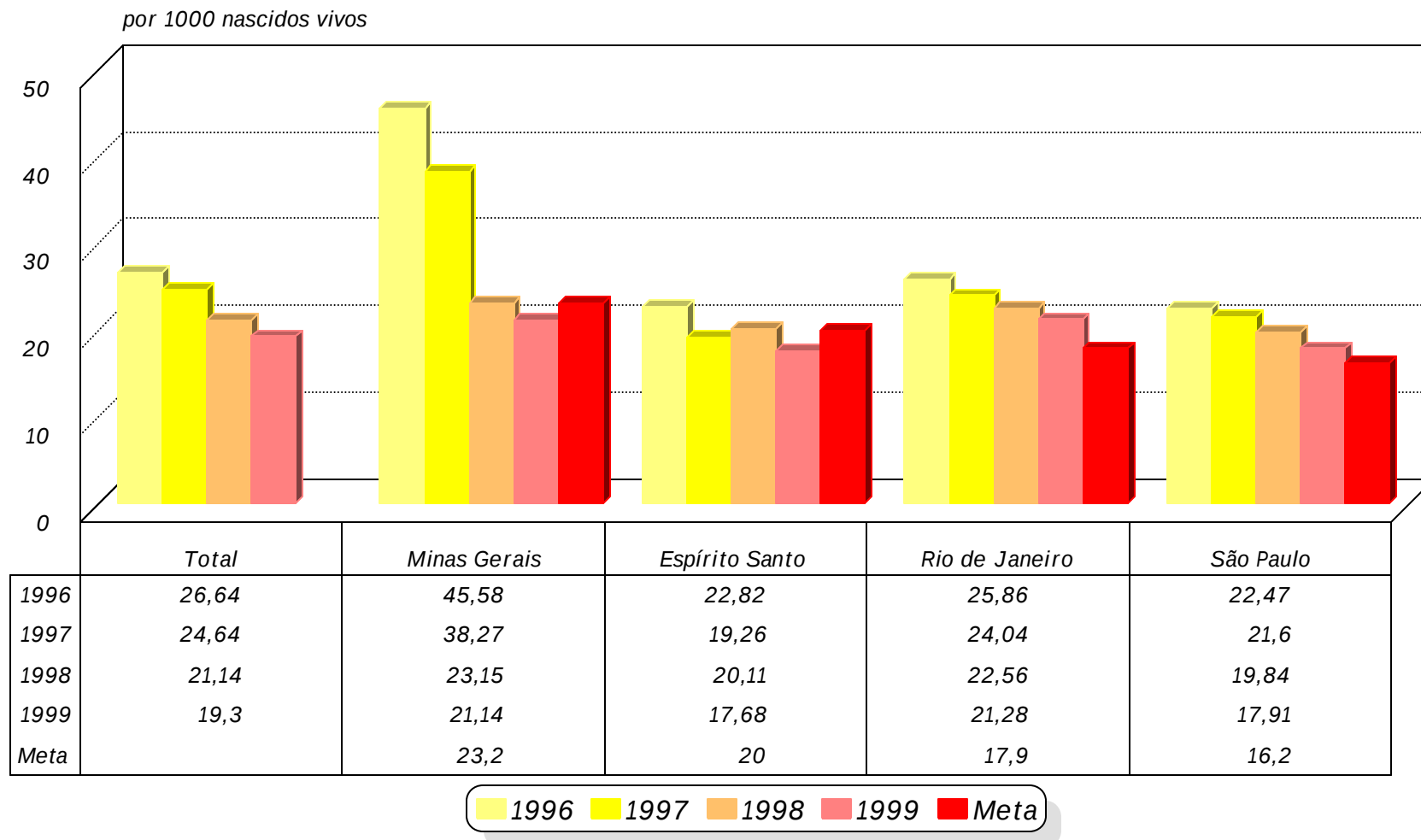
Evolução da taxa de mortalidade infantil no período 1996-1999 e meta pactuada em 2001 por estado, Região Nordeste, 2002



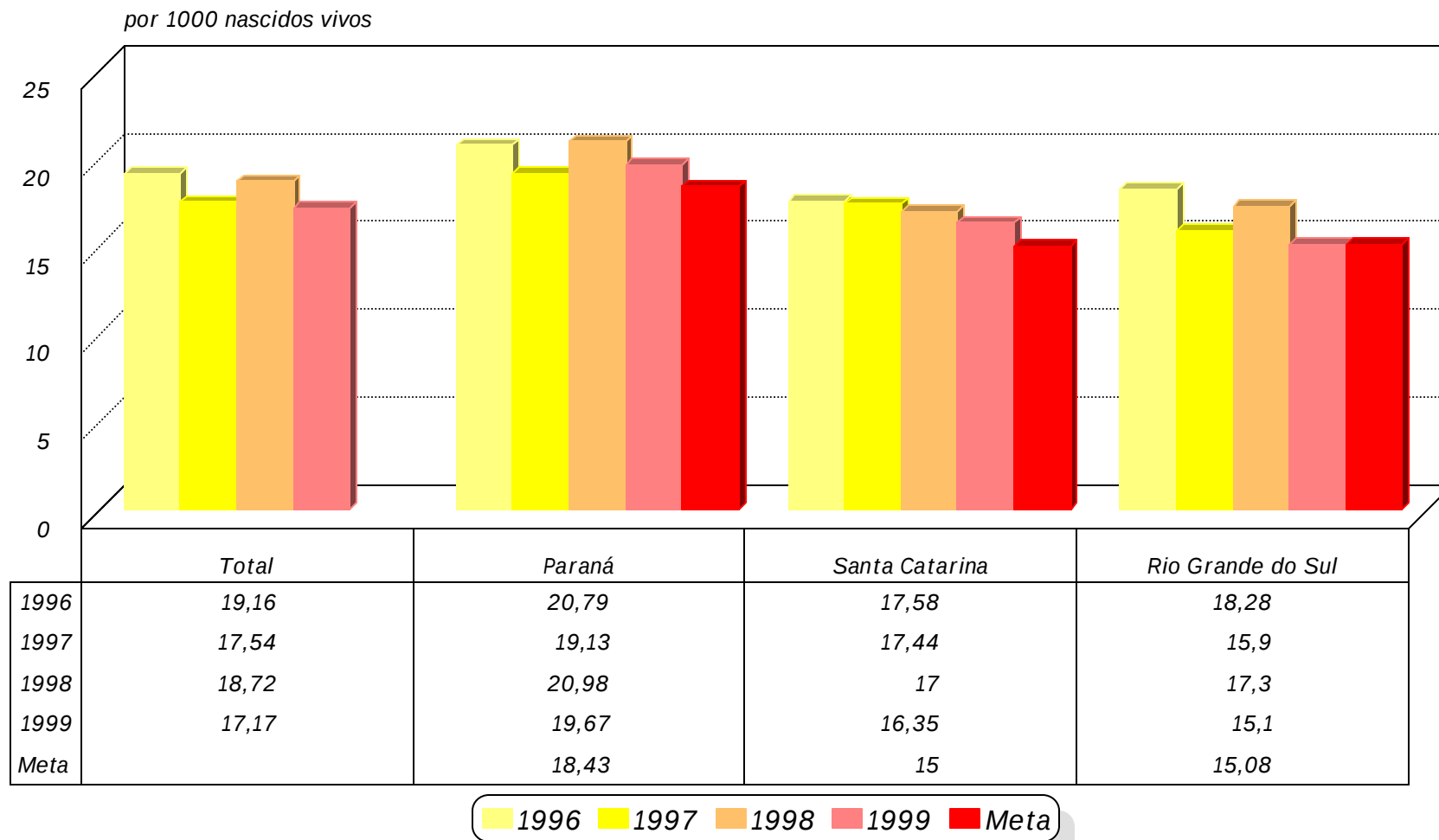
Evolução da taxa de mortalidade infantil no período 1996-1999 e meta pactuada em 2001 por estado, Região Norte, 2002



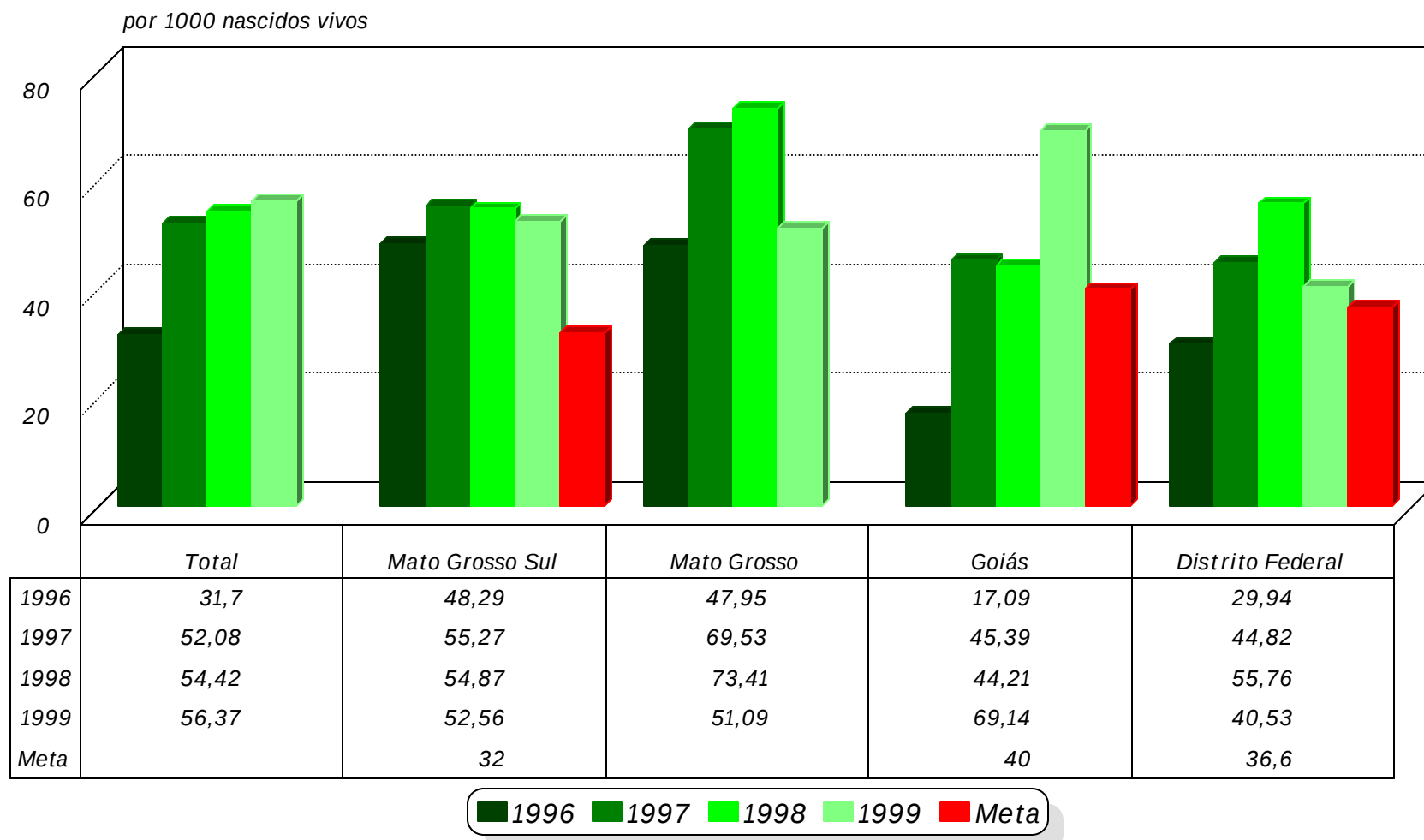
Evolução da taxa de mortalidade infantil no período 1996-1999 e meta pactuada em 2001 por estado, Região Sudeste, 2002



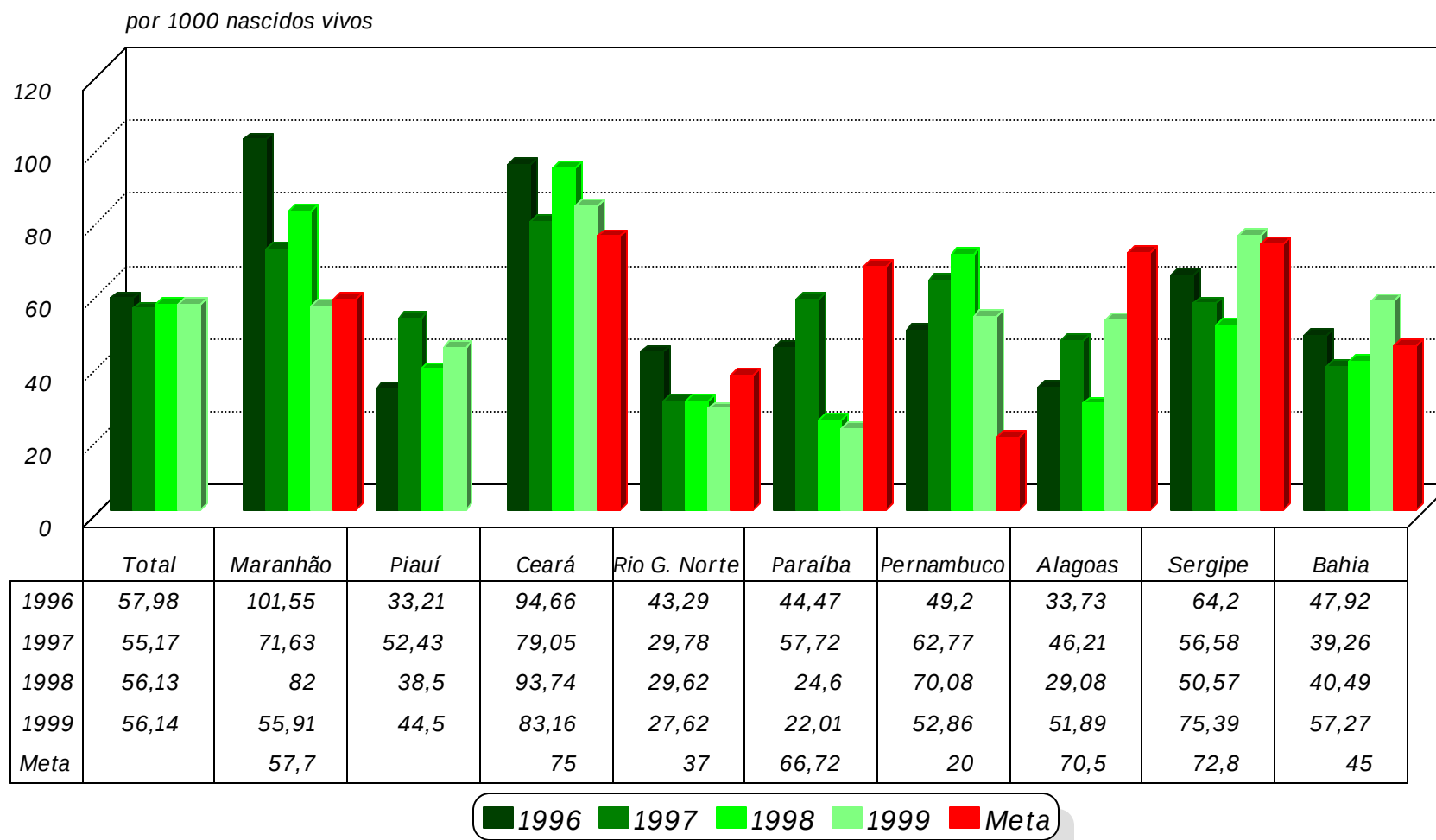
Evolução da taxa de mortalidade infantil no período 1996-1999 e meta pactuada em 2001 por estado, Região Sul, 2002



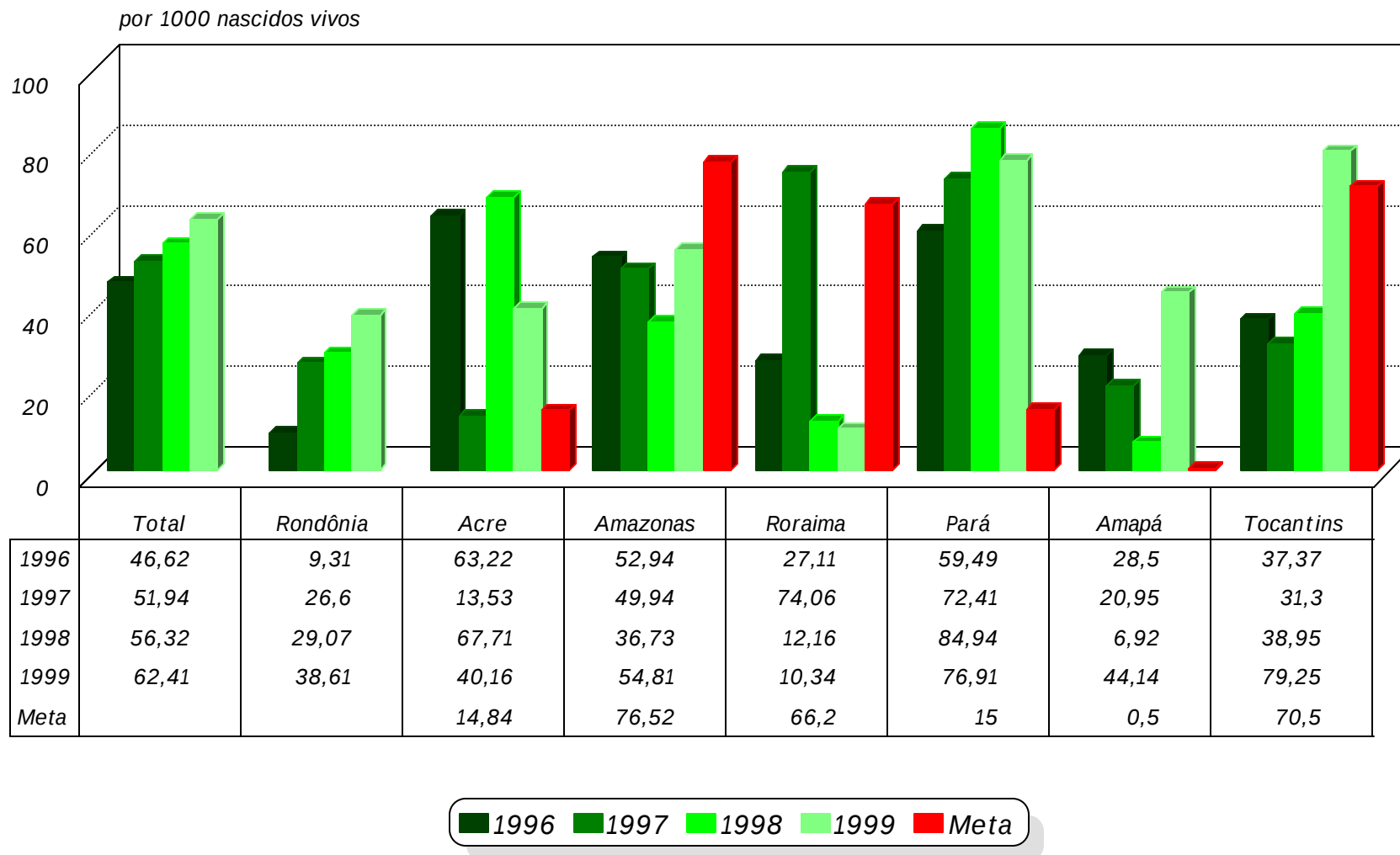
Evolução da taxa de mortalidade materna no período 1996-2002 e meta pactuada em 2001 por estado, Região Centro-Oeste, 2002



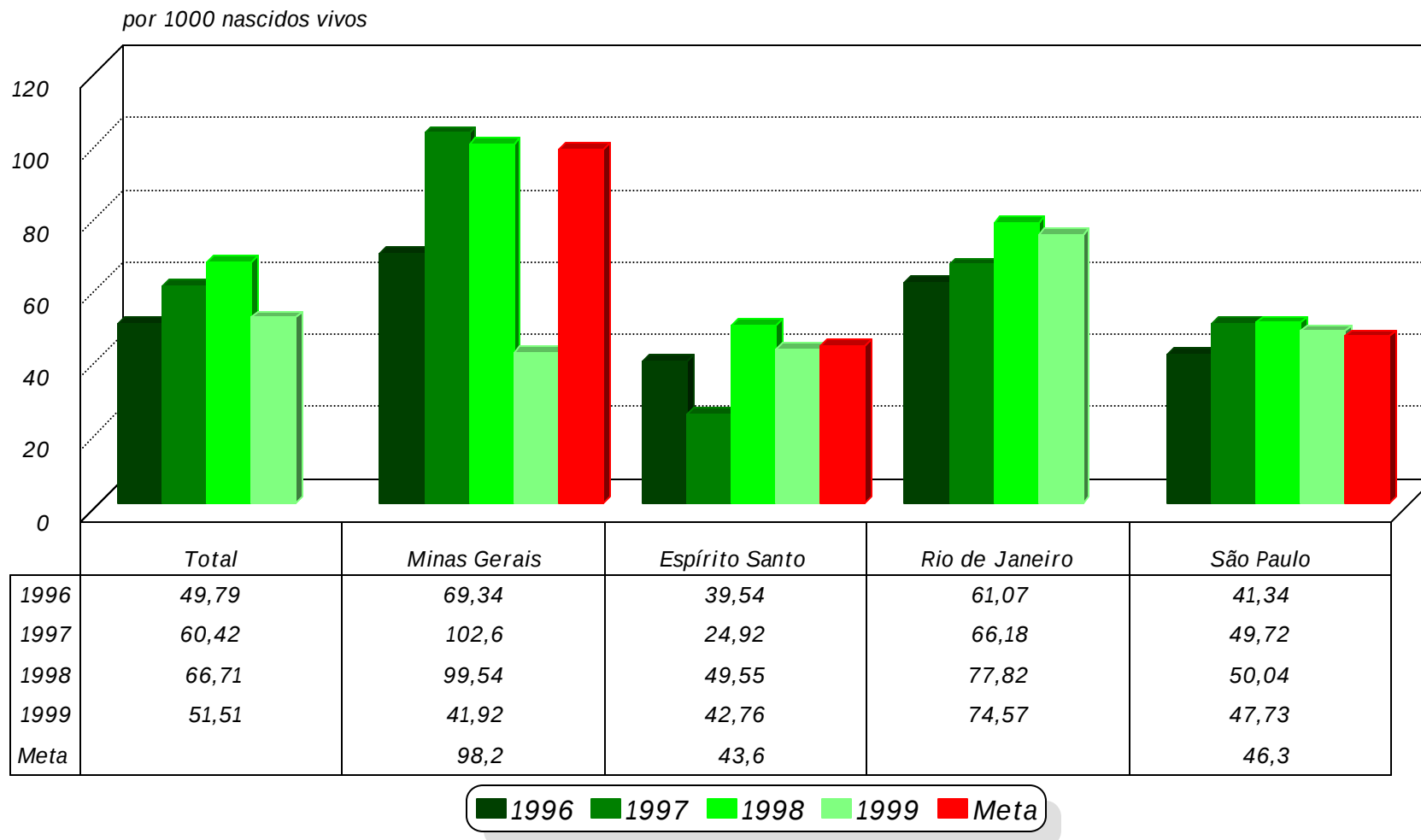
Evolução da taxa de mortalidade materna no período 1996-2002 e meta pactuada em 2001 por estado, Região Nordeste, 2002



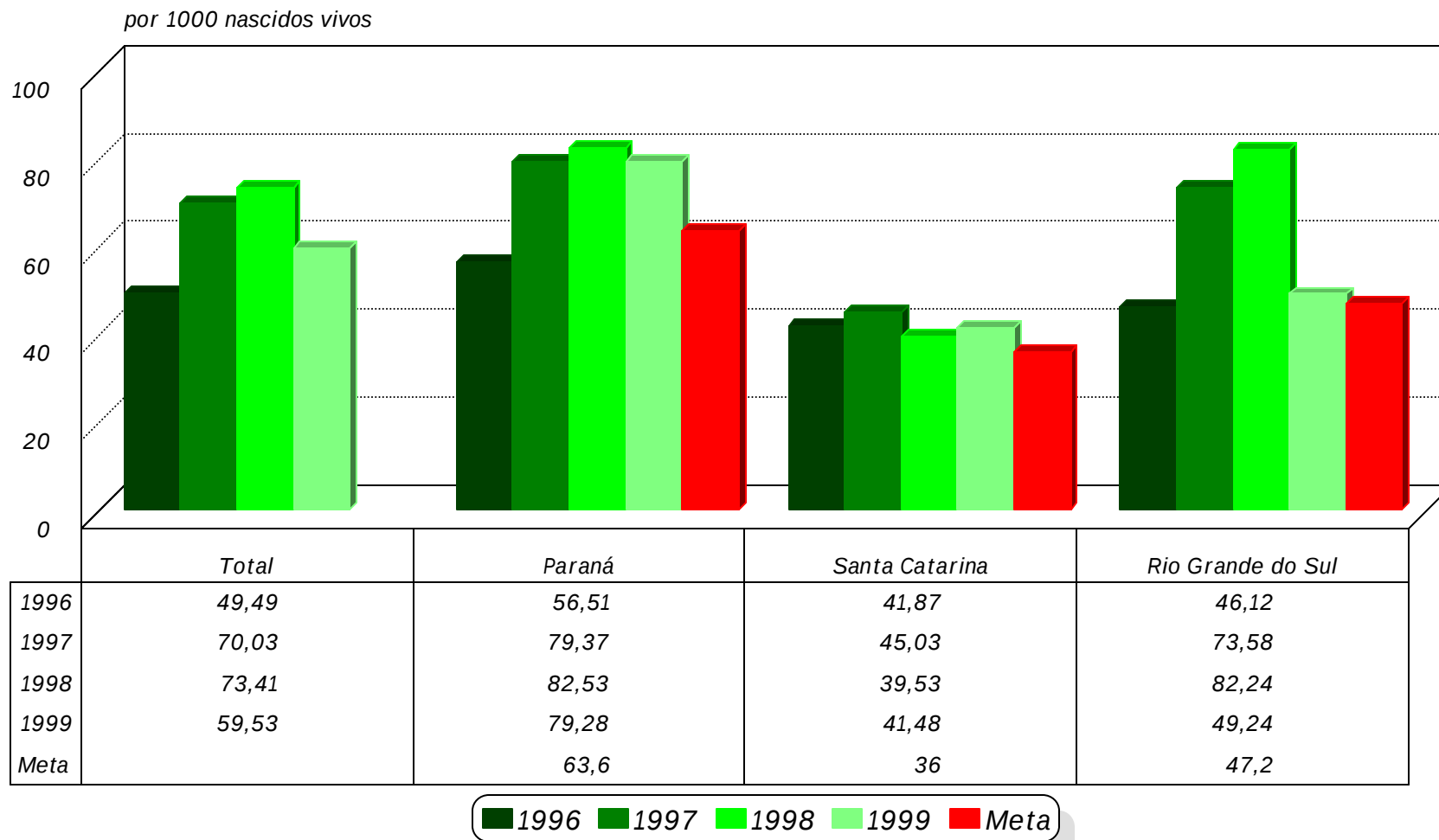
Evolução da taxa de mortalidade materna no período 1996-2002 e meta pactuada em 2001 por estado, Região Norte, 2002



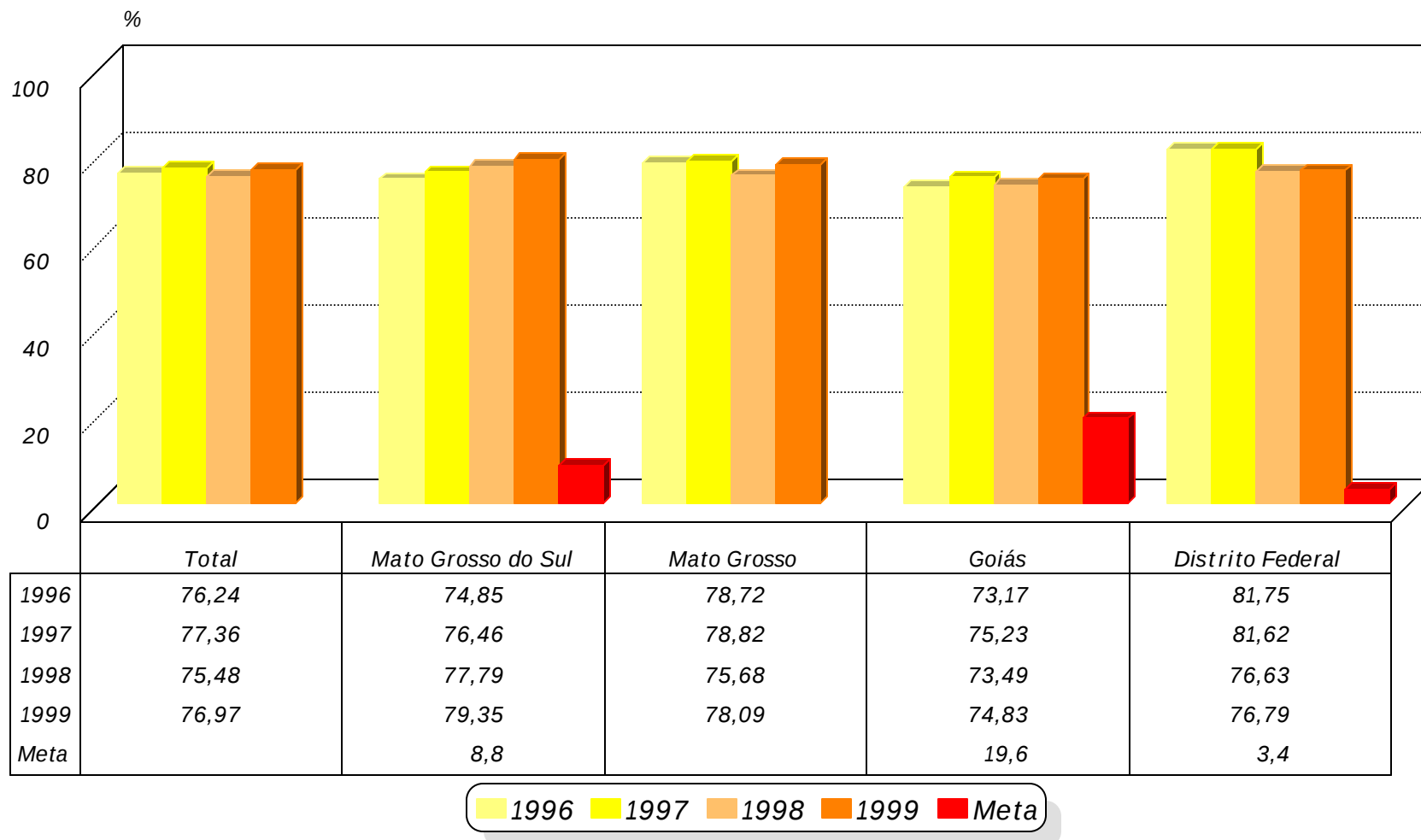
Evolução da taxa de mortalidade materna no período 1996-2002 e meta pactuada em 2001 por estado, Região Sudeste, 2002



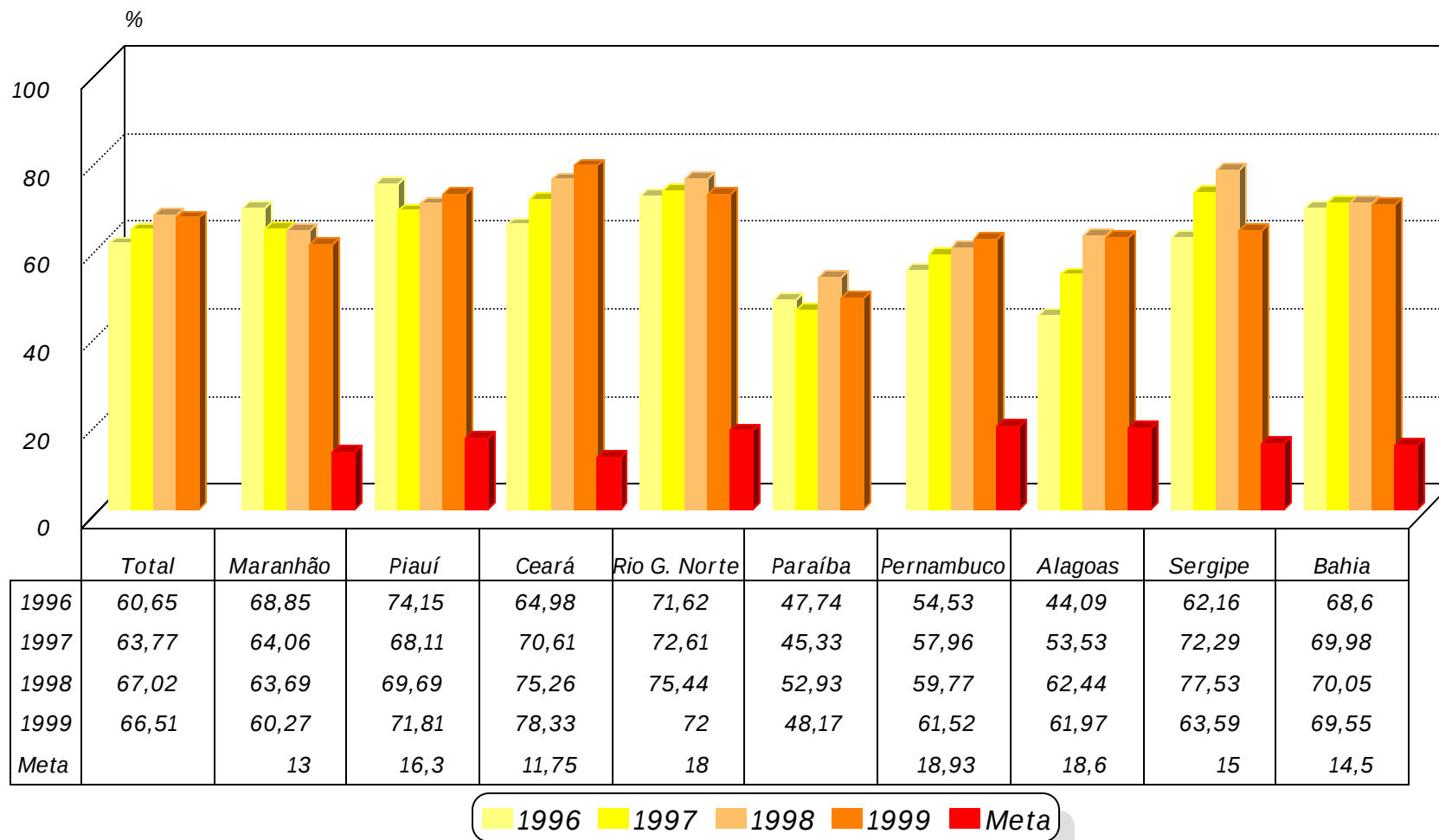
Evolução da taxa de mortalidade materna no período 1996-2002 e meta pactuada em 2001 por estado, Região Sul, 2002



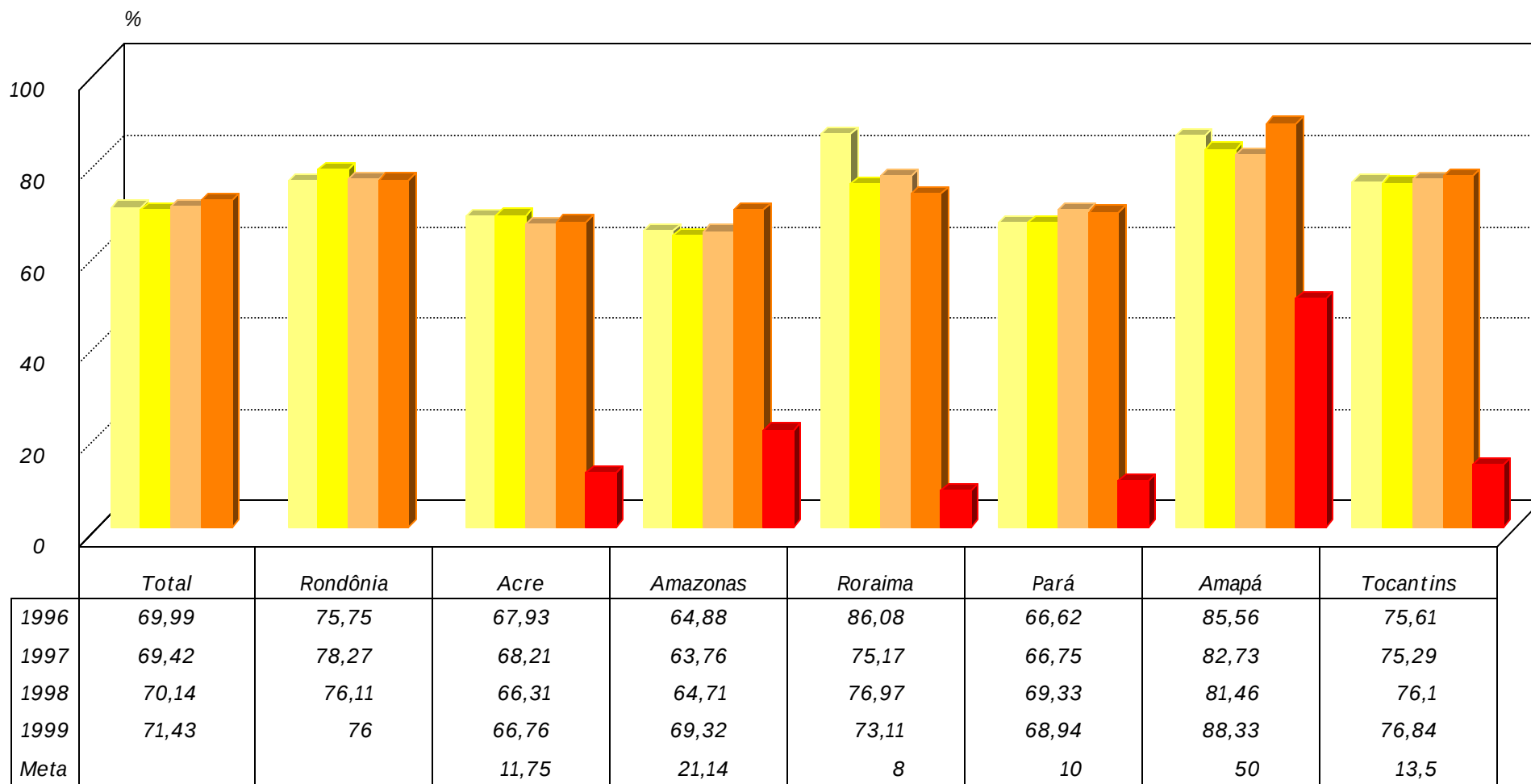
Proporção de óbitos infantis por causas evitáveis no período 1996-2002 e meta pactuada em 2001 por estado, Região Centro-Oeste, 2002



Proporção de óbitos infantis por causas evitáveis no período 1996-2002 e meta pactuada em 2001 por estado, Região Nordeste, 2002

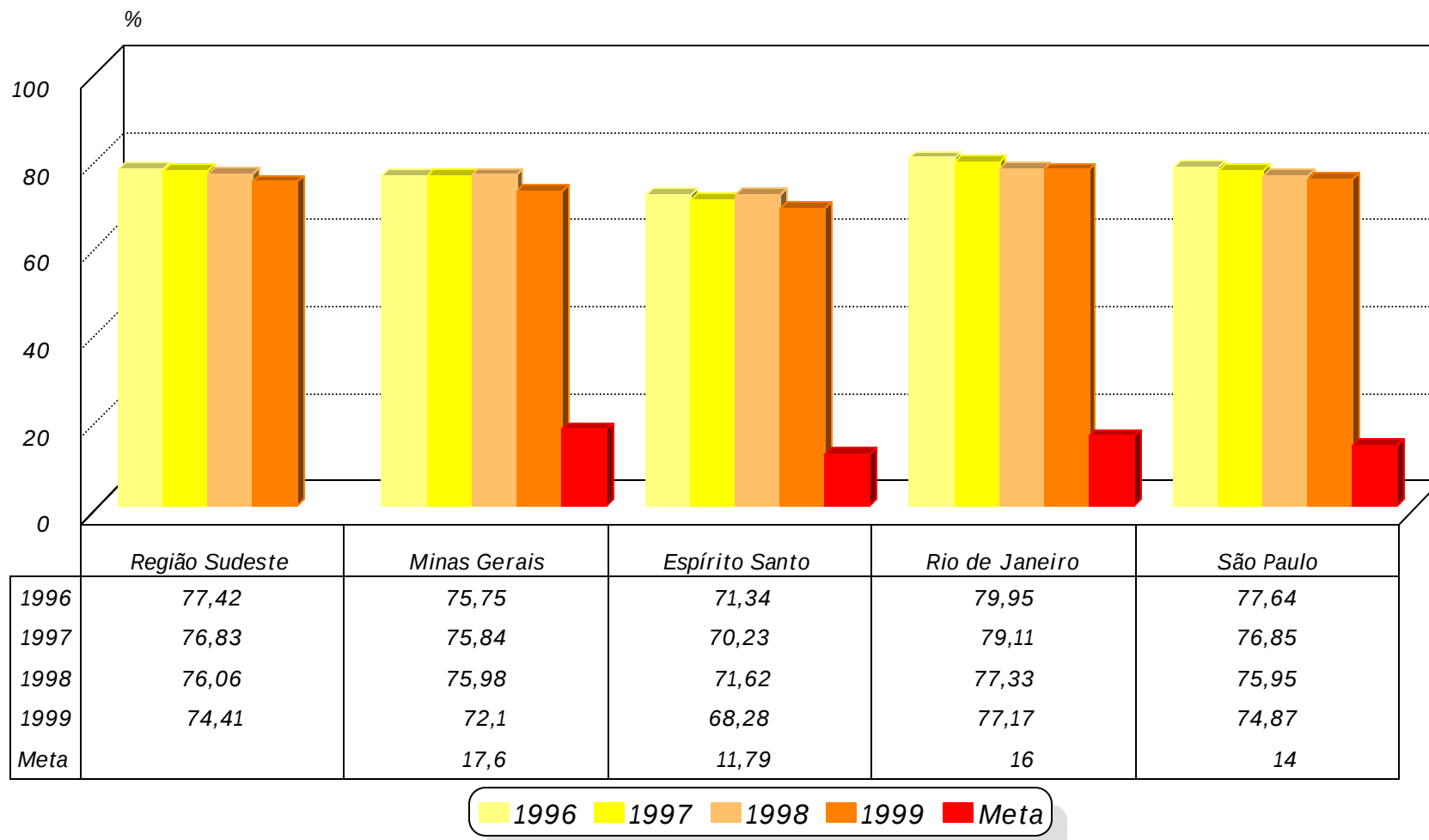


Proporção de óbitos infantis por causas evitáveis no período 1996-2002 e meta pactuada em 2001 por estado, Região Norte, 2002

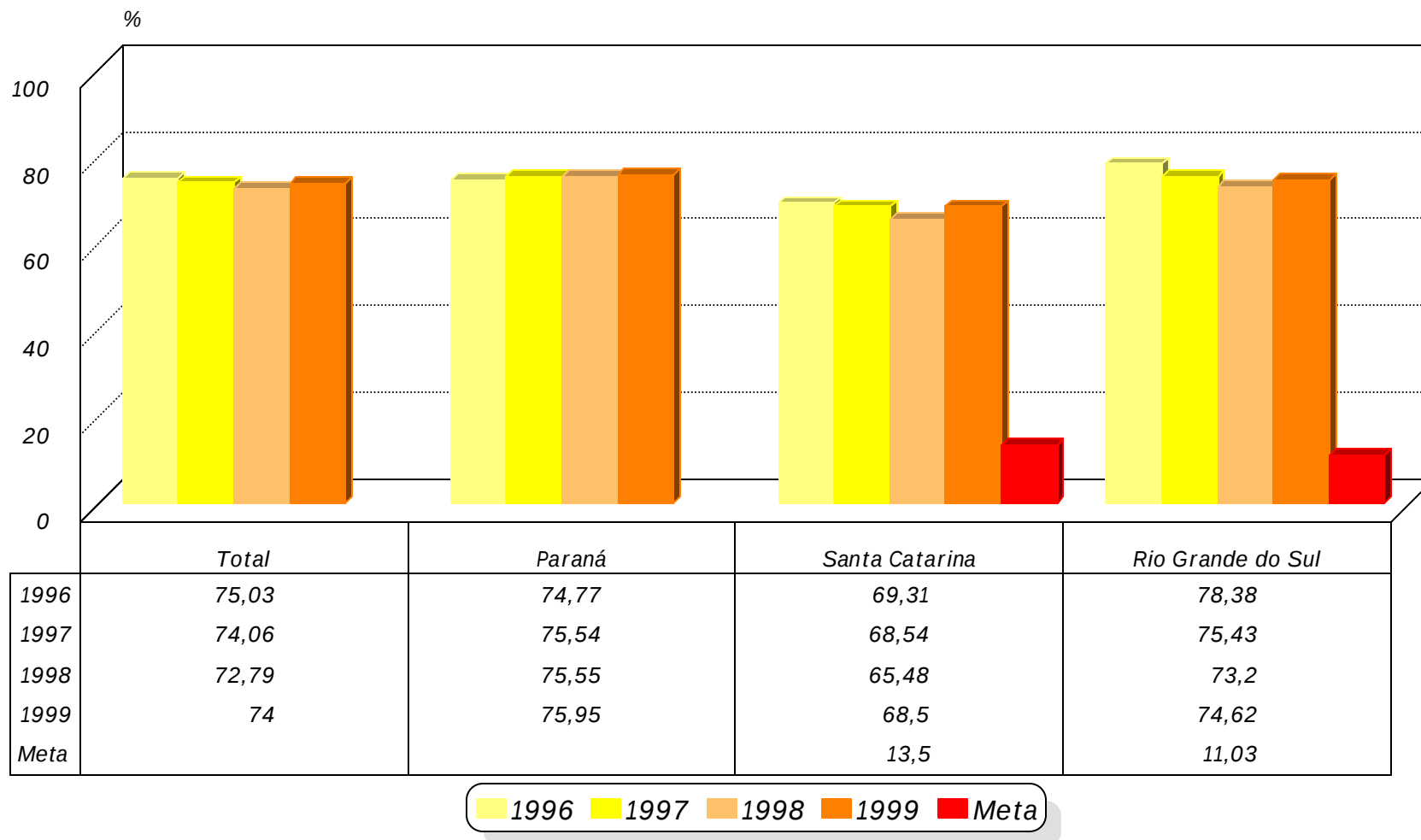


1996 1997 1998 1999 Meta

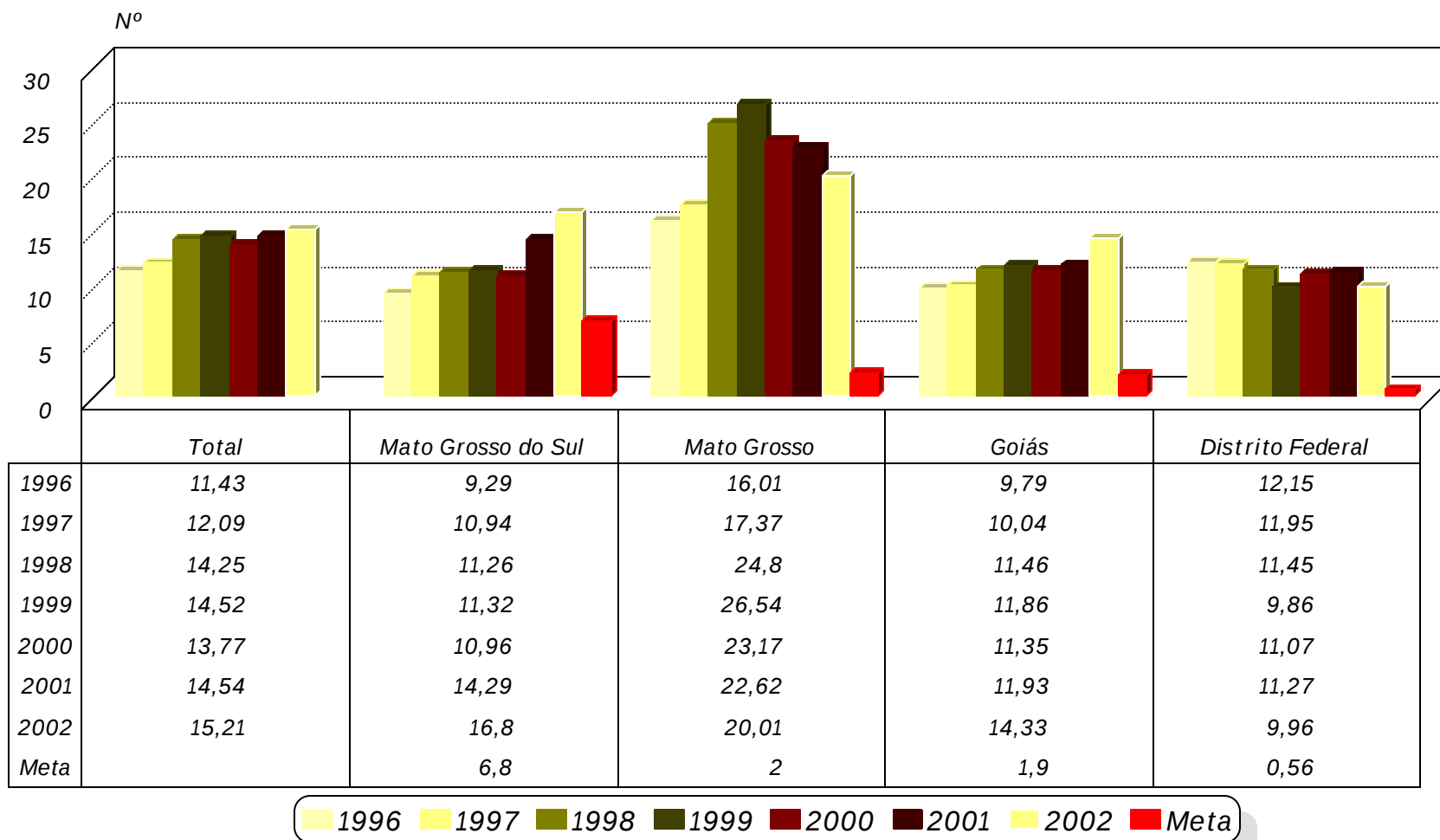
Proporção de óbitos infantis por causas evitáveis no período 1996-2002 e meta pactuada em 2001 por estado, Região Sudeste, 2002



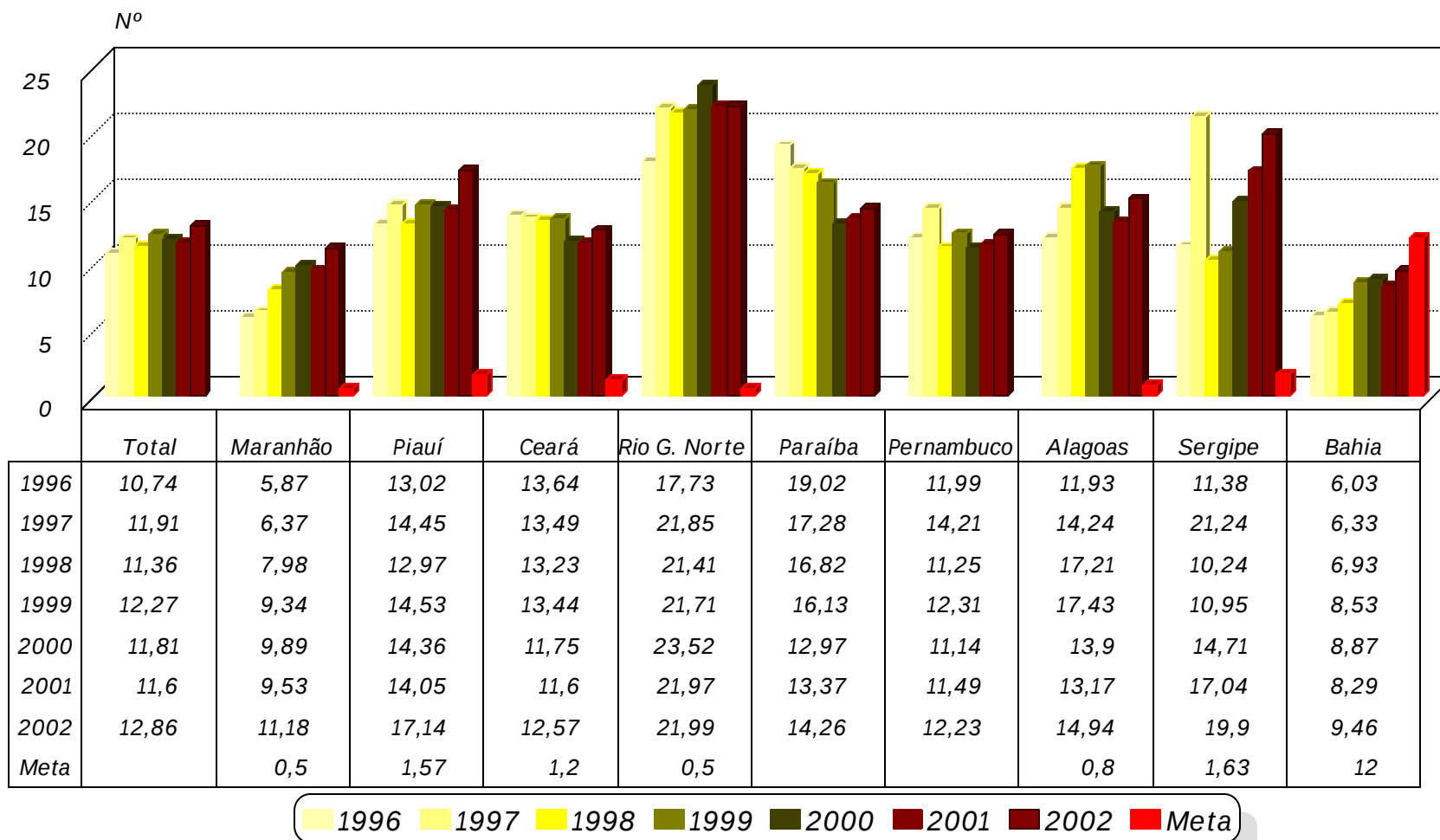
Proporção de óbitos infantis por causas evitáveis no período 1996-2002 e meta pactuada em 2001 por estado, Região Sul, 2002



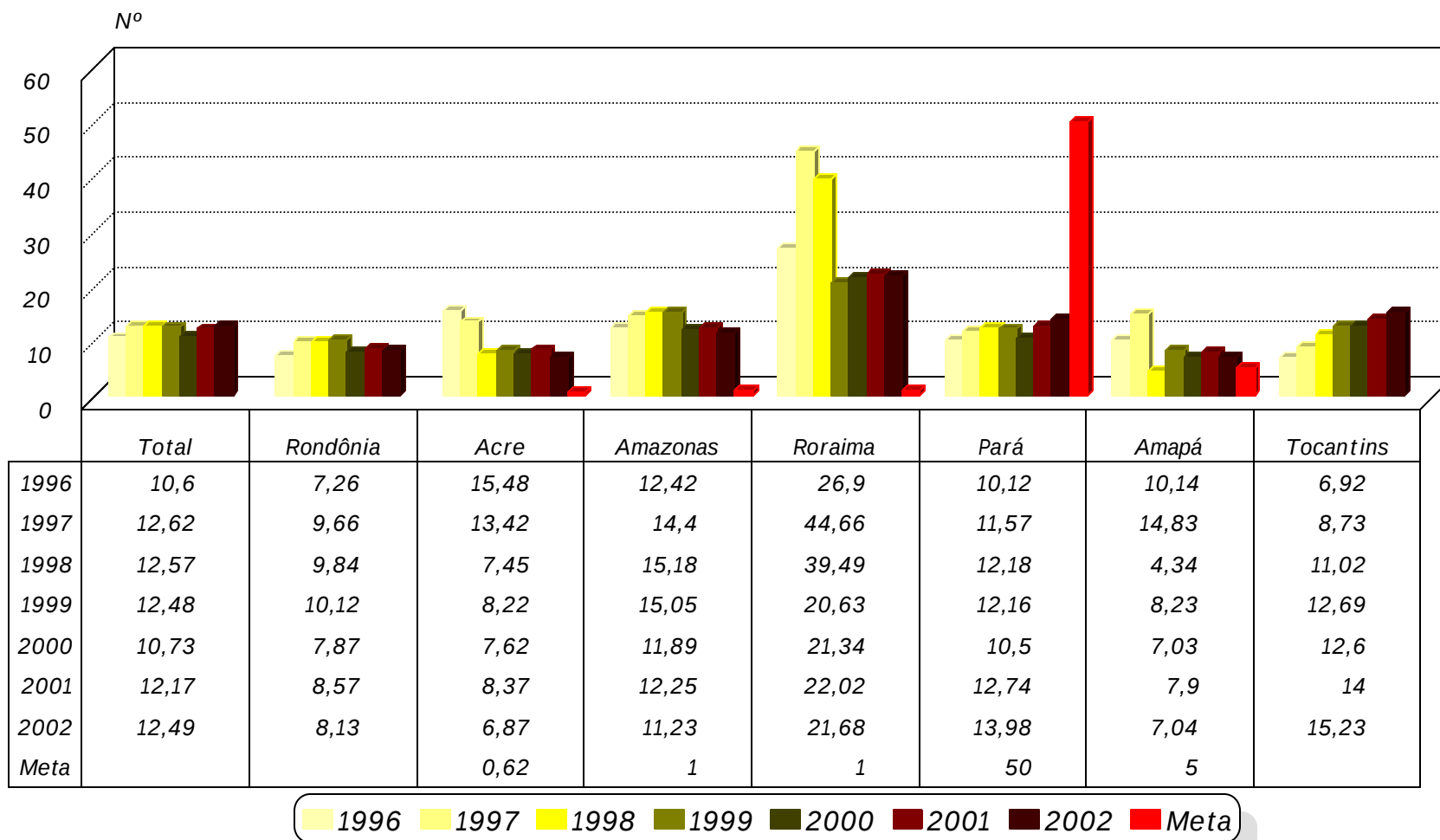
Concentração de procedimentos odontológicos coletivos na faixa etária de 0 a 14 anos no período 1996-2002 e meta pactuada em 2001 por estado, Centro-Oeste, 2002



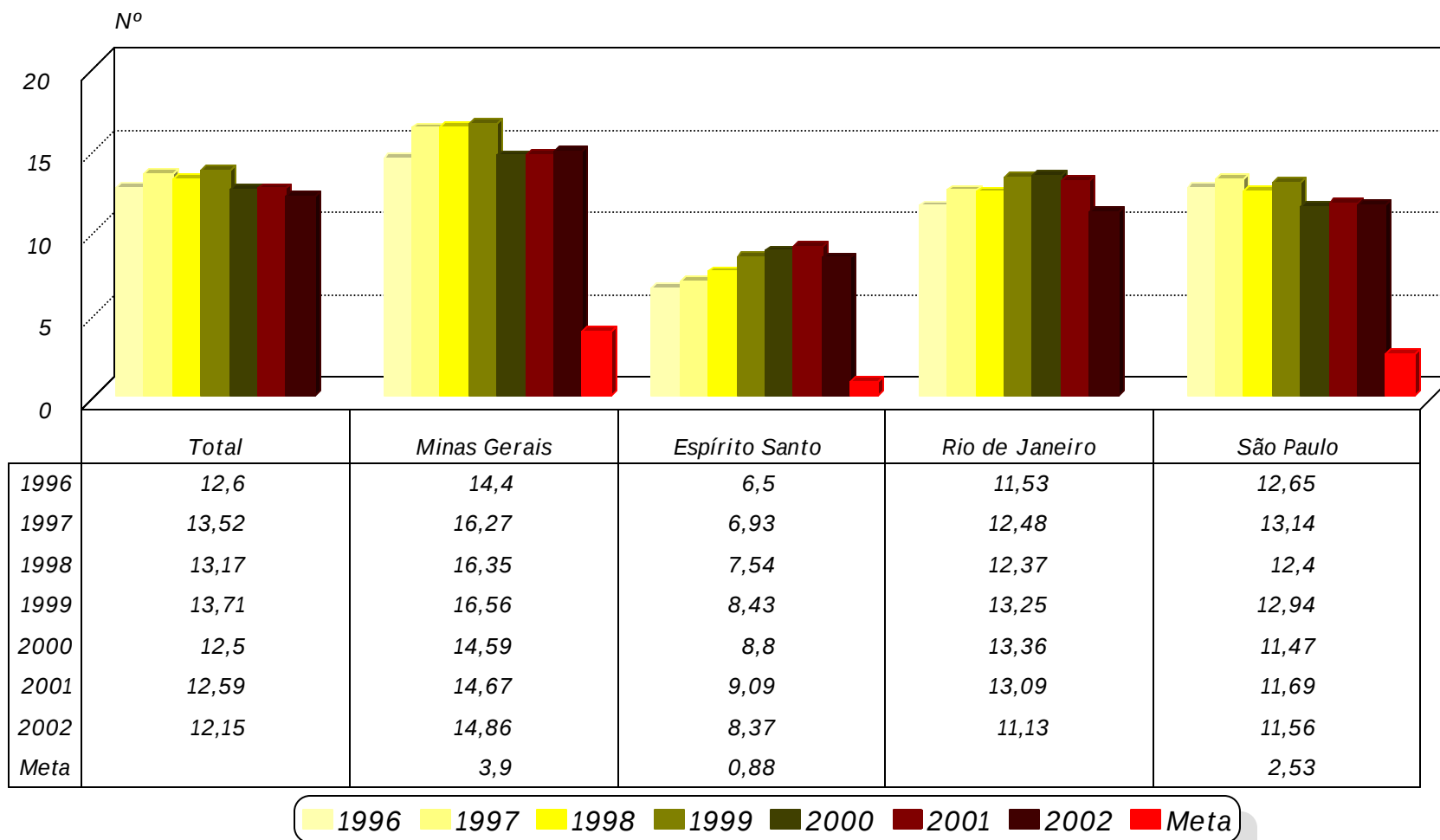
Concentração de procedimentos odontológicos coletivos na faixa etária de 0 a 14 anos no período 1996-2002 e meta pactuada em 2001 por estado, Região Nordeste, 2002



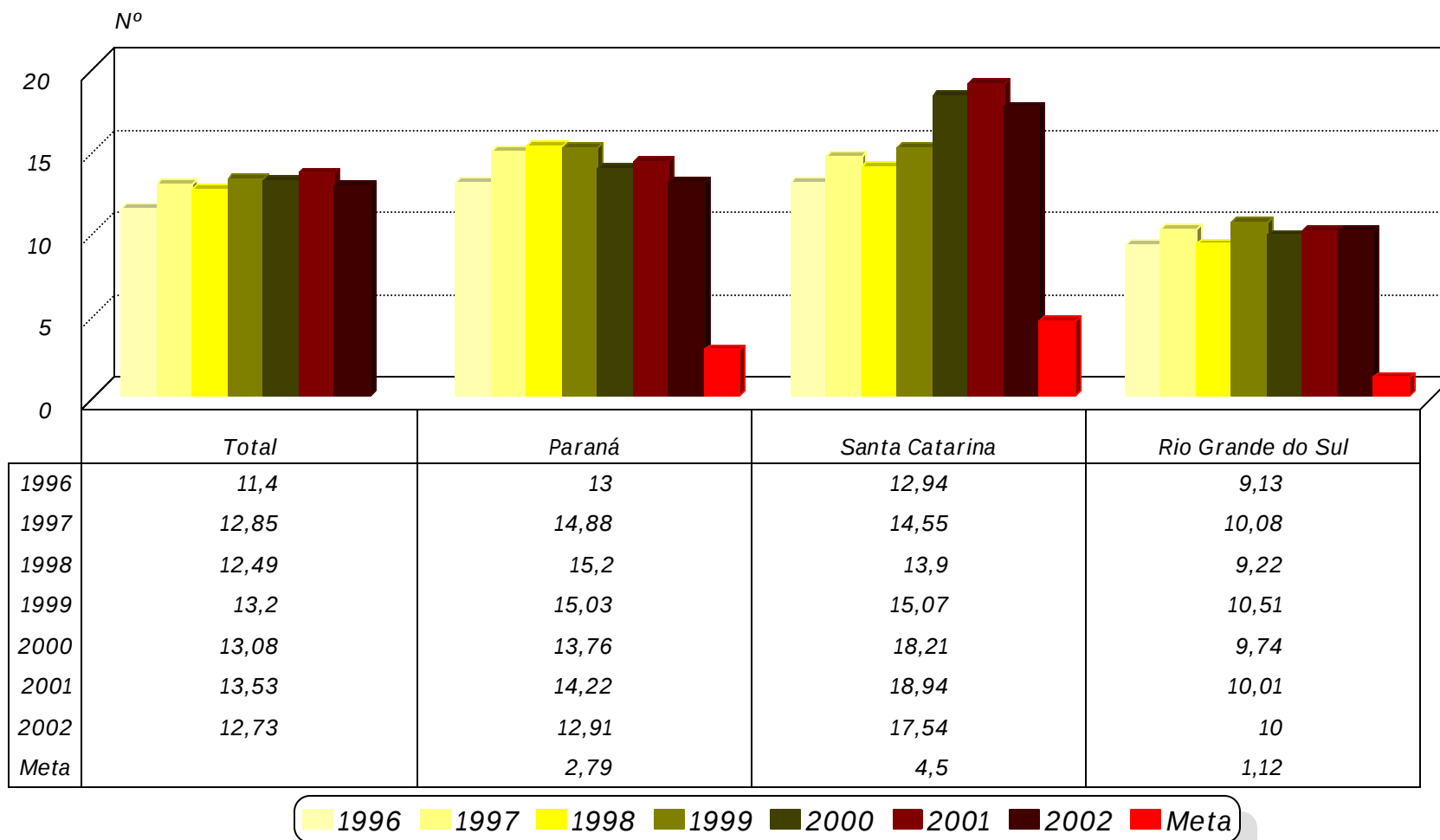
Concentração de procedimentos odontológicos coletivos na faixa etária de 0 a 14 anos no período 1996-2002 e meta pactuada em 2001 por estado, Região Norte, 2002



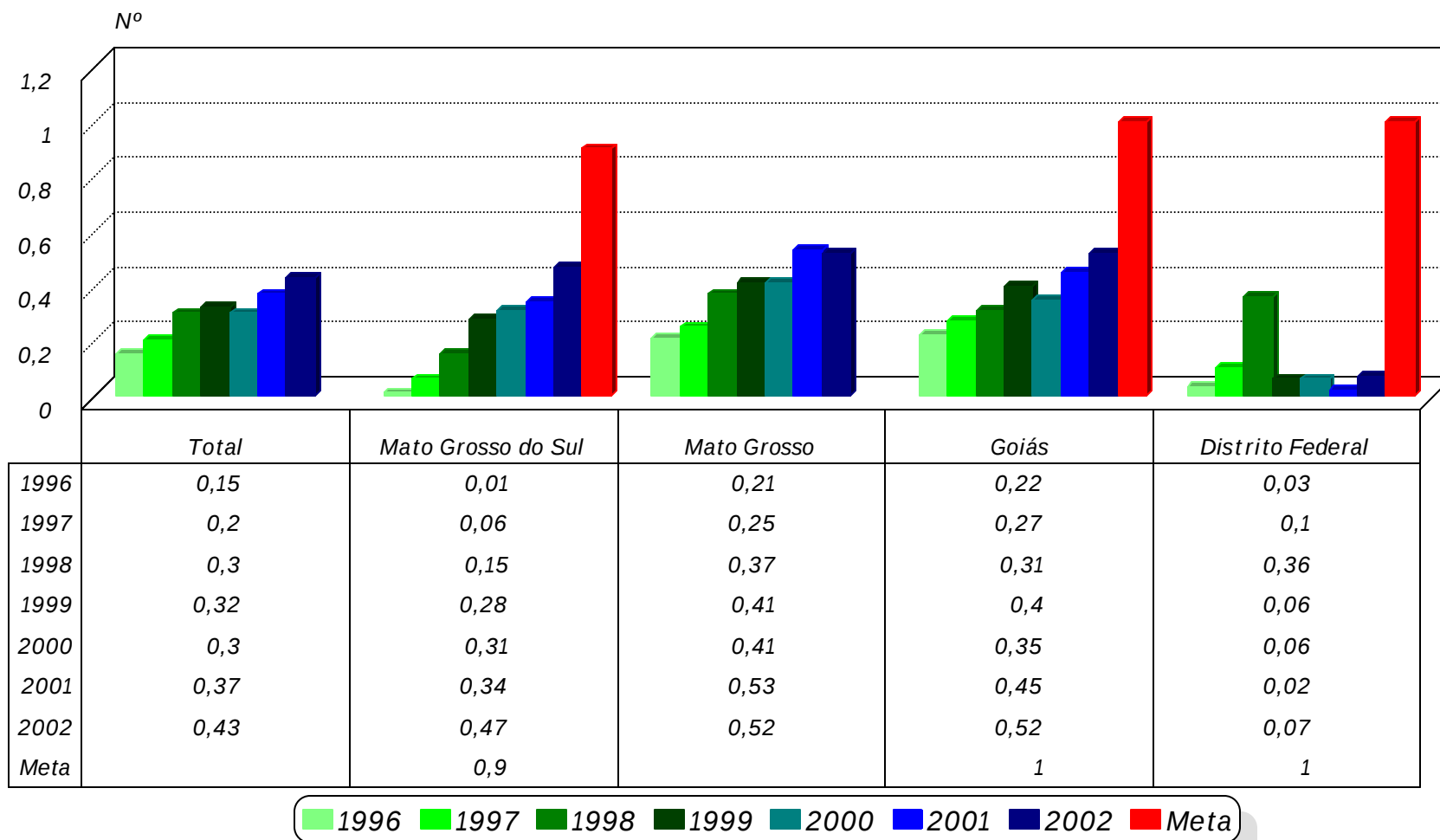
Concentração de procedimentos odontológicos coletivos na faixa etária de 0 a 14 anos no período 1996-2002 e meta pactuada em 2001 por estado, Região Sudeste, 2002



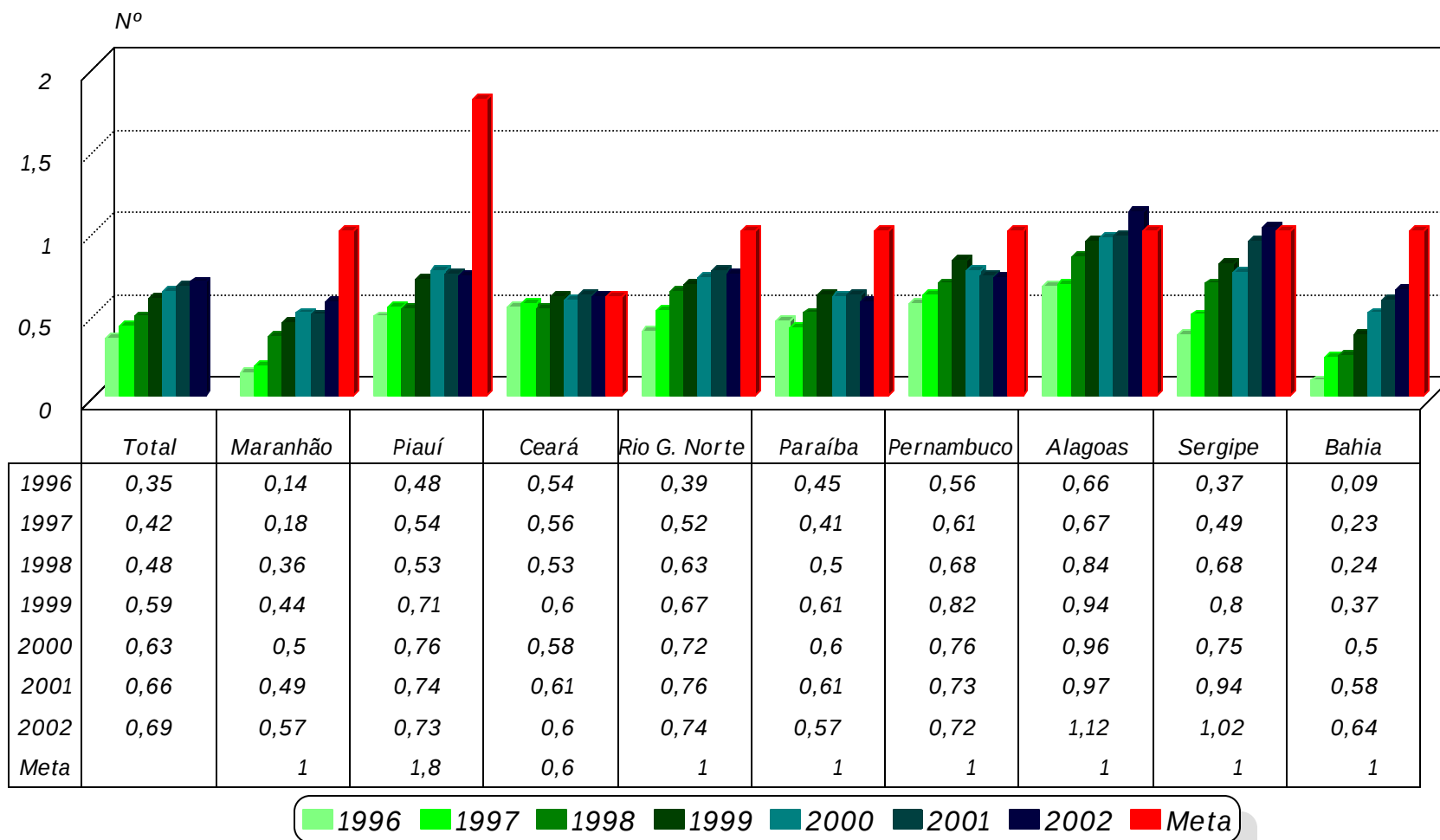
Concentração de procedimentos odontológicos coletivos na faixa etária de 0 a 14 anos no período 1996-2002 e meta pactuada em 2001 por estado, Região Sul, 2002



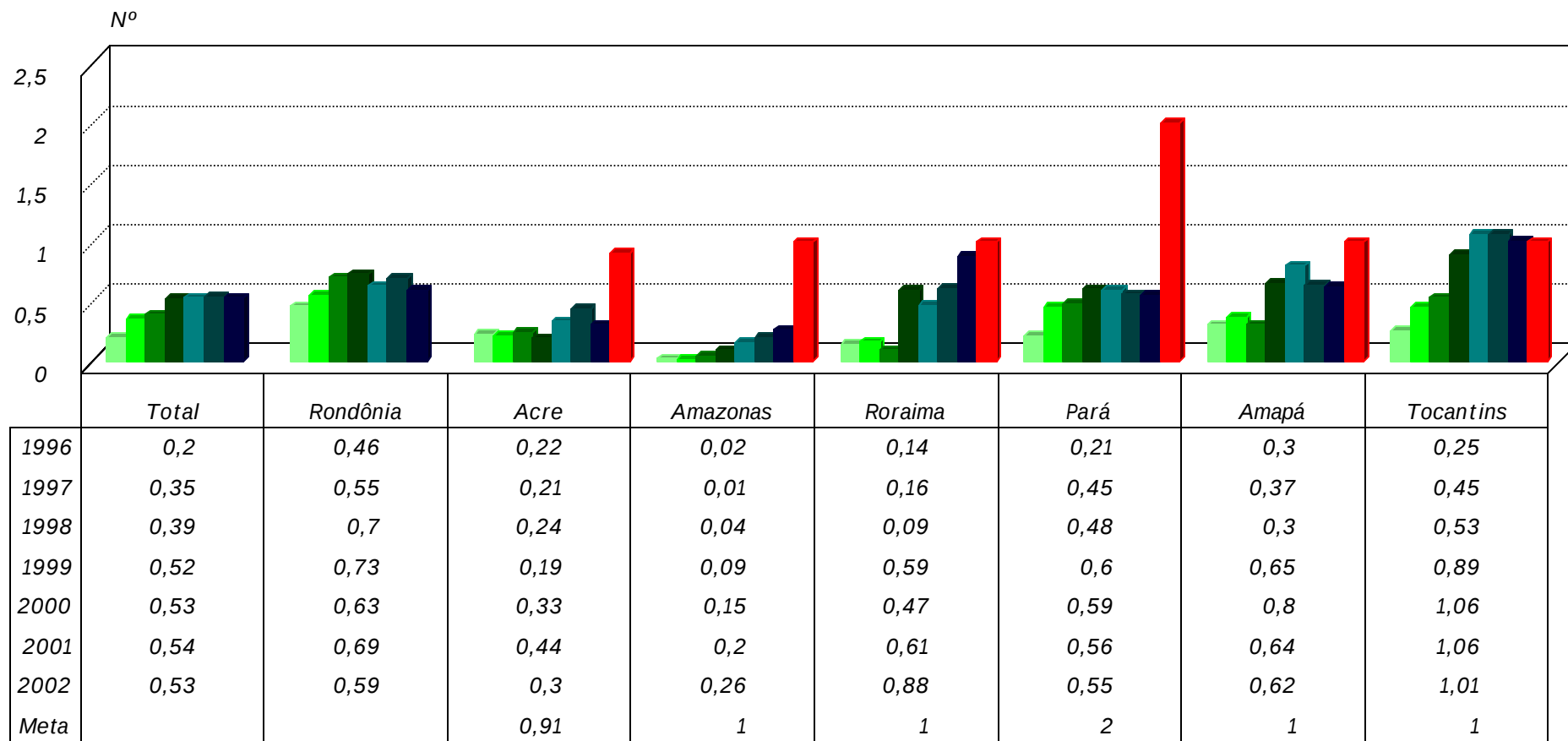
**Visita domiciliar por família/mês no período
1996-2002 e meta pactuada em 2001 por estado, Região Centro-Oeste, 2002**



**Visita domiciliar por família/mês no período
1996-2002 e meta pactuada em 2001 por estado, Região Nordeste, 2002**

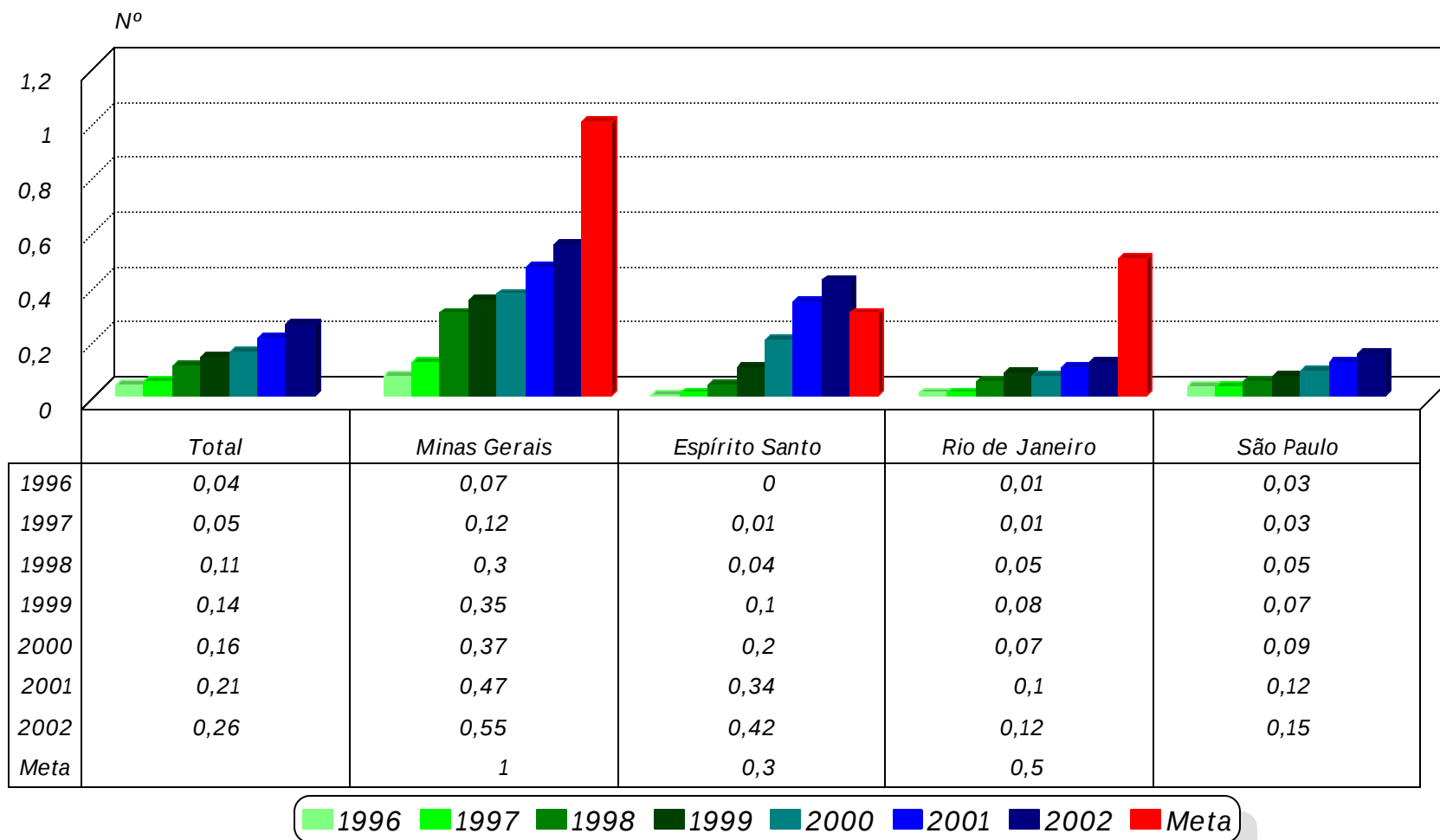


**Visita domiciliar por família/mês no período
1996-2002 e meta pactuada em 2001 por estado, Região Norte, 2002**



1996 1997 1998 1999 2000 2001 2002 Meta

**Visita domiciliar por família/mês no período
1996-2002 e meta pactuada em 2001 por estado, Região Sudeste, 2002**



**Visita domiciliar por família/mês no período
1996-2002 e meta pactuada em 2001 por estado, Região Sul, 2002**

